



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 11 dias do mês de setembro do ano de 2025, pelas 20h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e por Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES (12')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (30`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (20`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico para edificação de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI, na Freguesia de Lanhoso, Concelho da Póvoa de Lanhoso, nos termos da Lei 75/2023, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Ponto Três (20`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as Uniões das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e Louredo e Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, para o ano letivo de 2025/2026.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Maria da Glória Rodrigues Matos Couto; Filipe Almeida Silva; Pedro Vale da Silva; Joaquim Armando Pereira Fernandes; Clarisse Cardoso de Matos; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Marta Maria da Cunha Vieira.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Sónia Manuela Baptista Guimarães; José Vítor Lopes Martins; Augusto de Jesus Oliveira Lopes de Freitas; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Artur Vasco Lopes Salgado; Sónia

Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga e Diogo Amaral de Sousa.

Foi justificada a falta da deputada Rita Catarina Branco Teixeira.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Monsul; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas. E foi justificada a falta da Junta de Freguesia de Ferreiros.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Vieira Duarte Moreira; Paulo Jorge Coimbra Fernandes do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves.

Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus de Oliveira Fernandes Duque; Maria Alice Rodrigues Sousa e Alexandre Manuel Coimbra Peixoto.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, e começou por colocar à votação a aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2025 e a ata da sessão extraordinária de 22 de julho de 2025, informou que as mesmas foram aprovadas por unanimidade. Seguidamente informou que a Mesa iria apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Lestra Gonçalves e que recebeu, da bancada parlamentar do PSD um voto de pesar pelas vítimas do acidente do elevador da Glória. E concedeu a palavra ao primeiro secretário, José Faria, para leitura do primeiro voto de pesar.

Interveio o primeiro secretário da Mesa, José Faria, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Lestra Gonçalves

Faleceu em Braga no passado dia cinco de agosto, José Afonso de Lestra Gonçalves.

Originário da freguesia de Perafita, concelho de Montalegre, desenvolveu a sua vida como advogado, principalmente nos concelhos da Póvoa de Lanhoso e Braga.

Para além das suas qualidades como jurista, teve papel relevante como opositor ao Estado Novo, tendo deixado um legado de luta pela liberdade e pela democracia, manifestando um cunho marcadamente cívico e humanista.

Foi o Presidente da Primeira Comissão Administrativa do Município da Póvoa de Lanhoso, nomeado pelo então Governador Civil na sequência do 25 de Abril de 1974, desempenhando estas funções entre novembro de 1974 e maio de 1976, tendo um papel de grande relevância na transição democrática no nosso concelho.

Em 2024, integrou a Comissão de Honra das Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, no concelho da Póvoa de Lanhoso.

Colaborou também com o seu testemunho no âmbito do documentário “Memórias de Abril”.

A Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, reunida em sessão ordinária de 11 de setembro de 2025, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Lestra Gonçalves, endereçando à família as mais sentidas condolências.

Propõe-se:

- 1) Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do D4r. Lestra Gonçalves, guardando-se um minuto de silêncio em sua memória;*
- 2) Transmitir o teor do presente voto de pesar à sua família.*

A Mesa da Assembleia Municipal e os grupos parlamentares, Póvoa de Lanhoso, 11 de setembro de 2025”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes, para leitura do segundo voto de pesar.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Voto de pesar pelas vítimas do acidente do elevador da Glória

Os membros desta digníssima Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso, aqui reunidos nesta sessão ordinária, neste momento de profunda tristeza e consternação para Portugal e os portugueses, expressam o seu sentido de voto de pesar pelas vítimas do trágico acidente ocorrido pelas dezoito horas do dia três de setembro do presente na Calçada da Glória em Lisboa, com o descarrilamento do elevador da Glória. Este icónico meio de transporte, símbolo da cidade e parte integrante da sua história, foi palco de uma tragédia que abalou a comunidade nacional e Internacional.

Endereçamos, pois, as nossas condolências às famílias enlutadas e a todos os que foram afetados por esta tragédia, expressando a nossa solidariedade de partilha na dor e no sofrimento, a todos, desejando força para enfrentar esta difícil provação. Expressando ainda votos de melhoras e pronta recuperação aos feridos e afetados por este infortúnio.

Assim propõe-se a esta digníssima Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária de 11 de setembro de 2025 deliberar, aprovar o presente voto de pesar, cumprindo um minuto de silêncio e apresentando o seu profundo pesar pelas vítimas do trágico acidente ocorrido na Calçada da Glória em Lisboa com o descarrilamento do elevador da Glória.

Póvoa de Lanhoso, 11 de setembro de 2025.

Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, colocou à votação do plenário os votos de pesar, informou que ambos foram aprovados por unanimidade pelo que se cumpriu um minuto de silêncio. Após o minuto de silêncio, concedeu a palavra à segunda secretária, Eulália Rodrigues, para a leitura da correspondência.

Após a leitura da correspondência, informou sobre a abertura de inscrição para as intervenções dos seguintes períodos e passou ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), concedendo a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente de Câmara, permita-me que o questione sobre um tema que me despertou bastante curiosidade a nível técnico, foi nesta Assembleia por si anteriormente referida a aquisição de um terreno para a construção do futuro complexo desportivo da Póvoa de Lanhoso. Foi depois apresentada uma publicação na página do Facebook do Partido Socialista da Póvoa de Lanhoso, no passado dia oito de agosto, com uma imagem de uma ilustração do que parece ser um recinto ou complexo desportivo, acompanhada de um excerto de uma declaração sua e passo a citar. Este é um projeto que coloca o bem estar, o desporto e a cultura no centro da ação do PS, uma resposta muito necessária para a Póvoa de Lanhoso. Fim de citação, Frederico Castro.

Até aqui, tudo bem, senhor Presidente, como dizia o poeta, o homem sonha e a obra nasce. A curiosidade, senhor Presidente, reside na resposta às seguintes questões, tendo ainda em mãos por iniciar o seu anterior mega projeto da Via circular e tendo plena consciência que um projeto com a envergadura de um complexo desportivo consome seguramente alguns milhões de euros a pergunta que coloco é como pretende financiar a construção do complexo desportivo e como pensa financiar ainda as prováveis derrapagens de orçamento da Via Circular devido ao acréscimo das obras de arte, a remodelação do Cine Fórum dos Bombeiros, o Centro Interpretativo do Território no Pinheiro, o centro de filigrana na antiga casa dos magistrados, entre outros e ainda amortizar, por exemplo, os empréstimos da construção do centro de recolha oficial de animais e da aquisição do terreno do Pontido? Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Chegámos hoje à última sessão deste mandato. Foram quatro anos de muito debate, umas vezes sobre questões estruturantes e essenciais para o futuro do nosso concelho, outras vezes sobre temas de menor relevância. Houve momentos de grande elevação no debate, outros nem tanto, mas ao longo de todo este tempo ficou bem vincada, uma diferença fundamental, enquanto a bancada do Partido Socialista esteve sempre focado em trabalhar para fazer mais e melhor em servir os povoenses, em contribuir para o crescimento e a modernização da Póvoa de Lanhoso, ou seja, focado em fazer bem.

A maior bancada da oposição optou demasiadas vezes pela encenação, pelo ruído e mais focada em fazer de verdade com que as sessões da Assembleia Municipal mais parecessem com verdadeiros reality shows, à boa imagem da nova política. Essa é a grande diferença, uns trabalham outros encenam, nós preferimos sempre continuar a fazer bem em detrimento de encenar que se faz de verdade. E trabalhar neste contexto, significa analisar com rigor e seriedade o trabalho do executivo municipal ao longo do mandato. Encenar, pelo contrário, é não ter a humildade de reconhecer quando o executivo cumpre com o que prometeu e é precisamente isso que hoje nos cabe fazer, avaliar o mandato à luz da proposta eleitoral que o então candidato, hoje Presidente de Câmara Dr. Frederico Castro apresentou em 2021, porque em democracia, em período de eleições, é isso que os eleitores devem medir.

Primeiro, se quem governa cumpriu com o que prometeu, segundo avaliar as propostas para o futuro. Se formos sérios nesta análise, a conclusão é inequívoca. Parabéns, senhor Presidente, parabéns, senhores vereadores, cumpriram praticamente todos os compromissos assumidos e, em muitos casos, foram além do que estava prometido. Recordemos a proposta eleitoral, tinha três eixos fundamentais de atuação, primeiro trabalhar para todas as pessoas, reduzindo vulnerabilidades sociais. Segundo lutar por novos investimentos, aumentando a competitividade e a coesão territorial. Terceiro, promover a marca Póvoa de Lanhoso, valorizando o que é nosso. Dentro destes três eixos havia dezoito áreas de intervenção e cinquenta e oito compromissos. Não vou enumerá-los um a um, mas é importante sublinhar, passados quatro anos, todos esses compromissos estão ou cumpridos ou em fase de conclusão ou em fase de arranque. Como disse, não vou enumerar um a um os cinquenta e oito compromissos, mas tem comigo manifesto eleitoral de 2021 e estou naturalmente disponível para debater qualquer área de intervenção ou compromisso assumido.

Sei que me falarão logo à partida da Via circular urbana, prometida e ainda não executada. A minha resposta é simples, conhecendo todos os passos dados por este executivo relativamente a este projeto, passos que, diga-se, nunca ninguém tinha

conseguido dar no passado, conseguem apontar algum que fosse da responsabilidade da autarquia e que ainda não tenha sido cumprido? A resposta também é clara, não, tudo o que cabia a este executivo foi feito, o que falta depende de entidades externas, nomeadamente da APA e da Infraestruturas de Portugal, e eventualmente uma ou outra entidade. Dizer o contrário, não é apenas faltar à verdade, é ser politicamente desonesto, é mais uma vez encenar para tentar fazer parecer que nada foi feito.

Passados quatro anos e chegados ao fim do mandato, aquilo que constatámos é que todos os compromissos assumidos pelo executivo municipal, como dizia, ou estão cumpridos e na sua larguíssima maioria estão ou estão em fase de conclusão, ou arranque. E isto não é matéria de opinião, é um facto, um facto que merece ser reconhecido. Há ditados populares que se aplicam bem a esta realidade, contra factos, não há argumentos, e outro que certamente ainda se encaixa melhor, só não vê quem não quer ver, e infelizmente, sabemos que nesta Assembleia há quem prefira não ver.

Por isso, senhoras e senhores deputados, este mandato deixa-nos uma certeza quando há trabalho sério, planeamento, compromisso e proximidade com as pessoas, a Póvoa de Lanhoso cresce, moderniza-se e ganha futuro. O Partido Socialista pode orgulhar-se de ter estado sempre ao lado dos povoenses, de ter contribuído para este caminho e de ter cumprido com a sua palavra. Agora cabe naturalmente, aos povoenses fazer a sua avaliação. Estamos convictos de que saberão distinguir entre quem trabalhou para fazer acontecer, e quem preferiu encenar para parecer que fazia.

Mas, independentemente desta disputa política, o essencial nunca deve ser esquecido. Todos estamos aqui para servir a nossa terra, a democracia só enriquece quando cada um cumpre esse desígnio, com verdade, com elevação e com respeito. Que assim continue a ser no futuro, porque a Póvoa de Lanhoso merece sempre o melhor de nós. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Augusto Freitas.

Interveio o deputado Augusto Freitas, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começo agora o meu tempo de intervenção, ou de antena, nesta digníssima Assembleia Municipal, a minha intervenção é para a direccionar unicamente e exclusivamente para o digníssimo Presidente da Assembleia Municipal, conforme prometi na última Assembleia Municipal, vou dar continuidade ao primeiro capítulo da minha mensagem falando sobre políticas sociais.

Para que não hajam dúvidas, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na minha última intervenção neste espaço político, não disse que o senhor Presidente da Câmara era ou é um vira-casacas, disse isso sim, que em algumas freguesias a lista do Partido Socialista tinha candidatos que sempre foram do Partido Social Democrata e agora

negam a sua raiz política. Esses não têm outro nome, se não ser uns vira-casacas, quem foi, de facto, um vira casacos assinalo aqui ou cito o atual líder executivo desta Câmara Municipal, visto que transportou juntamente com os meus familiares, as cores da juventude social-democrata, aqui está a verdade dos factos, não preciso dar mais explicações aos presentes. Vossa excelência tem o meu anterior discurso para não ter dúvidas. Vossa excelência sabe que a minha atividade clínica é fornecer energias positivas e nunca energias negativas para bem dos meus pacientes ou por outras palavras dos meus doentes, bem como para as gentes da Póvoa de Lanhoso e também para aqueles que sempre me respeitaram, trabalho para a verdade e nunca para a mentira. Esta é e será sempre a minha dinâmica.

A prova disso está nas milhares de consultas clínicas, dadas a seres humanos, vítimas de violência doméstica do nosso concelho, bem como a milhares de discentes que transmiti os meus saberes, conhecimentos técnicos na área da Engenharia civil nos cursos técnicos do ensino secundário, na vertente científica e artística onde se engloba as matemáticas, as físicas e as químicas. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma grande parte das pessoas aqui presentes, desta casa política, sabem que a minha pessoa sempre respeitou os seres humanos, sem exceção, devia ter sido docente, agora professor, em escolas públicas e privadas ao longo de mais de três décadas a ensinar, educar e a respeitar o próximo e a ser respeitado através de linhas orientadoras vindas das pedagogias educativas, bem como dos ensinamentos que recebemos da nossa família e de amigos nesta caminhada terrena.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o atual Presidente da Câmara não respeitou este deputado municipal que é herói de Portugal, visto que lutou pela nossa pátria na guerra colonial. Um herói de Portugal nunca foi, nem nunca será um vira-casacas, porque deu tudo pela nossa terra lusitana banhada pelo Oceano Atlântico, mesmo sujeito a partir nessa altura, para a eternidade mais cedo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara não sabe nem nunca saberá o que é ser herói de Portugal.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara disse certas coisas que não são verdades, e explico. Já fui, mas agora não sou militante de partido político desde o ano Civil de 2000. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o atual senhor Presidente da Câmara, quando tomou posse do poder executivo, disse na sua primeira intervenção autárquica que a revisão do plano municipal seria resolvido de imediato, porque os artigos rústicos não dou qualquer tipo de benefícios mercantilistas, para a autarquia e, como tal, seria bom saber quais os artigos rústicos que têm as condições ideais para ser artigos urbanos. Fez-se alguma coisa sobre este assunto, durante estes quatro anos, nesta governação?

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, existem muitos povoenses e jovens a querer construir a sua habitação em artigos rústicos dos seus pais, em terrenos de Reserva Agrícola e reúnem as melhores condições para eles passarem para artigos urbanos. Esta

autarquia fez alguma coisa para isso? Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com tantas mentiras ditas pelos elementos do executivo da câmara, os povoenses pensam em dar entrada no Tribunal da Póvoa de Lanhoso com um processo contra a autarquia pelo incumprimento das suas declarações públicas, com todas essas mentiras e aldrabices, é preciso alterar estes tristes acontecimentos, é necessário dar sangue novo a esta autarquia e fazer com que a engenheira Fátima Alves seja a futura Presidente da Câmara. Até hoje, esta engenheira civil tem demonstrado uma dinâmica construtiva para as gentes da nossa terra. Esta engenheira pode contar comigo sem interesse mercantilistas, pelo que merece, devido ao seu empenho pessoal, político e dedicado, demonstrando ao longo dos anos como autarca, a engenheira Fátima Alves é organizada, sabe daquilo que fala, é metódica, é popular, gosta da gente da nossa terra, não é inexperiente, como alguns dizem que é.

Na nossa caminhada de vida, elaborámos mensagens, fazemos discursos, produzimos narrativas de acontecimentos e contamos eventos que serão necessários em os tornar público. As mensagens da autarquia foram bacocas, e esse fundamento durante estes quatro anos, sem fundamento, como cidadão, como eleitor, como residente e como deputado municipal mais antigo do concelho da Póvoa de Lanhoso, não posso deixar de demonstrar a minha tristeza ao executivo deste Conselho, pelo trabalho péssimo que produziu ao longo do seu mandato. A minha identidade e apego às causas sociais para as gentes deste concelho foram e são claras, firme, leal e constante.

As famílias são ou não são muito numerosas, tudo lhes falta, as contas são dolorosas devido decerto aos seus problemas sociais. Para esta nossa autarquia não contam, são coisas banais. Para termos mais crianças para a mocidade é apoiar ainda muito mais essa natalidade. As famílias têm que ter água, leite, fruta e pão, contudo, os outros comem lagosta e camarão. Vou pedir aos nossos leais pensadores avisar a autarquia de ver sem favores, o jovem é o futuro desta eloquente nação para isso, é preciso dar-lhe a sua formação, carpinteiros, trolhas e os serralheiros, eletricitas, pintores e os marceneiros a EPAVE vai de novo ser a pioneira para lutar com esta atual pasmaceira. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, eu queria deixar uma palavra de pesar, apesar do voto de pesar que foi lido, uma palavra de pesar pelo facto de, efetivamente termos perdido todos o Dr. Lesta Gonçalves que foi um homem que contribuiu para este concelho, que deu de si o melhor que pode nas circunstâncias em que o fez num momento muito difícil de transição democrática e, portanto, queria que ficasse registado em ata este meu

pronúncio que é acompanhado, naturalmente, pelo executivo municipal, suponho que por todos os vereadores, mas falo em nome do executivo municipal, e dizer que o Dr. Lestra deixa o nome dele gravado na história da Póvoa de Lanhoso, numa página dourada.

Em segundo lugar, responder ao senhor deputado Pedro Afonso, dizendo-lhe que, relativamente ao complexo desportivo, aquilo que é intenção do executivo municipal é lançar um concurso de concessão, como já foi aliás, anunciado em reuniões anteriores, como é prática comum neste tipo de equipamentos em vários municípios do país, basta fazer uma rápida pesquisa para perceber de que forma vai ser financiado o complexo. O Pavilhão Multiusos, por exemplo, de Barcelos, o Complexo Desportivo de Famalicão e outros complexos e pavilhões, equipamentos dessa natureza presididos por autarquias de vários partidos diferentes, a solução é tipicamente comum. Relativamente às outras infraestruturas que sofreu, todas elas serão financiadas pelo Portugal 2030, o Centro Interpretativo do território está candidatado no Portugal 2030, o alargamento do parque da Pontido está candidatado também no Portugal 2030, a requalificação do fórum dos bombeiros voluntários, idem aspas e outros equipamentos do mesmo género e que referiu todos eles estão candidatados no PT 2030, alguns deles já obtivemos resposta favorável, outros ainda não chegou resposta, temos a convicção que ela será favorável, e essa é a nossa estratégia de financiamento para esses equipamentos.

O deputado Augusto Freitas, em primeiro lugar, eu queria que me esclarecesse se fosse possível, senhor Presidente, ainda que fosse em off, mas que me esclarecesse se a determinado momento, insinuou que eu terei feito ou que terei integrado as fileiras de uma juventude partidária que não seja a juventude socialista. Não sei se percebi bem, não sei se foi isso que quis dizer se foi isso que quis dizer, convém esclarecer que isso é absolutamente mentira e absolutamente errado, portanto, faço já aqui uma declaração de interesses, eu nunca fui filiado em mais nenhuma juventude partidária que não fosse a juventude socialista, com muito gosto e, portanto, se foi isso que quis dizer, e eu não tenho a certeza se terei entendido bem, mas desafio-o a demonstrar se ouve, porque eu sei que não fui, mas se eu fui filiado em mais alguma juventude partidária que não a juventude socialista.

Mas eu começo por outro aspeto da sua intervenção, porque há um determinado momento em que fala da sua atividade clínica e eu dei por mim a sentir-me preocupado com o seu estado clínico, que é uma coisa diferente, porque prepare, quando referiu os vira-casacas na penúltima Assembleia Municipal, faz essa referência e eu não me senti visado por ela, portanto, a resposta que vem aqui dar não me serve, porque eu ouvi falar de vira-casacas, mas não me senti minimamente visado por essa afirmação e foi nesse momento e por força dessa parte, de um dos seus magníficos refrões, que eu entendi que devia esclarecer que vossa excelência, efetivamente, no início deste mandato, tentou filiar-se como militante do Partido Socialista. Aquilo que o senhor veio aqui dizer é que foi militante do Partido Socialista no ano dois mil ou alguma coisa do género, não foi isso

que eu referi, o que eu referi foi que vossa excelência tentou filiar-se como militante do Partido Socialista no decurso deste mandato e até vou pormenorizar então, enviou ficha para Lisboa para a sede do Rato, e a sede do Rato fez o que faz tradicionalmente consultar a concelhia relativamente ao pedido de filiação de determinada pessoa, e essa consulta da sede do Rato, à concelhia da Póvoa de Lanhoso resultou, naturalmente, de uma pronúncia negativa da nossa parte, tendo em conta, estamos a falar de um cidadão que pretendia filiar-se no Partido Socialista, tendo integrado lista de partido diferente do Partido Socialista nas eleições autárquicas de 2021, tão simples como isto, aliás, está previsto nos estatutos, isso nem sequer é possível. Portanto, vossa excelência não leu os estatutos, se os tivesse lido, tão interessado que estava em ser militante do Partido Socialista, escapou-lhe esse parágrafo dos estatutos do nosso partido.

Mas queria referir, além do que já expliquei, e peço que fique transcrita em ata, a afirmação de senhor deputado quando diz a determinado momento, o que nós ou que o senhor Presidente de Câmara terá proferido mentiras e aldrabices, que fique registado em ata, porque vossa excelência vai ter oportunidade no local próprio de explicar que mentiras ou que aldrabices, o senhor Presidente de Câmara pode ter referido no decurso dessa intervenção nessa Assembleia Municipal, vou-lhe dar toda a oportunidade de o poder fazer em processo judicial.

Em segundo lugar, ou, por último, melhor, dizendo, explicar que o processo de revisão do PDM, que penso que foi isso que se referiu quando falou em rústicos e urbanos, e artigos. O processo de revisão do PDM é um processo que já foi aqui amplamente discutido várias vezes em várias assembleias municipais, aliás, começamos este mandato com uma espécie de esclarecimento público em plena Assembleia Municipal para percebermos todos em que ponto estava o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, no qual temos vindo a trabalhar e em relação ao qual estamos precisamente numa fase em que, se tudo correr como prevemos, ocorrerá uma reunião no início do próximo mês de outubro, que permitirá se o resultado dessa reunião for favorável, que é essa a nossa expectativa que a discussão pública ocorra ainda durante o ano de 2025.

Quem está minimamente familiarizado com o processo de revisão do PDM, sabe que o processo de discussão pública é praticamente o último passo, a fase de discussão pública, é praticamente a última fase de um processo de revisão do PDM que depois tem só de levar o documento a Câmara Municipal e aprova-lo e levar o documento à Assembleia Municipal e aprova-lo e, conseqüentemente, ser publicado, portanto, o trabalho relativamente ao plano diretor municipal e à sua revisão tem sido feito. É natural que haja munícipes que tenham a expectativa de encontrar na revisão do Plano diretor municipal, soluções para as suas necessidades e para as necessidades dos seus filhos. Nós somos sensíveis a isso e temos recebido centenas e centenas de pessoas com esse tipo de solicitação que têm sido apoiadas tecnicamente pelos serviços da Câmara Municipal. Certo é que é um processo, que como todos sabemos, que é complexo, um processo demorado que foi iniciado no mandato anterior, ao qual temos dado

continuidade neste mandato e repito que, em condições normais, terá de estar concluído até ao final do ano de 2025, o que, diga-se de passagem, é quase um tempo record, porque um processo normal de revisão do Plano diretor municipal é sempre um processo para oito anos, nove anos, dez anos, todos sabemos que tem sido assim no passado. E este processo, se for concretizado nestes termos, será um processo que terá tido um período, tendo em conta que foi vamos dizer que foi iniciado ainda que ligeiramente, mas isso é discutível, pouco importa se foi ligeiramente ou não, foi iniciado no mandato anterior, será um processo que estará compreendido num prazo de cinco, seis anos. Se nós conseguirmos concluir um processo de revisão do PDM num plano no prazo de cinco, seis anos, estamos todos de parabéns, podem ter a certeza disso, portanto, meu caro este é o esclarecimento que eu tenho a prestar e agradeço que se tiver algum esclarecimento adicional a prestar que o venha fazer, que eu sou todo ouvidos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Augusto Freitas.

Interveio o deputado Augusto Freitas, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu não gosto que as pessoas venham para aqui colocar em causa o meu estatuto profissional, é vergonhoso. Quando alguém vem para aqui, o caso do senhor Presidente da Câmara pôr em causa, durante tantos anos, dei aqui consultas a pessoas de violência doméstica e que põe em causa a minha atividade clinica aqui deste concelho. Isto é vergonhoso, senhor Presidente da Câmara.

Segundo, eu estou habituado a falar para mais de quarenta e oito mil pessoas. Eu represento uma associação portuguesa que tem quarenta e oito mil associados. Eu não estou a falar aqui para estas pessoas que estão aqui, eu falo para todo o país, eu tenho catorze delegações desde Chaves, até lá baixo a Portimão, e por isso estou habituado, eu trago papéis para não falhar com aquilo que tenho que dizer a todos vocês, e o senhor falou aqui, o senhor Presidente da Câmara, permite o senhor Presidente da Câmara, levantou aqui uma questão, de problemas políticos.

Eu vou-lhe recordar ao senhor Presidente da Câmara o seguinte, é verdade, ou é mentira, e o senhor vai dizer aqui, se entender dizê-lo, se não andou com as minhas filhas, as minhas três filhas, na juventude social-democrata, há aqui pessoas que sabem disso, e o senhor está a dizer que isso que é mentira, isso é verdade, eu sei que é verdade e, por isso, eu posso chamar, se for necessário essas pessoas para testemunhar aquilo que o senhor disse que não é verdade, o senhor é que puxou essa conversa não foi eu.

Sobre a outra situação, eu não sou militante de nenhum partido, como disse aqui desde o ano dois mil, e eu fiz esse trabalho, porque foi a pedido de duas pessoas que o senhor não pode com eles, do Partido Socialista e vou-lhe dizer quem é, o senhor Dr. João Tinoco

de Faria e o meu colega que deu aulas comigo na escola 2 e 3 da Póvoa de Lanhoso, e o senhor sabe o professor e essas pessoas, o senhor Presidente da Câmara sabe que não pode com eles e eles não podem consigo, porque eu sei disso, eu sei disso porque eles são meus amigos, e aqui está o problema principal.

Agora sobre o resto, o senhor disse aqui também e se for às atas anteriores, destas reuniões, deste órgão deliberativo, não executivo, o senhor sabe perfeitamente aquilo que disse, eu estou à espera não sei quantos anos que as minhas filhas façam nos meus terrenos rústicos as suas casas, porque elas estão a viver com a minha casa, eu tenho uma casa que é um T8, se eu não tivesse um T8, onde é que elas podiam viver? E aqui está a culpa desta Câmara Municipal, desde o início, o senhor Presidente disse aqui que ia resolver esse assunto rapidamente, eu não vou entrar noutros problemas, eu podia dizer asneiras ou verdades, mais verdades, sim, o senhor quando construiu na Póvoa de Lanhoso, mais precisamente, em Monsul, o que é que o senhor fez? Eu não vou falar nisso, porque a minha obrigação moral obriga-me a não dizer mais nada. E o senhor sabe aquilo que eu estou a dizer, e aqui as pessoas também sabem, aquilo que o senhor fez na freguesia de Monsul, em que eu fui lá Presidente da Junta de Freguesia, mas não foi nessa altura, e é por isso que eu estranho, é vergonhoso.

Eu estou apto, estou com 300% da parte mental, é que a maior parte aqui das pessoas não o que eu executei ao longo da minha vida, eu tinha três trabalhos para conseguir alguns tostões ao fim do mês. E a partir daí, senhor Presidente, tenha respeito, está bem? Eu respeito as pessoas, eles também têm que me respeitar, está a falar, você não me está a respeitar e, por isso mesmo, as pessoas não sabem nestas duas reuniões anteriores, eu entreguei ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, entreguei um documento do tribunal Administrativo e fiscal de Braga a atestar as minhas habilitações. Eu tenho quatro licenciaturas, dois mestrados e um doutoramento, não tenho só um, tenho isso tudo e o senhor Presidente sabe disso, eu entreguei isso para ele ver, porque aqui há pessoas que desconhecem a formação académica que eu tenho.

O primeiro curso que eu tirei foi engenharia Civil no Porto, sou engenheiro técnico, mas isso não interessa o que interessa aqui, eu não tenho medo da verdade, eu tenho 73 anos, lutei pela vida, fui e continuo a ser herói de Portugal e as pessoas têm que me respeitar como tal e aqui o senhor Presidente da Câmara não me respeita.

Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu gostava de colocar uma questão ao senhor professor Augusto Freitas, direta e agradecia que me respondesse logo que possível, essa necessidade das suas filhas para

construir casa é uma necessidade que ocorreu agora neste mandato, ou é uma necessidade que já acontece, há períodos anteriores?

No mais, queria fazer uma intervenção diferente, porque acho que também se impõe nesta altura, fazê-la. Quem se dispõe a representar a sua comunidade têm para com estes a obrigação de fazer bem, e quem o faz não o pode alcançar, se não o fizer de verdade, até porque fazer pressupõe ação, realização, ou seja, efetivamente, é feito de verdade.

Quem tem como intenção fazer de verdade, procura nesse pleonasmo convencer os outros que é capaz de realizar, realizar de qualquer forma, independentemente de ser o bem ou mal, e são tantos os exemplos que vemos a ser feito de verdade o mal e nesse caso, não tenho, não temos dúvidas que para isso é mesmo melhor, nada fazer e ninguém prejudicar.

Podia aproveitar para dissertar sobre o tema com teorias redondas, bonitas de hipocrisias com pitadas de cobardia tão característico de quem gosta de andar de braço dado com Deus e com diabo. Feliz ou, infelizmente, a minha natureza não me permite tal façanha. Não, raras vezes questiono-me sobre se o caminho da facilidade que talvez a maioria percorra e que provoca na minoria a sensação de serem seres estranhos, não sejam estes os responsáveis por pairar no atual contexto político, em Portugal e no mundo, as nuvens negras do passado que fizeram com que homens e mulheres se insurgissem contra ditaduras e as vencessem catapultando para a ribalta, a democracia e com elas, os partidos políticos democráticos. Nunca se questionaram se os seus comportamentos não nos estarão a conduzir novamente para tempos indesejados? Não andam a ensaiar um regresso indesejado ao passado? A verdade é que esses partidos, sobretudo os nossos partidos, Partido Socialista e Partido Social Democrata, nem sempre têm sabido aproveitar a oportunidade que lhe tem sido dada e nem sempre têm estado à altura das responsabilidades.

Por falar em responsabilidades, em fazer bem e dar bons exemplos na política, quer na pessoa do presidente desta Assembleia Municipal que teve um desempenho de excelência ao longo do mandato, que soube prestigiar o cargo que ocupa, cumprimentar todas e todos quantos partilharam comigo ao longo destes vinte anos, membro da Assembleia Municipal, camaradas independentes e adversários políticos. Bem sei que nem sempre granjeei simpatia nas minhas intervenções, inclusive de alguns militantes do Partido Socialista, nunca poderei dispensar a assertividade, lealdade, frontalidade e convicção na minha comunicação e ação. Cresci com algumas das referências do partido Socialista e, apesar de nem sempre termos estado de acordo em tudo, tenho imenso orgulho no contributo que deram nos cargos que ocuparam e souberam prestigiar. Saúdo-os com respeito, amizade e memória.

Dirijo-me ainda ao senhor Presidente da Câmara Municipal, acompanho-o há muitos anos, muitos anos de lutas complicadas e, pelos vistos, continuamos a ter aí lutas complicadas pela frente, muitos anos de lutas complicadas e partilha de projetos e

divisões para a política, para o nosso partido e para o nosso concelho. Muitos momentos de partilhas, muitos de acordo, muitos de desacordo, sempre com amizade e frontalidade. Da minha parte, nunca ninguém foi capaz de interferir nem fragilizar os alicerces construídos nos muitos anos, muito para além da convivência política, estarei sempre do lado de quem quer fazer o bem, com ambição, com coragem, com trabalho, com seriedade, com humildade, com respeito pelos valores, pela memória, pela memória de quem já ocupou cargos no passado no Partido Socialista e deixou a sua marca e o seu legado pela memória de todos, mas sobretudo do meu pai, que é a minha referência maior e o meu pilar de sempre e que foi e continua a ser. Como sabes, ele tinha orgulho em ti e acreditava como estou certo que ainda acredita no teu propósito, enquanto continuar a ser assim, continuarei a estar do lado de quem realmente quer fazer o bem às pessoas, fazer o bem aos povoenses.

Não poderia deixar de me referir a outro exemplo muito positivo que deve merecer da nossa parte, o mais profundo respeito e admiração, falo-vos do Filipe Silva e do seu exemplo. O Filipe Silva termina hoje um percurso de dez anos como líder de bancada do Partido Socialista. Fá-lo por convicção, por entender que há um tempo para tudo, para entrar e para sair e que é tempo de surgirem novos protagonistas na bancada, na liderança da bancada do Partido Socialista. Seria muito fácil, diria que qualquer um o faria pretender manter o seu nome entre os elegíveis da lista da Assembleia Municipal nos lugares mais destacados e depois das eleições que a maioria dos povoenses acreditam que vão ser favoráveis, ao Partido Socialista, fazer as contas, e aí decidir como fazer, inclusive, até poder abandonar os eleitores que o elegeram e confiaram nele e se o fizesses não serias o primeiro, certamente, como bem sabemos, nem todos os que estando no poder ou juntos do poder sabem ou conseguem encarar um cargo como não seu. E o desprendimento é só mais uma das lições que o Filipe Silva nos dá e nos tem dado, não será certamente uma inconfidência se disser que o Filipe Silva sugeriu que fosse pensado uma outra solução que não ele para liderar a bancada do Partido Socialista neste mandato, e mais uma vez digo, sugeriu isso após a vitória do Partido Socialista em 2021 e após mais um fortíssimo contributo seu para a vitória do Partido Socialista. Esta missão que agora o Filipe termina é de enorme responsabilidade, de enorme desgaste, e muitas vezes pouco compatível com a atividade profissional, pessoal, familiar, académicas ou ainda outras atividades de gosto recreativo.

Ainda assim, aceitou mais uma vez, essa responsabilidade por mais quatro anos, prestando, mais uma vez, um serviço ao Partido Socialista e aos povoenses, dado que não raras vezes, foi ele que esclarecer os povoenses sobre os temas debatidos nesta Assembleia Municipal, utilizando a nossa linguagem de forma séria, responsável, assumindo posições duras e nem sempre consensuais com todas as partes envolvidas, mas sempre fiel à sua imagem de marca homem de carácter, inteligente, pensamento estruturado e próprio, liderante, sóbrio, consistente, confiável, conselheiro e amigo, numa só palavra, camarada. Podia por força da nossa amizade e camaradagem de

décadas, descrever com detalhe, com pormenor, o homem e o político que és, mas, sobretudo como começas-te e o percurso feito até aos dias de hoje. Conhecemo-nos antes da política, no ambiente de balneário, para quem por lá passou, sabe bem ao que eu me refiro. Já aí transportavas a áurea de líder, de homem de carácter, de homem de bem. Cresces-te sem facilidades e a vida foi suficientemente dura para te privar do teu pilar maior, desde bem cedo, nunca tiveste nada de mão beijada. Surgiste na política pela primeira vez para ajudar numa campanha eleitoral, pau para toda a obra, como se costuma dizer, onde era preciso, o Filipe estava, sem preocupações sobre se ia sujar as mãos, se era preciso subir alturas ao percorrer quilómetros, sempre no back office, de fato-macaco, nunca em bicos de pés ou a acotovelar quem quer que fosse. Sei que e o fizeste pelo partido Socialista, pelos amigos, pelos candidatos, mas, sobretudo, porque acreditavas e acreditas num concelho com mais e melhores oportunidades para todos e para todas, sem olhar a estatutos. O caminho percorrido até hoje, de forma brilhante, de forma exemplar, deve orgulhar todos quantos te amam, todos quantos têm a infelicidade de serem teus amigos.

Os meus amigos, os meus camaradas são insubstituíveis, tem espaço para acolher novos, é verdade, sobretudo aqueles que são portadores de valores idênticos aos teus. Filipe, à boleia do Jorge Palma, enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar. Obrigado por tudo.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada, Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Por momentos dei por mim a pensar se estava no período antes da ordem do dia ou não, da última sessão deste mandato. Continuamos em alguns aspetos, com discursos redondos e com promessas de etapas vindouras, mas ainda vamos ter tempo de esmiuçar.

Agora é tempo de também fazer o balanço e não posso deixar de manifestar tristeza. Tristeza por quatro anos por propostas técnicas ignoradas, por soluções viáveis, rejeitadas, por oportunidades desperdiçadas. Soluções que poderiam ter poupado recursos públicos, melhorado a qualidade de vida das pessoas e feita uma gestão mais inteligente do território. Tristeza por termos assistido, repetidamente ao adiamento crónico de decisões estruturantes. E uma falta de transparência que fragiliza a confiança da população na gestão pública.

Hoje, mais uma vez, já aqui foram citados assuntos que estão ainda por resolver. O PDM continua ainda por concluir; o saneamento mantém-se nos níveis de 2021, mesmo com o aumento nas taxas que pesam diretamente nos bolsos dos cidadãos, e ainda quanto ao saneamento, que se cobrou tanto nos últimos anos aos povoenses, mas continuam a não

ter o básico; e sobre a via circular, continuam a ser adjudicados projetos num acumulado de centenas e centenas de milhares de euros, sem que a população saiba qual será o traçado, os impactos reais e os benefícios concretos que esta via circular vai trazer para a Póvoa de Lanhoso.

E a frustração aumenta quando olhamos para a Braval, não há respostas sobre o estudo de impacto ambiental, sobre os problemas que fustigam a nossa população e que afetam diariamente a sua qualidade de vida, ou ainda quando olhamos para as estradas degradadas que colocam diariamente em risco todos aqueles que lá circulam. Esta falta de esclarecimento e de informação é mais do que negligência, mina a relação entre os eleitos e os cidadãos, mas este não é só um problema de um ou dois dossiers, em várias áreas de governação. A inércia e a desconsideração pela Comunidade Povoense torna-se marca de gestão. Custa aceitar que, durante este mandato, se tenham desperdiçado recursos e posso vir cá exemplificar alguns. Silenciadas vozes técnicas e desconsiderado cidadãos empenhados no futuro do concelho.

Mas a tristeza não é a única emoção com que saio deste ciclo, ainda carrego alguma esperança, no próximo dia 12 de outubro, senhor Presidente, olhos nos olhos, teremos eleições e com elas novas lideranças e novas decisões e esperamos todos um novo rumo. Desejo sinceramente que este momento marque um ponto de viragem, que a gestão autárquica seja mais transparente, mais participativa, mais responsável, que a voz da população, os contributos técnicos sérios e o interesse coletivo passem finalmente a ocupar o lugar que merecem nas decisões políticas.

No dia 11 de setembro, precisamente hoje, lembramos que o medo pode dividir, pode calar, mas só a democracia pode construir. Todos nós recordamos o ataque às Torres Gémeas, o mundo mostrou-nos o quanto as decisões políticas devem refletir valores, ouvir a voz do povo e colocar o interesse coletivo acima de tudo, cabe-nos a nós que servimos na vida pública, sermos obreiros da paz, da dignidade e da confiança. O concelho precisa, a democracia exige e os povoenses merecem. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, voltou a conceder a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vou começar talvez pela intervenção mais agradável que é, de facto, subscrever e reconhecer que aquilo que o Pedro Silva disse aqui é 100% verdade, tanto, no que diz respeito aos valores que aqui defendo, como ao percurso que fizemos juntos ao longo dos anos, como ao trabalho que o Filipe Silva desenvolveu durante dez anos como líder dessa bancada parlamentar, eu já estive aí sentado, noutros tempos e, portanto, dizer que nesta bancada e noutras bancadas, aquilo que precisamos é de bons exemplos, seja o exemplo do Filipe Silva ou de outras pessoas que também participam e participaram ao

longo do tempo eleitos por outros partidos e que deram aqui também bons exemplos de participação de amor à Póvoa de Lanhoso, de responsabilidade cívica e de lealdade política, lealdade política não se consegue só dentro das nossas hostes, também se consegue junto de outras pessoas que defendem ideias diferentes, mas têm a lealdade de se relacionar connosco de forma séria, de forma correta e de forma honesta, e isso, quando acontece, deve ser valorizado e o Filipe Silva fez isso sempre ao longo destes anos.

Em segundo lugar, embora seja chato, até voltar a este tema, mas vou tentar fazê-lo numa pincelada rápida. Bom, dizer que em primeiro lugar, como primeiro ponto, o deputado Augusto Freitas disse que eu pus em causa a sua atividade profissional, ainda bem que está aqui tanta gente que testemunha o facto de eu não ter posto em causa a sua atividade profissional, muito pelo contrário, aliás o senhor elencou aqui uma série de licenciaturas, mestrados e doutoramentos que são notáveis e que só demonstram que o facto de se ter quatro licenciaturas, dois mestrados e um doutoramento, não quer dizer nada, mas dizer que aquilo que eu disse foi que, o que me preocupava era não a sua atividade clínica, mas o seu estado clínico, e o senhor fez o favor a todos de vir aqui reconfirmar essa minha preocupação, portanto, eu saio daqui ainda mais preocupado do que estava antes de o ouvir pela segunda vez.

Há uma referência que faz que tem tanto de falso e tanto de mentira que eu não sei onde foi buscar isso ou como sonhou em relação a isso, mas quando refere que eu fui não sei muito bem como, nem onde, nem de que forma, mas fui parceiro, companheiro, ou colega das suas filhas na JSD isso, é simplesmente uma miragem total e absoluta. Aliás, deixem-me fazer aqui uma referência que pode ser aquilo que possa estar eventualmente a confundir o professor Freitas e para que não haja confusões, eu queria só esclarecer que o meu percurso político de participação e envolvimento político iniciou-se em 2001, quando participei numa campanha eleitoral autárquica, apoiando o partido Socialista, mas a primeira vez que eu votei, eu já disse isto tantas vezes, portanto, digo aqui mais uma vez, até porque orgulho-me disso, se querem que lhes diga até me orgulho disso. A primeira vez que eu votei na minha vida foi no ano de 1997, em eleições autárquicas, em que apoiei uma pessoa que era candidato por outro partido que não o Partido Socialista. Apoiei o senhor Bernardo Silva, de quem sou amigo e apoiei com a convicção de quem apoia um amigo. Apoiei o senhor Bernardo Silva, de uma forma muito simples, fica registado em ata senhor Presidente, votei nele. Votei nele, não participei em atos de campanha por ele, nem com a JSD nem com quem quer que seja. Votei no senhor Bernardo Silva por amizade, eu tinha 20 anos, votei nele por amizade. Quatro anos depois, as convicções políticas fizeram com que seguíssemos caminhos diferentes, mas a amizade nunca se perdeu. Portanto, eu não sei se é isso que está a confundir o professor Freitas, mas se eventualmente for, eu quero deixar aqui esse esclarecimento com orgulho de quem votou num amigo nesse momento, em 1997 com 20 anos por convicção e por amizade.

A deputada Fátima Alves, faz aqui um balanço. Eu tenho ali também muita informação interessante que nos pode entreter durante os quarenta e cinco minutos se vocês tiverem esse interesse, preparei exaustivamente o balanço deste mandato e estou absolutamente disponível para fazer aqui esse balanço se vocês fizerem um bocadinho questão, nem é preciso fazer muita questão, se fizerem um bocadinho questão, se eu vislumbrar isso nas feições de alguém eu vou ali com todo o gosto, buscar quarenta e cinco minutos de intervenção, mas queria dizer, em primeiro lugar, que era importante que a senhora deputada viesse aqui explicar e demonstrar onde está a falta de transparência, onde está a falta de transparência quando nós temos ali, eu tenho ali lidados, por exemplo, de que nós respondemos a 98% das questões que a bancada do PSD apresentou à Câmara Municipal, está uma questão por responder, uma única questão, esse é um dos pontos. Em segundo lugar, fala do PDM e de saneamento. Sobre o PDM eu já falei aqui hoje, acho que é escusado repetir, mas sobre saneamento e fala das taxas de saneamento e das tarifas que estão infringidas aos povoenses e diz isso com um sentimento, não esse é um termo meu, o termo infringidas é um termo meu que faço a interpretação da sua acutilância e da sua mágoa em relação às tarifas.

Bom, é preciso recordar que nós iniciámos este mandato, e as pessoas lá em casa, estejam atentas a esta parte porque quem está aqui está esclarecido, já falámos sobre isso tantas vezes, a não ser o público pode haver público que não tenha assistido, de facto, a esta parte do debate político nos últimos quatro anos nós iniciámos este mandato, tendo que lidar com um acordo dos anteriores executivos dos anteriores, não é do anterior executivo, dos anteriores executivos para com a ERSAR, uma entidade com quem o município da Póvoa de Lanhoso tinha acordado e subscrito o anterior Presidente de Câmara e o anterior ao anterior Presidente de Câmara, portanto, refiro-me ao Avelino Silva e ao falecido Manuel Baptista. Os documentos existem, tinha acordado com a ERSAR a atualização das tarifas de água e saneamento no município da Póvoa de Lanhoso e tinha acordado inicialmente em final de 2020. Só não aconteceu em final de 2020 por força da pandemia por força de COVID em que foi alargado o prazo mais um ano. Então em final de 2021, o executivo municipal recentemente eleito depara-se com este problema e traz à Assembleia Municipal a atualização das tarifas, até porque havia aqui dois caminhos para sermos sérios e rigorosos. O caminho alternativo seria um investimento profundo e duradouro, primeiro que tivesse meios e tivesse tempo para nós podermos corresponder relativamente às ligações à rede que pudessem ajudar, de certa forma, a contrabalançar junto da ERSAR a necessidade de atualização das tarifas. Ora, um executivo eleito em setembro de 2021, empossado em 18 de outubro de 2021, tendo que cumprir até 31 de dezembro de 2021 era absolutamente impossível, isso foi aqui discutido e, portanto, trouxemos à Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal discutiu, analisou e chumbou. Esse foi um dos primeiros boicotes da bancada do PSD neste mandato que foi chumbar uma medida que era em primeiro lugar inevitável e, em segundo lugar, que decorria de um acordo estabelecido pelo executivo municipal da

mesma força política. Note-se bem isto, eu recorro que fique registado mais uma vez, então, aquilo que nós fizemos foi insistir, tivemos de insistir com essa medida na segunda Assembleia Municipal, ou melhor, na primeira Assembleia Municipal de 2022, porque isto ocorreu na última Assembleia Municipal de 2021, voltamos ao tema, insistimos em relação a este tema e conseguiu-se por maioria simples, conseguiu-se a aprovação das novas tarifas de água e saneamento, pelas quais deu a cara este executivo e das quais é responsável os executivos anteriores. Sejam sérios, senhora deputada, eu sei que não será propriamente o seu forte, mas sejam sérios, façamos uma análise, façamos uma análise, repito, as vezes que eu quiser não será propriamente o seu forte, porque quando vem aqui falar de falta de transparência, quando vem aqui falar de tarifas que castigam os povoenses e dá a entender, como é evidente, que são da responsabilidade deste executivo municipal, isso não é sério, nem é correto e, portanto, na minha leitura política não é sério fazer esse tipo de afirmações.

Sobre a via circular, já falámos aqui muitas vezes sobre a via circular durante este mandato, mas nunca é demais atualizar informação ou recalcar o tema da Via circular. É importante referir que este executivo municipal conseguiu dar passos em relação à via circular que nunca foram conseguidos no passado. Exemplo número um, o acordo de gestão que foi estabelecido com as Infraestruturas de Portugal assinado neste mesmo espaço, que atribui ao município da Póvoa de Lanhoso a responsabilidade de desenvolver o projeto da Via circular, nunca no passado tinha sido feito. Exemplo número dois, em março de 2024, conseguiu o executivo municipal por força da negociação com as infraestruturas de Portugal que estivesse vertido no plano de atividades e orçamento, dezoito milhões de euros para a Via Circular da Póvoa de Lanhoso, está vertido no plano de atividades e Orçamento, vossas excelências, alguns, nem todos, mas alguns continuam a ignorar solenemente informação que é real, que é pública e que decorre da evolução de um processo para o qual se pode, se assim se quiser, se pode olhar com seriedade, olhar com seriedade para um processo destes é perceber que estas evidências significam que o processo está em evolução. Fomos notificados no início do ano de 2024 para a necessidade de constituição de uma avaliação de impacto ambiental. Aqui importa dizer, que a lei prevê que o traço ou a distância de trouxe que nós temos para executar na Póvoa de Lanhoso, não exige que seja executada uma avaliação de impacto ambiental, embora a APA tenha de se pronunciar sobre a aprovação de determinado traçado e sobre a forma como ele atravessa determinado território e aí aquilo que não é acima da lei, mas aquilo que a APA entende que é obrigatório, tendo em conta que há aquilo que eles consideram uma zona de cheia na zona do continente, é o entendimento da APA, tendo a APA o entendimento que existe uma zona de cheia na zona junto do continente e junto à rotunda de Galegos, se lhe quisermos chamar assim, exigiu que o município desenvolvesse uma avaliação de impacto ambiental e que reformulasse a solução construtiva. Não o traçado, o perfil do traçado, o traçado é uma coisa o perfil é outra e, portanto, nós fomos obrigados, fomos notificados e obrigados a desenvolver

uma avaliação de impacto ambiental profunda, que tivesse soluções construtivas diferentes daquelas que estavam previstas inicialmente e que resultou no trabalho que foi concretizado neste período de verão e que foi submetido já no final do mês de agosto passado, foi submetida a avaliação de impacto ambiental à Agência Portuguesa de Ambiente que tem agora um prazo para se pronunciar.

Ora estes três momentos, ou estas três evidências para qualquer pessoa que queira fazer uma análise isenta, não contaminada e séria significam inequivocamente que o processo da via circular está em evolução, está em progresso e vai continuar a progredir e já agora é desejável que continue a progredir, independentemente do que acontecer no dia 12 de outubro. Espero eu, todos nós temos a nossa convicção do que vai acontecer no dia 12 de outubro, de qualquer das formas, não estamos aqui para discutir isso, embora alguns estejam aqui em modo de campanha eleitoral, mas não estamos aqui para discutir isso, estamos aqui para discutir estes temas e, neste caso, o tema da Via Circular urbana e reiterar aquilo que será amplamente discutido perante o próximo mês, mas só numa linha reiterar que a via circular urbana, senhora deputada, continua a ser a grande prioridade deste executivo. Foi durante estes quatro anos e vai continuar a sê-lo durante os próximos quatro anos e nós não vamos abdicar dessa prioridade e quem me conhece um bocadinho, não é preciso conhecer muito, quem me conhecer um bocadinho sabe que eu não sou de atirar a toalha ao chão nunca, e se temos um objetivo traçado em relação à via circular, enquanto eu estiver nestas funções, podem ter a certeza que eu vou continuar a trabalhar nesse projeto e esse projeto vai ver a luz do dia, vejam quantos são hoje, e esse projeto vai ver a luz do dia.

É evidente, vamos todos esperar pelo dia 12 de outubro e não vamos pôr por assim dizer o carro à frente dos bois, mas é importante também manifestarmos as nossas intenções. Já agora era interessante saber se as restantes forças políticas aqui representadas se comprometem em dar seguimento a um processo. Se por algum, acaso acontecer uma alteração política no concelho, se comprometem a dar continuidade a um processo que tem todo este desenvolvimento de todos estes passos concretizados e que merece e precisa de ter continuidade. Era importante vir aqui pronunciar-se sobre isso também.

Sobre as estradas municipais, uma nota muito simples. Nós temos feito o investimento possível, mas é notável, o investimento possível e vamos continuar a fazer investimento e adquirimos equipamento que nos vai ajudar a ter outra capacidade de resposta. Mas é notável que vossas excelências, ou alguns dos presentes, só tenham percebido que algumas estradas municipais estão degradadas desde 2021, ou seja, todas as estradas municipais estavam em belíssimo estado até 2021 e desde 2021, passaram a estar supostamente num estado de degradação tão escandaloso e tão, eu ia usar outro termo, mas não, tão escandaloso, que justifica que se venha falar do estado das vias de comunicação e das estradas municipais. Nós temos requalificado já muitas e vamos continuar a fazê-lo até dia 12 de outubro e tenho a convicção que depois também, mas eu só lhe quero dar um exemplo, só lhe quero dar um exemplo. A ligação de Garfe, está

aqui o representante de Garfe, está, a ligação da freguesia de Garfe a Gonça, portanto, a ligação e a fronteira entre o município da Póvoa de Lanhoso e Guimarães, todos se recordam que há uns anos atrás foi requalificada uma parte dessa estrada até ao cruzamento da pena, foi requalificada a estrada. E eu numa reunião de câmara, questionei então o executivo municipal sobre o facto e qual seria a razão de terem requalificado só aquele troço e de não terem continuado até ao limite do concelho e foi-me respondido na altura, espero que esteja em ata, se não estiver em ata é verdade na mesma porque há aqui testemunhas disso, mas foi-me respondido na altura, porque do cruzamento para cima não há votos e, portanto, como do cruzamento para cima, não havia votos, isto é totalmente verdade, mas sei eu, a senhora não confia em mim, isso também já sabia, eu também confio pouco em si, mas de qualquer das formas, foi-me respondido desta forma em reunião de câmara e, portanto, passámos a dar esta imagem provinciana de termos um troço de estrada requalificado de termos outro troço que não tinha intervenção, talvez há décadas, não sei, e depois entrarmos num município onde existia uma estrada em bom estado, uma boa estrada, pois nós requalificámos essa estrada. E agora, quando vimos de Guimarães para a Póvoa de Lanhoso, usamos uma estrada que está em bom estado em Guimarães e passámos para uma estrada que está em muito bom estado, e esse é o exemplo do tipo de trabalho que nós queremos fazer e que nos próximos quatro anos, senhora deputada, vamos continuar a fazer se for o entendimento dos povoenses.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao período de esclarecimentos e concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ora bem, senhor Presidente, por tópicos, vamos lá, zonas de cheia, senhor Presidente, diz que isto é que veio solicitar quanto à via circular, a necessidade de reajustar o traçado, a zona de cheia não existe há quatro anos, nem há oito, nem há doze, se calhar, o senhor Presidente é que tinha que ponderar isso antes de partir para um projeto de execução, sem fazer um estudo geotécnico, sem fazer um levantamento topográfico, sem fazer um estudo de tráfego, se calhar era por aí, senhor Presidente.

Depois, continua a não nos indicar quais os impactos reais e benefícios concretos dessa via circular? Sim, porque o estudo de impacto ambiental que lhe foi solicitado uma das premissas tem lá análise de propostas, o senhor Presidente nunca nos explicou que alternativas de propostas foram ponderadas, analisadas para ver qual a solução, tecnicamente mais ajustada para o concelho. O senhor Presidente, também sabe que em 2024 ficou previsto, pelo menos quando lhe solicitei essa documentação de suporte, disse-me que não a poderia disponibilizar, porque era das infraestruturas de Portugal, mas que os dezoito milhões de euros eram relativos a 2024, pergunto-lhe ficou previsto

para 2025? Independentemente de todos os prolongamentos, adiamentos crónicos, como já falei, a verba continua sempre lá à espera de um dia se tornar realidade? Tenho as minhas sérias dúvidas.

Depois relativamente à ERSAR, senhor Presidente vamos recordar, na altura, a taxa de cobertura de gastos tinha que estar em 90% essa declaração emitida pelo anterior executivo era do conhecimento do atual vereador e agora Presidente de Câmara que em várias assembleias anteriores, quando se discutia taxas, está lavrado em ata que não deixa mentir, chegava a ser incrédulo ter aumentos de percentagens de água e de saneamento de 9%, mas nós tivemos 98% em taxa fixa, esta é a realidade. O senhor Presidente sabe tão bem quanto eu que para beneficiar a taxa de cobertura de gastos, não é preciso aumentar receita, podemos diminuir despesa, que era isso que também deveria ter sido feito e ponderado e apresentado valores. E o senhor Presidente também não se pode esquecer que uma das suas promessas eleitorais, foi cobrir o concelho todo em oito anos a 100%, passar de 2021 a 2029 com 100% do concelho preenchido de saneamento. Eu pergunto-lhe aqui diante de todos, qual a percentagem de saneamento, se nós estávamos entre 49% e 50%, qual é a percentagem de saneamento, agora? Setembro de 2025, quanto aumentamos, tendo por base que nos cofres do município entraram cerca de dois milhões de euros de aumento de taxa de saneamento?

E relativamente às estradas, senhor Presidente, muito bem fez o investimento em Garfe é de saudar, estamos a falar de um investimento de grande monta quatrocentos mil euros, salvo erro, mas também não podemos esquecer um milhão de euros que já tinha sido lá investido anteriormente, portanto, vamos falar concretamente, ninguém está contra os investimentos, no mandato anterior, senhor Presidente, quanto é que foi investido em Garfe em água, saneamento, no último mandato, tem noção?”

Depois, o presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O que me traz aqui é a questão, pegar aqui na questão da transparência na gestão autárquica levantada pela senhora deputada Fátima Alves, e eu queria colocar-lhe uma questão que peço que pode responder até aí da bancada, é uma de retórica porque toda a gente sabe, mas confirma perante esta assembleia que no mandato anterior, a senhora deputada já fazia parte dessa bancada, certo? Aliás, não preciso que confirme, pois, todos nós sabemos que sim, eu tive até a oportunidade de lhe lembrar no início do mandato que foi precisamente no momento em que a senhora deputada começou a ganhar notoriedade no seio do PSD que o seu partido perdeu o poder depois de dezasseis anos de governação e, portanto, todos nós sabemos que sim, mas voltando à seriedade, a senhora estava sentada nessa bancada quando aconteceu algo que nós denunciámos

logo no início deste mandato e refiro-me ao caso das SMS's em que o seu partido utilizou meios da autarquia e, portanto, dinheiro dos povoenses para enviar SMS's partidários. A senhora deputada saberá certamente também que foi recentemente condenado neste caso, um membro do gabinete de apoio à Presidência à altura. Saberá certamente e não sei se a transparência que a senhora se refere terá a ver com a sua postura relativamente a esta condenação, ou seja, nem uma palavra e mais enquanto líder dessa bancada, permitiu que um elemento condenado continuasse a ser membro da mesma assembleia sem qualquer consequência, portanto, quer a senhora goste mais, quer a senhora goste menos, esta é uma questão de seriedade, esta postura de encobrir prevaricadores é sim uma questão de seriedade. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, e no uso da palavra referiu:

“Só duas ou três notas, a primeira dizer que, quando a senhora deputada refere que uma das formas de satisfazer as exigências da ERSAR poderá ser não só aumentar a receita, mas diminuir a despesa, para além de ser um contrassenso a diminuição de despesa, porque isso retiraria recursos do investimento, que precisamos de fazer nesta área, eu suponho, não falou em diminuir despesa, portanto, diminuição de despesa num serviço que é eminentemente executado por recursos humanos do município, esclareça-me, por favor, peça lá uma defesa de honra ou qualquer coisa do género se puder, mas significaria dispensar funcionários que estão afetos a este serviço, esclareça por favor, eu estou a perguntar, eu ainda estou a perguntar, certo? Vocês têm um espírito democrático tão aguçado que a mera pergunta incomoda, eu só fiz uma pergunta. Se é isso que quer dizer, ou se é outra coisa de natureza diferente, porque diminuição despesa num serviço que tem aquisição de matéria-prima e mão de obra associada dos recursos humanos do município. Eu não sei porque via se faz a diminuição de despesa a não ser que se deixe de investir nesta área, mas se deixarmos de investir nesta área, significa que não vamos continuar o desenvolvimento da rede de saneamento básico do concelho.

Depois queria também esclarecer que as soluções tradicionais relativamente ao saneamento no concelho da Póvoa de Lanhoso, fizeram com que, ao longo de cerca de cinquenta anos de democracia, tivéssemos evoluído uma média de um por cento por ano. Grosso modo, não é? E, portanto, isso significa que, inevitavelmente e não houve tempo para isso neste mandato, ou não houve oportunidade para isso neste mandato, melhor dizendo, mas inevitavelmente, o município da Póvoa de Lanhoso, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, deverão, na minha opinião, no próximo mandato, estudar soluções que permitam acelerar o investimento nesta área e as soluções que poderão permitir acelerar o investimento nesta área também são soluções, ninguém vai inventar a pólvora, são soluções que já existem ou a possibilidade de aderirmos a uma

parceria, como, por exemplo, a parceria do Noroeste. Essa é uma das possibilidades. Eu aqui não vou referir se prefiro esta ou se prefiro aquela só vou colocar as possibilidades em cima da mesa. Uma adesão à parceria do Noroeste é uma das possibilidades, outra possibilidade, tendo em conta a localização geográfica do concelho da Póvoa de Lanhoso, poderá passar por aderir a um serviço que já está a ser prestado ao público num concelho vizinho, como é o caso de Braga e como é o caso da AGERE, é uma possibilidade, outra possibilidade passará também por estudarmos a adesão à Vimágua e no Município de Guimarães, percebendo qual destas três alternativas permitem à Póvoa de Lanhoso acelerar o investimento na área do saneamento e permitir que nós possamos evoluir a um ritmo francamente mais acelerado do que o ritmo que temos tido de um por cento por ano.

E isso significa, senhora deputada, ter um plano, ter uma estratégia, ter o trabalho de casa feito e ter uma intenção. E é essa a nossa intenção, e é isso que nós queremos fazer nos próximos quatro anos, tomar uma decisão que permitirá perceber de que forma vai ser gerida a rede de saneamento do concelho por quem e com que garantias em termos de investimento e já agora com que acordo em termos de estabilidade de tarifas que isso também é absolutamente fundamental. Nós nunca vamos permitir que outro concessionário possa, a seu bel-prazer, decidir de que forma vão evoluir as tarifas nas próximas décadas no concelho da Póvoa de Lanhoso. Eu como Presidente de Câmara não permitirei isso e, portanto, essa será uma questão fundamental que terá de fazer parte da negociação qualquer que seja ela e de qualquer plano que venha a ser acordado, seja com a parceria do Noroeste via Águas do Norte, mas estamos a falar de um conjunto de municípios que gerem e que estão integrados nessa parceria, seja através da AGERE, seja através da Vimágua, estas são hoje as três alternativas a não ser que surja, o que não é muito vislumbrável, até porque isso é uma solução de há décadas, mas a não ser que surja uma possibilidade de financiamento através de fundos comunitários, mas eu diria que essa é altamente improvável, até porque hoje, aos olhos da Comunidade Europeia, Portugal é um país que já passou essa fase de investimento infraestrutural nesta área e, portanto, as metas que são traçadas e as áreas que são priorizadas em relação a Portugal não têm em conta a área de saneamento nem do abastecimento de água ao domicílio. Queria deixar esse esclarecimento, porque mais do que falar em aumentar receitas ou encurtar despesas, é preciso ter uma visão clara e é preciso ter uma intenção e é preciso ter um propósito relativamente àquilo que queremos fazer para resolver concretamente este problema.

Sobre o traçado que foi aprovado já agora pela IP, é importante esclarecer, eu já o disse aqui várias vezes, mas digo mais uma vez, o traçado da Via circular que foi apresentado à IP pelo município e que foi consensualizado e, portanto, aceite pelas infraestruturas de Portugal, quando a senhora deputada sugere que o traçado poderia ter sido diferente ou deveria ter tido uma alternativa bom, o que me fez lembrar de repente e é normal, porque também não está cá há muitos anos, é que conhece mal o concelho da Póvoa de

Lanhoso e, repito, é normal porque uma via circular que deva atravessar a vila e que deva desviar o trânsito e o tráfego do nosso casco urbano tem de necessariamente atravessar aquela linha de água que atravessa a sede do concelho e que dividia há muitos anos atrás, não sei se sabe também, mas que dividia há muitos anos atrás, a freguesia de Lanhoso da freguesia de Fontarcada, as duas que se encontravam na linha de água que atravessa o centro da Póvoa de Lanhoso. Depois foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Amparo, também já percebi que também não sabe, mas depois foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Amparo que comemorou recentemente 100 anos e, portanto, essa linha de água atravessa a vila da Póvoa de Lanhoso. Ora, se nós queremos, se nós queremos ter uma linha de tráfego que desvio do trânsito do centro e do casco urbano da Póvoa de Lanhoso, necessariamente teríamos de atravessar a linha de água. Aquilo que está em causa aqui não ter uma alternativa em termos de traçado, o que está em causa e o que foi colocado em cima da mesa pela Agência Portuguesa do Ambiente é a necessidade, ao contrário daquilo que a lei prevê, a necessidade de constituição de uma avaliação de impacto ambiental, foi isso que despoletou o processo desde fevereiro, março de 2024, que levou agora à submissão da avaliação de impacto ambiental em final do mês de agosto, junto da Agência Portuguesa de Ambiente e, portanto, não havia traçado alternativo. O traçado foi consensualizado com as infraestruturas de Portugal, da mesma forma que não havia forma de atravessar a vila sem em algum ponto, atravessar essa linha de água, isso é inevitável e quem conhecesse minimamente o concelho da Póvoa de Lanhoso também saberia isso. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PAOD e passou ao Período de Intervenção dos Presidentes de Junta (PIPJ). E concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Monsul, José Manuel Tinoco.

Interveio o Presidente de Junta da Freguesia de Monsul, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta também é a minha última intervenção como Presidente de junta, talvez como Presidente de junta e como também político, uma vez que não vou fazer parte de nenhuma lista política das freguesias ou mesmo até à Assembleia ou à Câmara, é mesmo a minha última intervenção. E desde já, quero também desejar aos meus colegas que também estão na minha situação, que também vão sair, muito sucesso para eles e também um sucesso grande para quem nos irá substituir, mas o tema que me traz aqui é para o senhor Presidente da Câmara, uma vez que há três anos e meio, é sobre o campo de futebol, não é nada de especial, mas é sobre o campo de futebol, há três anos e meio, mais ou menos, nesta sala não, mas acho que foi no Theatro, revogamos então um protocolo que havia com a junta de freguesia que rondava os cento e sessenta mil euros, acho eu, para o relvado do campo sintético em Monsul, no qual nós na altura e muito bem aceitámos, revogar o contrato para umas condições melhores.

E é verdade que até hoje, pronto, não se vê grande coisa, eu compreendo que se fez trabalhos no campo, mas pronto, eu não é bem o caso eu quero esclarecer, porque os monsulenses pedem a minha opinião sobre esse aspeto. E eu sinto-me no dever, como é a última vez que eu estou cá, de explicar e para que eles fiquem informados sobre isso. Eu sei que fizeram os estudos do solo, sei que o projeto está, eu já vi o projeto, está tudo muito bem, sei que essas coisas também ficam caras, mas, pronto, eu quero é que esse projeto dê continuação e também nós ainda não chegámos ao fim do ano de 2025, que era mais ou menos quando estava previsto iniciar essas obras, esse ponto pronto, gostava que o senhor Presidente esclarecesse mais os monsulenses sobre o assunto no qual eles estão a lutar agora, renovaram com o grupo desportivo, fizeram nova direção, já têm equipas, estão a contar com o campo e acho que faz falta no baixo concelho esse campo, porque você sabe que há muitos miúdos, são dez freguesias, quase à volta de Monsul e o campo em Monsul por muito que muitos, se calhar, achem que não faz falta, mas eu acho que era uma boa coisa para o concelho e para a freguesia de Monsul, e não só que os miúdos daquelas freguesias, vão todos para crespos e outros clubes no qual os pais é que têm que os levar e imagine um miúdo de Verim, Friande ou Ajude, ir os pais duas vezes por semana a crespos, se fosse em Monsul era muito mais prático. Nesse ponto acho que está esclarecido, e depois também sobre a casa da beira da Igreja, o ponto de situação que está agora, uma vez que a câmara que vai agora assumir essa parte, também gostava que ficasse isso esclarecido e, de resto, acho que está tudo desejo a todos muito sucesso para o futuro e até uma oportunidade, talvez como público, mas dificilmente irei cá vir falar, porque eu não sou muito de falar.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da União das Freguesias de Águas Santas e Moure, Gilberto Anjos.

Interveio o Presidente da União das Freguesias de Águas Santas e Moure, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta intervenção no período dos Presidentes de junta, tenho que a fazer, e devo fazê-la pelo facto de estar também eu de saída.

Fui eleito Presidente de junta em 2009, quis o destino que a minha primeira Assembleia Municipal em que participei na qualidade de Presidente de Junta foi precisamente nesta sala acompanhado por uma pessoa que também, já não está connosco, também já foram feitas algumas menções e essa também tem que ser feita ao senhor Agostinho do Rosário, e, portanto, foram dezasseis anos, estou a sair de dezasseis anos de autarca Presidente de Junta e cabe-me aqui vir e agradecer a todos aqueles que contribuíram para o meu trabalho, para o trabalho da minha equipa na freguesia de Moure, inicialmente e seguidamente na freguesia de Águas Santas e Moure.

Quero também deixar bem claro e com muito orgulho a função, o cargo que desempenhei ao longo da minha vida, que mais me orgulho até ao momento é, de facto,

o facto de ter sido Presidente de junta. Ser Presidente de junta, permite-nos estar na primeira linha, na linha da frente, no apoio das pessoas, muitas das vezes somos nós que temos menos meios mas somos nós os primeiros a ser procurados em todos os aspetos, nomeadamente mais concretamente na Proteção Civil e querendo deixar também esse testemunho do papel importante que todos nós tivemos, Presidentes de Junta, e faço destaque desta fase do Covid-19, portanto, o nosso papel foi fundamental para as nossas pessoas, daí destacar este momento e o papel que me marcou bastante, porque senti aí de uma forma mais especial, o quanto somos importantes, destacar pela negativa ao longo desses anos todos o facto de termos tido desagregação de freguesia, precisamente por causa aquilo que disse anteriormente, porque a nossa proximidade e o nosso trabalho junto da população é sem dúvida, o mais importante no meu ponto de vista.

Portanto, despeço-me, agradeço no nome do senhor Presidente da Câmara Municipal, todos os anteriores executivos e não querendo de todo politizar, uns fizeram mais, outros fizeram menos, foi como foi, contudo, tenho muito orgulho do trabalho desenvolvido juntamente com a minha equipa, da qual também quero deixar um grande abraço, porque sem eles nada daquilo que conseguimos fazer teria sido feito. Muito boa noite e obrigado a todos.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da União das Freguesias de Esperança e Brunhais, António Marques.

Interveio o Presidente da União das Freguesias de Esperança e Brunhais, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Depois de doze anos dedicados ao serviço da nossa União de Freguesias de Esperança e Brunhais na companhia do Vasco Fernandes e da Cátia Silva. Fico honrado pelas muitas amizades criadas, bem como pela oportunidade que tivemos de servir a nossa população.

Não posso esquecer o saudoso e ex-Presidente Manuel Baptista e o ex-Presidente Avelino Silva, que muito ajudaram a desenvolver e a consolidar a criação da nossa União de freguesias. O meu agradecimento vai também para todos os elementos que constituíram as três exemplares assembleias de freguesia, durante estes doze anos. Um bem-haja a todos os proprietários que permitiram resultados significativos, quer em alargamento das vias públicas ou espaços de lazer.

No mandato em que celebramos com toda a pompa, os 50 anos dos 25 de Abril e da democracia em Portugal, temos um senhor Presidente da Câmara com uma democracia que muito o caracteriza, quando o executivo da Esperança e Brunhais no primeiro convite que teve para apresentar o seu orçamento, apenas nos atribuiu o jardim do Parque Armando Oliveira na Esperança, alegando que entregámos o orçamento fora de prazo, quando não estava estabelecida nenhuma data, em democracia e sabendo da

nossa existência que devia existir uma verba mesmo que fosse mínima para as duas freguesias. No segundo convite para apresentar o Orçamento do ano de 2024 e 2025, quando as nossas expectativas eram altas, pensando que íamos ser ressarcidos do anterior orçamento, levamos com um orçamento de zero euros para a freguesia de Esperança, a Brunhais foi atribuído o asfaltamento da Rua trás da vinha e parte da Avenida da Igreja e a construção de um muro de suporte próximo da Associação Desportiva de Brunhais. Bem, o asfaltamento foi feito, agora a construção do muro, continuamos à espera. É bom que se diga, porque há ainda gente na Esperança e Brunhais que não acredita, dos poucos trabalhos que a Câmara fez na Esperança e Brunhais, a Junta de Freguesia não era tida nem achada, era como se não existisse junta de freguesia. Como isto, houve obras feitas a pedido de particulares, mas pedir um parecer à Junta de Freguesia ou dar conhecimento nada, por isto, é bom refletir as palavras dirigidas pelo senhor Presidente da Câmara no boletim Municipal, só assim é possível garantir que todas as freguesias, sem exceção, se sintam verdadeiramente incluídas no desenvolvimento do nosso concelho. Fica a pergunta a todo o povo de Esperança e Brunhais se foi um mandato de quatro anos para esquecer ou para continuar a recordar.

Deixo aqui um agradecimento especial a toda a população que desejou e confiou na minha pessoa para administrar este exigente cargo de Presidente da Junta da União de Freguesias de Esperança e Brunhais. Assim me despeço, para todos o meu muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, e no uso da palavra referiu:

“Bom, então, aproveitando o melhor possível os três minutos, eu peço que fique registado em ata para memória futura, que efetivamente o senhor Presidente de junta de Monsul abriu mão de uma verba no início deste mandato, para podermos elaborar um projeto diferente e mais completo e foi isso que fizemos. O projeto foi terminado durante o 2023, início de 2024. Submetemos esse projeto a uma candidatura do Portugal 2030 e recebemos a aprovação, há coisa de trinta dias, talvez há coisa de um mês, de uma verba de trezentos mil euros que vai servir para requalificar o piso do campo de jogos e os balneários do grupo desportivo de Monsul que, espero eu, espero eu, poderão servir a partir da próxima época, porque esta época, o grupo desportivo que foi reorganizado está a treinar e a jogar num espaço diferente, mas que poderão servir a partir da época 2026/2027 para que possam jogar no campo de jogos de Monsul, está aprovado e fica registado em ata.

Em relação à propriedade junto à Igreja, aguardamos a avaliação do avaliador externo, solicitamos uma avaliação externa, precisamente para podermos partir para a aquisição

e, portanto, peço que fique registado, também em ata, que estamos a aguardar receber o trabalho de um avaliador externo que nos informará do valor que entende que deverá corresponder, espero eu, àquilo que está acordado com os particulares, com os herdeiros, para que esse espaço possa ser adquirido tão breve quanto possível, se possível até final deste ano.

O senhor Presidente de Junta de Esperança e Brunhais veio aqui no final do mandato fazer referências curiosas e eu quero-lhe recordar só três momentos que eu acho que contradizem bastante aquilo que acabou de dizer, em primeiro lugar, nós iniciámos este mandato, resolvendo à União de Freguesias de Esperança e Brunhais um problema fruto do contrato Interadministrativo que estava em curso no final do ano de 2021, precipitando um pagamento para que vossa excelência não ficasse sem o valor a que teria direito se tivesse cumprido o contrato interadministrativo do ano de 2021. Recorde-se, desse momento, foi uma reunião na sala de reuniões da Câmara Municipal estavam presentes mais pessoas, inclusive o arquiteto Vasco e, portanto, a Câmara Municipal, nesse momento, não deixou a Junta de freguesia na mão e transferiu o dinheiro para a Junta de Freguesia, mesmo sem o processo devidamente concretizado. Tome nota, senhor Presidente. Em segundo lugar, a Estrada de Covas, porque vossa Ex.^a queria requalificar a estrada de Covas e numa visita que fizemos à freguesia manifestou essa dificuldade, porque o interesse seria de conseguir requalificar a estrada toda e faltava ainda uma verba significativa, e o senhor devia recordar-se, recorda-se que eu estou a ver pela sua feição, que, nesse momento, aquilo que fizemos foi acrescentar não posso precisar se foram dez mil euros, onze mil euros ao valor que já estava estipulado entre nós, nesse ano, para a União de Freguesias de Esperança e Brunhais, para que o dinheiro pudesse ser suficiente para que a Estrada de Covas pudesse ser pavimentada. O senhor, esqueceu-se de lembrar esse pormenor e teria sido muito simpático que o tivesse feito também na sua intervenção. Em terceiro lugar, fizemos um investimento muito significativo na rede de água, principalmente na freguesia da Esperança, muito significativo e servimos muitas pessoas que estavam há muitos anos, desde sempre à espera de ter água ao domicílio na freguesia de Esperança, alugámos uma baladeira durante trinta dias que andou em três freguesias, uma delas Sobradelo da Goma, também, onde ainda nos falta concretizar uma série de ramais que estamos agora a concretizar nesta fase de setembro, até início de outubro, mas a freguesia da Esperança foi das freguesias mais beneficiadas pelo investimento na rede de água do município da Póvoa de Lanhoso. E o senhor Presidente, esqueceu-se de o referir na sua intervenção.

Senhor Presidente, eu percebo o calor das campanhas eleitorais, eu percebo até a necessidade de vir aqui fazer alguma espécie de defesa do seu trabalho, como é evidente que está em funções, faz muitas coisas bem feitas, o senhor também as terá feito, elas serão percecionadas, imagino eu, só em dez segundos, senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizer-lhe que teria sido mais correto, da sua parte, referir aquilo que acha que correu mal, mas lembrar aquilo que nós fizemos excecionalmente e que correu bem,

excecionalmente, não tinha sido acordado previamente, excecionalmente, muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PIPJ e passou ao Período de Intervenção das Comissões Permanentes e da Comissão Consultiva da revisão do PDM. E concedeu a palavra à Presidente da Comissão Permanente do Ambiente e Proteção Civil, a deputada Sónia Fernandes, do GP do PSD.

Interveio a deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Cumpre-me agora na qualidade de Presidente da Comissão Permanente do Ambiente e Proteção Civil da Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso, informar o que se segue.

No decorrer do ano de 2025, nos primeiros dias do ano, esta Comissão agilizou várias iniciativas quanto à denúncia que lhes chegou relativamente a uma possível contaminação da ribeira de Riamondes na freguesia de Lanhoso deste concelho, já que a ribeira apresentava desde as primeiras horas da manhã no dia 5 de janeiro, uma coloração castanha, espumas brancas e um cheiro nauseabundo. Foram enviados a esta comissão vídeos efetuados por populares do estado das águas da ribeira. Naquela altura, ocorria forte precipitação, as chuvas eram intensas, quase ininterruptas há já vários dias e nesse mesmo dia, de cinco de janeiro, membros desta Comissão acompanharam-me ao local, estando presente o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia de Lanhoso e aí constataram o relatado e de imediato efetuou-se contato telefónico às autoridades competentes ao SEPNA para que atuasse em conformidade e, nomeadamente, proceder à recolha de amostras de água da ribeira. O que solicitou mais se informou estarmos na posse dos tais vídeos efetuados por populares ao rio.

Seguidamente, por escrito, foi igualmente feita comunicação da situação ao senhor Presidente da Câmara, ao Senhor vereador do Ambiente e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Esta situação sobre a ribeira de Riamondes voltou a repetir-se no dia dez de Janeiro e de imediato assim, comunicado à Comissão Permanente do Ambiente, procedemos nos mesmos termos, informando as autoridades referidas. Dizer ainda que esta informação já havia sido reportada a esta digníssima Assembleia Municipal aquando da sua reunião de 28 de fevereiro. Mais dizer, que o SEPNA informou esta Comissão não ter sido possível apurar as causas da contaminação da mesma, dado o elevado índice de pluviosidade, nenhuma comunicação foi transmitida a esta comissão por parte do executivo municipal, mormente do pelouro do Ambiente.

É tudo o que nos cumpre informar.

Póvoa de Lanhoso, 11 de setembro de 2025.

Muito obrigada a todos e a todas.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento.

Interveio o deputado Pedro Afonso, em substituição do Presidente da Comissão, o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em substituição do Presidente da Comissão de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, passo então a descrever o relatório de atividades de 2025.

Pareceres emitidos:

- Parecer número 1 de 2025, de vinte se de vinte cinco de janeiro de 2025, atribuição de topónimo a Travessa de Simões, na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; colocação de sinalética de trânsito proibido na União de Freguesias de Calvos e Frades; colocação de passadeira na Rua da Boucinha, na freguesia de Vilela.

- Parecer número 2 de 2025, de 24 de fevereiro, atribuição de estacionamento privativo na Rua Teixeira Ribeiro, n.º 107, freguesia de Póvoa de Lanhoso; acréscimos de lugares afetos a operações de cargas e descargas na Praça Engenheiro Armando Rodrigues, na freguesia de Póvoa de Lanhoso.

- Parecer número 3 de 2025, de 26 de maio de 2025, atribuição de novo topónimo Travessa da Rua de Aldeia Nova, na freguesia de Póvoa de Lanhoso; colocação de lombas na Rua dos Moinhos Novos na freguesia da Póvoa de Lanhoso; colocação de sinalética, paragem de autocarros na freguesia de Covelas; colocação de sinalética, entrada e saída de camiões de cargas e descargas na freguesia de Vilela.

- Parecer número 4 de 2025, de 17 de julho, alteração parcial do traçado, Regulamento Rua do Alto da Bela na freguesia de Póvoa de Lanhoso; colocação de sinalética vertical no Monte do Pilar; alteração de toponímia, a atribuição do nome de Juan União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; criação de prolongamento do topónimo existente na freguesia de Taíde; retificação de parcela de terreno ao domínio público na freguesia de Taíde; colocação de lombas na Rua do Cruzeiro na freguesia de Vilela.

- Parecer número 5 de 2025, de 11 de setembro, pedido de lugar de estacionamento privativo por parte do requerente INVENTA, AL, Lda. na freguesia de Póvoa de Lanhoso; pedido do lugar de estacionamento privativo por parte do requerente Rosa Cristina de Freitas Fernandes, na freguesia de Póvoa de Lanhoso; prolongamento de um topónimo Rua de São João na União de freguesias de Campos e Louredo; prolongamento de um topónimo Rua Senhora da Ajuda, na União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude; atribuição de toponímia e passagem a domínio público na Rua de São Francisco de Assis, padroeiro dos animais, na freguesia de Póvoa de Lanhoso; prolongamento do topónimo Rua da Grila na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; novo Arruamento em Burgães, Travessa da Rua Arlindo Lopes, na freguesia de Póvoa de Lanhoso; colocação de lombas e espelho na Avenida Delfim Rodrigues, na freguesia de Vilela e pedido para a

colocação de um sinal de paragem de transporte coletivo de passageiros na freguesia de Covelas.

Em súmula, a Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, diligenciou todas as ações necessárias de consulta e contacto com o executivo municipal, serviços técnicos da Câmara Municipal, juntas de freguesia, e demais entidades e instituições concelhias por forma a emitir no decorrer do ano de 2025, os cinco parecer supramencionados nos quais constam as seguintes vinte e quatro referências supracitadas a saber, nove referências respeitantes alterações de circulação de trânsito nas freguesias e Uniões de freguesias de Calvos e Frades, Vilela, Póvoa de Lanhoso e Covelas; três referências respeitantes a atribuição de lugares de estacionamento privativo na freguesia de Póvoa de Lanhoso; uma referência respeitante à atribuição de lugares para cargas e descargas na freguesia de Póvoa de Lanhoso e onze referências respeitantes a alterações e atribuições de novos topónimos nas freguesias/União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, Póvoa de Lanhoso, Taíde, Campos e Louredo, Verim, Friande e Ajude.

Póvoa de Lanhoso, 11 de setembro em representação do presidente da Comissão de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento da Assembleia Municipal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Comissão Permanente da Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social.

Interveio o secretário da Comissão, o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Na qualidade de secretário da Comissão Permanente de Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social, cumpre-me desde já registar que durante este intervalo, o ano de 2025 não foram realizadas atividades formais pela Comissão.

Quero, no entanto, deixar claro que esta ausência de ação não resulta da falta de empenho ou disponibilidade por parte dos seus membros. Todos tiveram em permanência prontos para reunir, analisar matérias, ou emitir pareceres sempre que fossem solicitados, a verdade é que não nos foram remetidos assunção ou propostas que justificassem a nossa intervenção, o que, naturalmente, condicionou a nossa atividade.

Ainda assim, não podemos deixar de sublinhar a relevância das áreas que nos cabem acompanhar. A educação continua a enfrentar desafios significativos da valorização da escola pública à promoção de igualdade e de oportunidades, passando pela necessidade de reforçar a ligação entre a comunidade educativa e a autarquia.

Também no desporto merece atenção especial, seja pela sua importância na formação das crianças e jovens, seja pela promoção de estilos de vida saudáveis e pelo apoio ao movimento associativo que desempenham um papel fundamental na coesão social do nosso concelho.

No domínio da responsabilidade social, os tempos que vivemos exigem respostas robustas e inovadoras. O apoio às famílias, aos idosos, às pessoas em situação de vulnerabilidade e às instituições sociais locais deve continuar a ser uma prioridade de todos nós, numa lógica de solidariedade e proximidade. Por último, na vertente da juventude, enfrentamos o desafio de assegurar que os jovens, encontram no nosso concelho, oportunidades de participação, de desenvolvimento pessoal e de fixação, a sua voz deve ser escutada e integrada nos processos de decisão, pois são eles quem garante a vitalidade futura da nossa comunidade.

Assim, mesmo sem atividades formais neste período, a Comissão reafirma a sua total disponibilidade para intervir de forma construtiva e colaborativa, sempre que for chamada a fazê-lo. Estamos conscientes de que os desafios são muito complexos, mas também convictos de que, com diálogo, cooperação e sentido de responsabilidade, podemos dar um contributo positivo e efetivo para o desenvolvimento do nosso concelho.

Póvoa de Lanhoso, 11 de sempre de 2025.

Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Comissão Consultiva da Revisão do PDM.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal é, mais uma vez, com profunda preocupação e indignação política que me dirijo a esta Assembleia para falar do ponto de situação da revisão do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso. Quer eu quer o deputado Pedro Afonso, fomos formalmente designados por esta Assembleia como representantes na Comissão Consultiva.

No entanto, decorrido praticamente todo o mandato, a verdade é dura e inegável, continuamos praticamente no mesmo ponto onde estávamos no início. Dizemos isto, porque a única reunião da Comissão plenária ocorreu a 20 de maio de 2022. Desde então, não recebemos qualquer nova informação, nenhum documento de trabalho, nenhum ponto de situação, fomos excluídos de participar ativamente no processo e, consequentemente, esta assembleia também. Impedidos de exercer o papel que esta assembleia nos confiou de contribuir com conhecimento técnico e empenho total com que nos propusemos para a elaboração de um instrumento absolutamente fundamental para o futuro do concelho.

Mais do que uma falha de comunicação, este configura uma falha grave de respeito institucional para com esta assembleia e para com todos os povoenses por ela representados. Lamentamos profundamente esta exclusão, lamentamos ainda mais quando em tão confiante nos foi transmitido no início de mandato, que seria dado um

forte impulso, à temática da revisão do PDM e que estaria concluída até 31 de dezembro de 2022, o que certamente agradou a todos os povoenses sem a exceção. Ora passou 2023, terminou 2024 e é certo também que 2025 chegará ao fim, sem que o PDM esteja revisto e, para além disso, a falta de revisão atempada de normativos complementares, como o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação ou ainda o Regulamento Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, que deveriam estar devidamente revistos e compatibilizados com a proposta de revisão do PDM.

Isto deixa bem patente e à vista de todos o muito que ainda está por fazer nesta matéria. Seria cómodo tentar desviar responsabilidades para terceiros, mas a verdade é inequívoca e tem consequências reais. Famílias continuam sem poder construir; investidores e empresários continuam sem segurança jurídica para avançar, freguesias inteiras sem resposta às suas necessidades de ordenamento e crescimento. O futuro dos povoenses está paralisado, não por falta de meios, mas por falta de vontade ou capacidade política. Este mandato tornou evidente que a falta de prioridade atribuída ao PDM comprometeu o desenvolvimento do concelho.

Por último e nesta assembleia do mandato, deixamos um apelo que é também uma exigência democrática. A revisão do PDM não pode continuar a ser um assunto menor, entendido como apenas algum conjunto de documentos e mapas, tem de se tornar finalmente uma realidade ao serviço de todos os povoenses.

11 de setembro de 2025.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o Período de Intervenção das Comissões, e passou ao Período de Intervenção do Público (PIP), concedendo a palavra ao senhor José Vilela de Sobradelo da Goma.

Interveio o senhor José Vilela, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Caros senhores, exponho a minha situação com vergonha e tristeza do que se passa realmente no concelho e venho expô-lo não por propaganda política, mas por necessidade e desespero.

Fui emigrante e regresssei a Portugal em setembro de 2018, tendo começado a residir em Sobradelo da Goma em 04/03/2023, casa essa que não tinha água de rede. Fui à Câmara Municipal para tratar disso e disseram-me que em seis meses teria água em casa. Passaram-se os seis meses, e nada foi feito, por isso, fui novamente à Câmara Municipal ver o que se passava e apenas me diziam para aguardar. Passou o ano de 2024, continuava sem água. O Dr. Paulo Gago, o senhor José Amorim e o Eng.º Eduardo, fora a minha casa em março de 2025, e o Dr. Paulo Gago disse-me a minha e à minha esposa, presente, que o mais tardar em abril de 2025 teria água em casa. No final de abril de 2025 continuava sem água, liguei o Dr. Paulo Gago, que disse que nunca me tinha dito que teria água em abril, mas sim em maio e desligou o telefone, porem isso não é

verdade, pois o Dr. Paulo Gago referia-se a abril e não a maio. A verdade é que nada foi tratado nem em abril, nem em maio, nem em junho, nem em julho nem em agosto. Na semana passada, em minha casa, a Dra. Fátima Moreira, disse que ia tratar da minha situação, mas ainda não fui contactado por quem quer que seja.

Desde que comprei a minha casa, um vizinho me tem cedido água dele por simpatia através de uma mangueira e é dessa água que nós tomamos banho, usamos para as nossas refeições e para a nossa higiene. Como todos sabemos, este ano houve um incêndio grave em Sobradelo da Goma e eu nem água tinha para valer à minha casa, nem à minha família, caso acontecesse. Esta situação tem-me causado diversos transtornos e incómodos, pois a maior parte dos que aqui têm o privilégio de abrir uma torneira e sair a água para todas as suas necessidades, e eu e a minha família em setembro de 2025 ainda não posso ser digno desta regalia. Além disso, a minha saúde e a da minha esposa estão também em causa, pois, por não termos água potável, já tivemos alguns problemas de saúde, incluindo infeções que nos levaram a tratamento hospitalar. Toda esta situação já foi reportada diversas vezes a várias pessoas na Câmara Municipal e até hoje continuo sem água, pois há dois anos que me andam a prometer que vão resolver o problema, mas sem cumprir com a palavra.

Termino reiterando que o meu propósito não é político. O meu propósito é única e exclusivamente fazer ouvir-me de uma vez por todas, e dirijo-me a si senhor, Presidente Frederico Castro, não permita que um munícipe do concelho que o senhor representa, viva nestas condições nos dias de hoje, dirijo-me também a todos os que pretendem e representam o concelho para que a minha situação sirva de exemplo e antes dos projetos grandes resolvam, em primeiro lugar, as situações urgentes e diretas dos povoenses que é o direito de ter água nas suas casas.

Muito obrigado, boa noite.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor José Vilela, eu queria começar por dizer que, independentemente de termos ou não conversado sobre esse tema e, de facto, não aconteceu, eu tenho a responsabilidade máxima relativamente àquilo que possam ser os incumprimentos dos serviços ou de quem quer que seja que tenha prestado algum tipo de informação que não corresponde àquilo que era a sua expectativa e, portanto, assumo essa responsabilidade, dizendo-lhe também, não em jeito de desculpa, mas dizendo-lhe também que, de facto, o período de Primavera e Verão é um período em que todos os anos surgem, digamos que afazeres relativamente à rede de água que não estão programados, porque todos os anos e nos últimos anos, principalmente, temos tido por força das alterações climáticas,

emergências que têm que ver com ligações de ramais já existentes, de pessoas que têm poço, têm furo, têm uma mina e que ficam sem água de um dia para o outro, que ficam sem água de um dia para o outro. Não estou a dizer que esses casos são mais importantes que outros casos que possam ser aqui apresentados, nomeadamente o seu. O caso de Sobradelo da Goma e o facto de ser natural de Sobradelo da Goma e residente em Sobradelo da Goma é paradigmático, porque efetivamente Sobradelo da Goma é a freguesia onde nós investimos mais na rede de água neste mandato. É a freguesia onde fizemos mais quilómetros de ramal de água, de ligações de água e ainda estamos a fazê-lo, porque é importante, julgo eu, para todos nós perceber o ponto de situação deste caso em concreto e da empreitada que está a decorrer em Sobradelo da Goma e, portanto, eu vou ler uma informação que eu peço informação aos serviços dos vários, do ponto de situação de cada uma das equipas que está com trabalhos em curso em cada freguesia, em cada área, neste caso sobre a rede de água e neste caso concreto sobre Sobradelo da Goma e vou ler a informação que é a seguinte. Estamos a dar continuidade à rede de abastecimento em Sobradelo com duas equipas, reforçamos há uma semana com uma segunda equipa, porque estava só uma equipa no terreno. Estávamos a resolver outros problemas noutras frentes, estamos com duas equipas, neste momento, em Sobradelo da Goma, uma equipa encontra-se a executar o auto de Várzeas.

Neste momento, estamos na Rua de Belmonte e uma segunda equipa irá ligar a conduta que se encontra junto à casa do senhor Marques, à conduta que se encontra seca, por enquanto, na Avenida de Várzeas, faltam cerca de quinhentos metros, depois de ativar a Av. de Várzeas apenas falta a derivação para a Rua dos Carneiros e respetivos ramais domiciliários. Portanto, é verdade que nós não temos ainda o assunto resolvido e eu gostava muito que o pudéssemos ter, mas também é verdade que o investimento que o município está a fazer em concreto em Sobradelo da Goma e em concreto, no lugar de Várzeas e nestas ruas nos dá uma expectativa positiva relativamente a um prazo que eu penso que é curto e que por aquilo que me foi dito pelos serviços, andarà entre final do mês de setembro, início do mês de outubro, mas eu prefiro e quero dizê-lo aqui de micro aberto em "on". Prefiro que não fique estabelecido nenhum prazo entre nós, porque pode perfeitamente na próxima semana surgir uma emergência numa freguesia ou uma rutura ou uma necessidade que precise de ser atendida e que interrompa o trabalho destas equipas, mas o plano, neste momento, é final de setembro ou início de outubro em condições normais. Muito obrigado."

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o PIP e informou que se faria um intervalo. Após o intervalo, passou de imediato ao período da ordem do dia. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Cumprindo o estabelecido no artigo 2, n.º 2, da alínea c) do Regimento farei a análise da informação referente à atividade do município, bem como a sua situação financeira. O período em causa diz respeito a perto de dois meses de atividade, já que a anterior sessão ordinária do presente mandato decorreu no passado dia trinta de junho.

No que respeita à educação, serviços sociais e saúde destacamos o seguinte. O período em análise fica marcado pela preparação do ano letivo 2025/2026, que arranca por estes dias e que abre marcado pela continuidade a alguns projetos educativos, ensino da nataçãõ para as turmas do quinto ano, Plano Intermunicipal de Promoção do sucesso escolar povoARTE educa, o projeto Hypatiamat, a plataforma + cidadania, o projeto Convence-me no âmbito da promoção da leitura, a horta das cores para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Também com os novos projetos, o ColorADD, que visa a integração escolar de alunos e alunas com daltonismo. O projeto TABU destinado ao ensino secundário que visa o combate às desigualdades com arte terapêutica, o projeto 1, 2, 3 Vamos Brincar outra Vez e o Kit identitário para promoção da aprendizagem do hino da Maria da Fonte junto da educação pré-escolar e do primeiro ciclo. No âmbito da Ação Social Escolar, o município vai continuar a atribuir bolsas de estudo, a estudantes do ensino secundário e do ensino superior.

No âmbito da escola a tempo inteiro, o município vai continuar a disponibilizar atividades de animação e apoio à família. No período de férias letivas de verão o município levou a cabo várias intervenções nos estabelecimentos de ensino, como, por exemplo, limpeza e pintura de fachadas, limpeza de telhados e outras intervenções de melhoria das condições dos edifícios escolares. O período que aqui analisamos fica ainda marcado pela atividade Educação rima com Verão. Este é o nome de um novo programa de ocupação de tempos livres que disponibilizamos entre os dias um e trinta e um de julho. Esta iniciativa com atividades na Praça Eng.º Armando Rodrigues teve como objetivo abranger todas as crianças com idade do ensino pré-escolar, participaram nesta iniciativa aproximadamente cinquenta crianças por dia. No povoARTE educa promovemos ao longo do mês de julho, as oficinas de verão que tiveram como principal objetivo fomentar o desenvolvimento pessoal, emocional e social dos jovens através da expressão artística e da criatividade. Nos prémios nacionais de Educação, a Póvoa de Lanhoso foi distinguida com uma menção honrosa na categoria Arte. Esta categoria visa premiar projetos que se distinguem na promoção da arte na educação e a educação pela arte. No programa NaturaLanhoso, no período em análise, foram recebidos mais de trinta candidaturas. A newsletter da Educação sobre o tema da educação com práticas de felicidade e uma newsletter trimestral, no mês de julho foi elaborada edição número quatro para ser lançada durante o mês de agosto. Nos serviços sociais, no que se refere ao Núcleo Local de Inserção, destacamos o trabalho desenvolvido pela equipa do Serviço

de Atendimento e Acompanhamento Social, no que respeita ao acompanhamento de famílias através de visitas domiciliárias, atendimentos sociais, negociação do contrato de inserção e acordos de inserção social. Através da Eco Loja Social apoiámos vinte cinco famílias com atribuição de cabazes mensais. De referir que, no mesmo espaço onde funcionava a Eco Loja Social abrimos a Eco Loja Comunitária com um novo conceito onde a comunidade é o principal foco de atuação, pretende-se que o método de troca por troca, contribua para o desenvolvimento da economia circular para o fortalecimento de laços comunitários e para o incentivo de práticas de consumo mais conscientes e sustentáveis. No mês julho, quarenta e sete famílias beneficiaram da Eco loja comunitária, já entre os dias vinte cinco vinte e nove de agosto, promovemos através desta resposta, uma campanha de recolha de materiais como mochilas, estojos, cadernos, capas, materiais de escrita e de desenho para o regresso às aulas.

No que se refere aos serviços sociais que funciona na casa da Botica, registámos uma afluência de cerca de cento e noventa e cinco pessoas, assim como cerca de oitenta atendimentos através das comissões técnicas de apoios sociais, mantivemos a análise a processos diversos na área do apoio ao arrendamento, apoio ao empréstimo, tarifário social e o apoio ao medicamento. No que respeita aos seniores, no dia vinte e três de agosto, inaugurámos o décimo sexto centro de convívio, desta vez em Taíde, na antiga escola primária de Quintela. Ao todo, já são mais de quatrocentas as pessoas que frequentam esta rede municipal. Continuamos a trabalhar para a população sénior, sobretudo através dos centros de convívio, mas também de outras entidades parceiras. Durante o período que se reporta esta informação, foram diversas as atividades realizadas e, para além das propostas regulares, destacamos a realização do arraial minhoto que contou com a participação de cerca de quatrocentos utentes da rede dos centros de convívio e da Universidade Sénior. O projeto Municipal Bem-Me-Quer, composto por uma equipa multidisciplinar, a equipa aproximar que foi apresentado na primeira edição do Seminário Internacional de Envelhecimento que decorreu em Guimarães entre os dias quinze e dezassete de julho. O projeto Radar Social assinalou no mês de agosto, o seu primeiro ano de atividade, consolidando-se como uma ferramenta essencial na identificação e encaminhamento de pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social ou em risco de pobreza e exclusão. Iniciado a seis de agosto de dois mil e vinte e quatro o projeto, tem como principal missão detetar precocemente situações de fragilidade social e promover respostas adequadas através da articulação com entidades da rede social e outros parceiros locais. No primeiro ano de intervenção, a equipa do Radar Social sinalizou mais de cem casos. Prevemos iniciar em breve a reativação das comissões sociais inter freguesias. No dia dois julho realizou-se o seminário da apresentação do Contrato Local de Desenvolvimento Social, 5G Lanhoso, um projeto que pretende reforçar as políticas de inclusão social e de combate à pobreza que será coordenado pelo município. Pretende-se que este CLDS seja complementar com outros projetos que estão no terreno, neste âmbito, demos continuidade à atividade

cozinha feliz, tendo sido realizadas diversas sessões. O gabinete de apoio à parentalidade do município realizou no período em análise, o acompanhamento de perto de uma dezena de pais e mães, educadores, filhos, e efetuou cerca de quinze atendimentos.

Continuamos a elaboração da Carta Municipal de Habitação, documento de Planeamento que contamos esteja concluído no próximo ano. Também estamos a dar continuidade à elaboração do Regulamento Municipal para a Habitação. No que se refere ao programa primeiro direito continuam em fase de execução as seguintes obras, construção de trinta e oito fogos no Bobeiro em Taíde, reabilitação das três habitações de Oliveira e das sete de Garfe. Encontra-se também a decorrer o concurso da empreitada para construção de vinte seis fogos em Monsul. De referir ainda que, relativamente à candidatura submetida pelo município, à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e temporário, esta foi reposicionada, passando a integrar um conjunto de dois mil alojamentos definidos na lista provisória do aviso. No âmbito do Balcão de Habitação Energia, uma iniciativa da autarquia em parceria com a Deco, Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor, foram realizados dez atendimentos nos dias três, trinta e um de julho e quatro de setembro.

No que diz respeito à saúde, nomeadamente da saúde mental, continuaram a ser realizadas sessões de acompanhamento psicológico a crianças, adultos e pessoas idosas encaminhadas por diferentes entidades e serviços da comunidade, tendo sido concretizadas num período em análise, cerca de setenta consultas de intervenção psicológica, pelo gabinete de Educação e de Saúde. No que se refere o gabinete de apoio ao cuidador informal, no período em análise deu-se continuidade, à elaboração do perfil do cuidador informal do Concelho com o objetivo de identificar e caracterizar esta população, bem como as suas necessidades. No âmbito do trabalho executado através de serviço Municipal para a igualdade de género e de oportunidades, destacamos a realização de cerca de noventa atendimentos presenciais e não presenciais a vítimas de violência doméstica. Foram ainda abertos cerca de cinco novos processos.

Na área da Juventude e Desporto, vários jovens povoenses participaram na décima sétima edição do programa Verão no Campus entre vinte e um e vinte cinco de julho. Esta atividade foi promovida pela Universidade do Minho com a colaboração da autarquia da Póvoa de Lanhoso no transporte dos jovens povoenses participantes. Divulgamos o concurso Nacional promovido pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, para Jovens entre os quinze e os trinta anos, com o objetivo de selecionar um nome e uma entidade identidade visual para os novos espaços jovens do IPDJ. Também divulgamos as inscrições para a Academia da Atividade promovida pela associação Animar e pelo Projeto Teia trampolim E9G para jovens e membros de organizações de desenvolvimento local. O evento decorre nos dias 11 e 12 de setembro em Setúbal. No âmbito do Dia Internacional da Juventude, proporcionámos entradas gratuitas nas piscinas cobertas municipais a jovens com idades entre os doze e os trinta anos. A partir

da equipa do espaço jovem continuam a ser desenvolvidos os juventude em movimento, nos meses de julho e agosto, recebemos treze candidaturas, realizamos vinte e uma entrevistas e fizemos trinta e três colocações. No âmbito do programa OTL destacamos a participação de nove entidades parceiras. Atribuímos 78 vouchers OTL Verão e 82 vouchers OTL mais inclusivo. No que respeita aos eventos desportivos, no dia cinco e, seis de julho, acolhemos uma competição federada de ténis e de oito a dezassete de agosto, organizamos a 8ª edição do Open de Ténis da Póvoa de Lanhoso. No dia dois de agosto apoiamos a realização do meeting de águas abertas da Goma, organizado pelo Grupo Desportivo da Goma.

No capítulo da melhoria das infraestruturas desportivas, procedemos a diversas intervenções que visaram dotar a comunidade de melhores condições para a prática desportiva, assim como melhorar a eficiência energética dos recintos desportivos. De destacar a inauguração do dia vinte seis de julho, da substituição total do relvado sintético do campo de jogos do grupo desportivo de Porto D'Ave, assim como a melhoria do sistema de drenagem daquele recinto desportivo. Temos participado nas comemorações do centenário do Sport Clube Maria da Fonte, o programa continua a prosseguir. No dia doze de junho estivemos no lançamento do livro Sport Clube Maria da Fonte 1925/2025, inauguração da exposição cem anos do Maria da Fonte. No dia três de julho, estivemos no desfile marifontista, onde foram descerradas placas comemorativas em locais históricos da vila, no hastear da bandeira na sede do clube, na Eucaristia e romagem ao cemitério num almoço de confraternização e na inauguração do mural do Centenário Sport Clube Maria da Fonte. Lembramos que a autarquia associa-se ao Sport Clube Maria da Fonte, nas celebrações do Centenário que decorrem até ao final de 2025. A apresentação da equipa A e das modalidades do clube para a nova época desportiva aconteceram nas noites quinze e vinte e dois de agosto, inserida no programa Póvoa em Festa. No que diz respeito à coesão territorial, no dia dezanove de julho, inaugurámos a requalificação da Junta de Freguesia de Calvos e da sede da banda musical Calvos.

No que se refere às intervenções nas freguesias, apresentamos um ponto de situação das várias obras concluídas nas freguesias de Covelas, Monsul, Rendufinho, Sobradelo da Goma, e na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira. No que respeita a obras em curso, podemos destacar as obras que estão a decorrer na freguesia de Ferreiros, Geraz do Minho, Garfe, Rendufinho, Santo Emilião, São João de Rei, Serzedelo, Sobradelo da Goma, Taíde, União de Freguesias de Águas Santas e Moure, União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Esperança e Brunhais e também na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira. Ao nível das várias intervenções em espaço público de todas destacamos a manutenção do Monte do Pilar e da área do Castelo de Lanhoso, o arranjo paisagístico na envolvente do edifício da Junta de Freguesia de Calvos e sede da Escola da banda, a manutenção de espaços verdes, a antiga escola primária de Frades e da antiga escola primária de Vilela. Apoio às solicitações das juntas de freguesia e Uniões de freguesia para limpeza de bermas, manutenção de ETAR's de

Monsul e União de Freguesias de Águas Santas e Moure, execução de redes e ramais de abastecimento de água e de saneamento um pouco por todo o concelho, reabilitação da antiga escola de Quintela para adaptação para o centro de Convívio, e reparações de coberturas, portões e gradeamentos, mas várias escolas do concelho.

Na área do ambiente, atendendo às temperaturas elevadas que se fizeram sentir no decorrer no mês de agosto, sensibilizamos a população nas redes sociais para um consumo consciente e racional da água. O centro de interpretação do Carvalho de Calvos, no período em análise, foi palco escolhido para as diversas sessões do concerto de Taças tibetanas, que recorrer nos meses de julho e agosto. Para além destas duas iniciativas, foram ainda promovidas atividades que contaram com a participação de quarenta pessoas provenientes de instituições do concelho, recebemos ainda a visita de trinta turistas. Nesta altura das férias de verão o parque é muito procurado por famílias para momentos de lazer ao ar livre e à sombra do Carvalho centenário, destacamos a dinamização de quatro atividades de educação e sensibilização ambiental no âmbito da iniciativa Educação Rima com Verão. No âmbito do projeto de recolha de Bio resíduos, continuávamos no dia um de agosto com mil oitocentos e oitenta e um adesões. O projeto já abrange as freguesias da Póvoa de Lanhoso, Lanhoso, Taíde e as uniões de freguesia de Campos e Louredo e de Fonte Arcada e Oliveira. Na área da saúde animal, temos em curso a empreitada da construção do Centro de recolha oficial de animais. Apoiamos também a realização da festa animal no dia três de agosto, organizada pela Associação teclas do Tempo, um evento que reuniu associações do município, amantes de animais e muitas famílias. Esta iniciativa inseriu-se também na programação da Póvoa em festa.

No que respeita à mobilidade, mantemos o acompanhamento contínuo e continuamos a articular com a Autoridade de Transportes Comunidade Intermunicipal do Ave no âmbito da manutenção e gestão do serviço de transporte público rodoviário. Ainda no âmbito da mobilidade, a 15ª edição da Noite Gerações marca o arranque de uma nova era da mobilidade de eventos, graças a uma parceria entre a Câmara Municipal, a Movize e a organização da Noite Gerações. Através da Movize, torna-se possível planear a viagem de ida e volta, acompanhar horários em tempo real e ver os autocarros no mapa.

No que diz respeito à Proteção Civil. Pelo segundo ano, cerca de dez jovens integrados no Programa Juventude em Movimento dedicada à Proteção Civil, iniciaram no dia catorze de julho, a vigilância florestal do concelho. Neste sentido, esta brigada jovem visitou o posto de vigia da rede oficial no Monte de S. Mamede, inteirando-se sobre as tarefas de vigilância florestal de forma complementar, as de jovens deslocaram-se ainda o que o centro de comando sub-regional de Emergência e Proteção Civil do Ave e ao centro de meios aéreos em Fafe, onde foram recebidos pelo comandante da sub-região, Rui Costa. A Brigada jovem esteve em funções durante o verão, realizamos vigilância florestal a partir do Monte do Pilar. Informamos a população para os diferentes períodos de situação de alerta, decretada pelo Governo no dia dois de agosto, face ao agravamento

das condições meteorológicas e o risco muito elevado e máximo de incêndios rurais. Esta declaração determinou medidas de proteção e prevenção de carácter excepcional, implicando por parte das entidades competentes, a promoção da redução do acesso às áreas florestais, à exceção da circulação e permanência de residentes permanentes ou temporários. Nesse sentido, o município adotou, para além das medidas decretadas pelo Governo, um conjunto de medidas de carácter excepcional, proibição da circulação dos percursos pedestres, proibição do acesso ao Monte de S. Mamede, à praia Fluvial de Verim, à zona fluvial de Ajude, Monsul e à zona fluvial, também, de Taíde, condicionados também o acesso ao Monte do Pilar. No seguimento da situação de alerta que vigorou em diferentes momentos do mês de agosto, concebemos dispensa de serviço aos trabalhadores municipais bombeiros, para poderem desempenhar as funções de bombeiro voluntário. Esta medida de carácter excepcional, visou contribuir para a disponibilidade e prontidão das forças de proteção e socorro. Partilhamos ainda informação diversa nas redes sociais, nomeadamente sobre as candidaturas ao programa Floresta ativa, promovido pelo ICNF e pela agência para o clima através do fundo ambiental. Este programa atribui um apoio direto que pode chegar a seiscentos e cinquenta euros por hectare para candidaturas individuais e oitocentos euros por hectare para candidaturas coletivas. Partilhamos ainda informação sobre o perigo de incêndio rural, e sobre a proibição da realização de queimas de amontoados e de queimadas em território da Póvoa de Lanhoso, até trinta e um de outubro. No que diz respeito ao ordenamento e desenvolvimento económico, basicamente aqui focados no plano diretor municipal.

No decorrer do período em análise, foi possível fechar o processo de exclusões da RAN e no dia vinte e um de agosto realizou-se reunião setorial com a REN. Foram ainda realizados oitenta atendimentos ao público. Sobre a Via circular urbana, submetemos a avaliação de impacto ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente, vamos aguardar a sua análise e aprovação. Posteriormente, submeteremos o projeto às infraestruturas de Portugal para a sua aprovação final. No que diz respeito às empresas emprego no mês de julho, a primeira empresa a instalar-se na LEIRA Startup, mal completou um ano de incubação. No que se refere ao gabinete de apoio à empregabilidade, foram realizados onze atendimentos no decorrer do mês de julho. Estes números devem-se ao período de férias, ao emprego sazonal que faz com que a procura aos serviços desça, bem como o número das pessoas desempregadas inscritas.

No que diz respeito à atividade económica, os dias cinco, seis, e sete de setembro ficam marcados pela realização da iniciativa fins de semana gastronómicos, dando destaque ao bife à romaria. Demos continuidade a algumas iniciativas que já se impõe no calendário de eventos, o mercado PVL realizou-se doze e vinte seis de julho, nove e vinte e três de agosto na praça Eng. Armando Rodrigues, a feira de Antiguidades e velharias realizou-se no dia vinte e oito de junho, vinte seis de julho e no mês de agosto, realizou-se nos dias vinte e três e trinta e um. A Póvoa de Lanhoso marcou presença na 12ª

edição do Vinho Verde Fest, em programa no stand Povoense estiveram representados vários vinhos do nosso concelho. Nesta edição também contamos com a presença e colaboração da Quinta da Igreja como representante do Enoturismo Povoense.

No que diz respeito ao bairro Comercial Digital, o Theatro Club recebeu no dia dezasseis de julho, a sessão pública de apresentação do Bairro Comercial. Esta plataforma irá transformar o comércio local, com soluções tecnológicas inovadoras, uma maior presença digital para os negócios, uma maior ligação entre a comunidade e o comércio de proximidade, sem descurar a valorização da nossa identidade local. Sobre a filigrana no dia catorze de Julho arrancou a primeira turma de formação em filigrana, no âmbito do protocolo recentemente firmado entre o município e o centro de formação profissional da indústria de ourivesaria e relojoaria. A primeira turma é composta por vinte e um formandos, na sua grande maioria provenientes do nosso concelho. A formação terá a duração de duzentas horas, decorre em horário laboral segunda a quinta-feira e prolonga-se até outubro, sendo financiada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, ao abrigo do programa Vida ativa, também está prevista formação em horário pós-laboral a partir de setembro, resultados já desta formação no dia trinta de julho ficaram concluídas as primeiras peças, nomeadamente o coração de filigrana e uma pulseira executadas pelos formandos de iniciação às técnicas da filigrana.

No que diz respeito à atratividade do concelho. Entre os dias três e seis de julho, tivemos no nosso concelho festival Instrumental Portugal, que demonstrou que a cultura é um motor poderoso de encontro, criatividade e desenvolvimento local, e que reforçou o papel central que a música instrumental pode ter na construção de comunidades mais coesas, abertas e culturalmente vibrantes. No dia cinco de agosto, encerramos as comemorações dos cento e vinte anos do Theatro Club. No período em análise, destacamos ainda no Theatro Club, "Pedacos do Zé, Pedacos de nós" pela tuna musical de Santa Marinha, um intercâmbio teatral do grupo Cénico Povoense. Na galeria de exposições, o destaque vai para a vigésima nona exposição aberta de artes plásticas. Nas oficinas de teatro, o que a vida nos encena, um espetáculo das turmas de iniciação e exploração das oficinas de teatro. O Teatro Experimental Maria, o TEM, estreou no dia dezoito de julho, a peça os vultos, junto ao Carvalho de Calvos. Este é o primeiro espetáculo do TEM, o novo projeto do município da Póvoa de Lanhoso, que é a evolução natural da antiga turma de criação das oficinas de teatro do Theatro Club. Animação da noite de vinte sete de julho do Programa Póvoa em Festa ficou a cargo do projeto Póvoa Dança. Através da Casa do livro, promovemos a iniciativa Bibliotecas ao ar livre, verão com livros em julho e agosto. No âmbito do programa de caminhadas, referência para a caminhada noturna de vinte cinco de julho.

No que respeita ao turismo e eventos, o período em análise fica marcado pela realização do programa Póvoa em Festa entre os dias doze de julho e vinte e quatro de agosto, através de uma programação diversificada e abrangente, o programa Póvoa em festa

visou proporcionar momentos de qualidade a todos povoenses e todos os turistas que nos visitam. Destacamos alguns dos eventos realizados na edição deste ano, o sentir Póvoa com a Cuca Roseta, as bandas convidam com Os Pêgas, a festa de espuma e noite jovem, o Festival de Folclore professor Gonçalo Sampaio, a exposição aberta de artes plásticas e, naturalmente, o Póvoa dança. As outras atuações de diversos grupos locais, como os ranchos folclóricos e o grupo de cantares do Cancioneiro Minhoto, foram também grandes atrações deste mesmo programa. A diversidade da programação traduzir-se numa forte adesão popular com a participação de mais de vinte cinco mil pessoas distribuídas pelas várias atividades ao longo do verão. No dia vinte e um de agosto, participamos na apresentação do programa da 15ª edição da Noite Gerações, que se realizou no dia cinco de setembro. Este evento apoiado pela autarquia, inscreve-se nas festividades da Romaria de Nossa Senhora de Porto D'Ave. A Noite Gerações atrai todos os anos milhares de pessoas à Póvoa de Lanhoso, mais concretamente a Porto D'Ave e através desse fluxo, impacta de forma positiva a atividade económica local.

Na área da transição digital e modernização administrativa, a plataforma de serviços online com a possibilidade de instruir pedidos de licenciamento de autorização e comunicações prévias através da plataforma Serviços Online foram submetidos por esta via cerca de dois mil novecentos e trinta e seis processos.

No que diz respeito aos recursos humanos, destacamos o seguinte, foram realizadas as auditorias externas de primeira e segunda fase, ao abrigo da norma, sistema do bem-estar e felicidade organizacional, as quais representam um marco importante na consolidação de uma cultura organizacional centrada nas pessoas. A sua realização demonstra que o município da Póvoa de Lanhoso não só reconhece a importância do bem-estar no ambiente de trabalho, como também está empenhado em garantir um ambiente saudável, inclusivo e motivador. O município da Póvoa de Lanhoso foi distinguido com a marca entidade empregadora inclusiva, atribuída pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, que representa um importante reconhecimento público pelas políticas de inclusão e igualdade de oportunidades e promoção da diversidade que têm vindo a ser implementadas pelo município. Os colaboradores continuam a aderir às novas medidas de conciliação, nomeadamente o gozo da tarde de trabalho no dia de aniversário do filho menor de doze anos, a dispensa de duas horas no dia de aniversário dos pais com idade igual ou superior a sessenta e seis anos de idade.

Notas finais, e estas notas finais começam pelo dia vinte e oito de junho, onde recebemos nos Paços do Concelho, a comitiva da geminação Taíde - Gerzat por ocasião das comemorações de vinte e um anos de amizade e cooperação. O programa englobou já na sede da Junta de Freguesia de Taíde, a assinatura do juramento de geminação em que os representantes das populações assumiram a intenção de continuar a desenvolver e reforçar a aliança entre as duas localidades, promovendo a tolerância e o respeito pelas diferenças, particularmente entre as pessoas mais jovens. No mesmo dia, recebemos no Castelo um grupo de sessenta pessoas participantes no passeio anual de

Ladies of Harley, do Porto Chapter. Na mesma data, evitou de junho, participamos na festa do quadragésimo sexto aniversário do Rancho Folclórico da Póvoa de Lanhoso. Recebemos ainda nos Paços do Concelho, o Presidente do Emilianos Futebol Clube e o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Emilião. Felicitamos este clube pela conquista do campeonato da primeira divisão série C da Associação de Futebol de Braga. No dia cinco de julho, participamos no "CO.CRIA - the networking event" reunir profissionais de diversas áreas para fortalecer conexões, partilhar experiências e gerar oportunidades, foi o objetivo deste evento. No dia dezassete de julho felicitamos o senhor Vítor Manuel Peixoto, do restaurante "O Vítor" que foi condecorado por sua excelência, o senhor Presidente da República com a Ordem de Mérito Empresarial, classe do mérito comercial, grau de oficial, o senhor Vítor, como é conhecido e o restante "O Vítor" são embaixadores da Póvoa de Lanhoso, por isso, esta condecoração traduz o reconhecimento de um trabalho com décadas de divulgação da gastronomia portuguesa, com destaque para o bacalhau, mas também de promoção turística das terras de Lanhoso, dentro e fora do país. No dia vinte e quatro de julho, participamos numa iniciativa dos "Dragões de Entre Douro e Minho", como são conhecidos os militares do Regimento de Cavalaria n.º 6 de Braga, que estiveram na Póvoa de Lanhoso. Este momento contemplou a condecoração de dois antigos combatentes residentes do concelho. A população teve oportunidade de interagir com os militares do RC6, explorar as viaturas que conhecer de perto os seus equipamentos. No dia cinco de agosto, decretámos dois dias de luto municipal pelo falecimento do Dr. José Afonso Lestra Gonçalves, que após o 25 de Abril de 1974, foi nomeado Presidente da primeira Comissão administrativa da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, funções que exerceu durante novembro de 74 e maio de 76. No dia sete de agosto, felicitamos o atleta Pedro Pereira Leite do clube de Caçadores da Póvoa de Lanhoso, por de se ter sagrado campeão nacional de tiro às hélices na última jornada do Campeonato nacional da modalidade, que decorreu em Matosinhos. No dia nove de agosto realiza-se o tradicional passeio concelhio a Fátima com organização da Câmara Municipal e das Juntas de freguesia aderentes, participaram perto de três mil pessoas. No dia três de setembro, realizou-se a festa convívio sénior à Malafaia com a participação de cerca de dois mil e trezentos Povoenses.

Resta a informação financeira, a data de dois de setembro, a execução da receita, a execução orçamental da receita é de vinte e três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e vinte e quatro cêntimos, correspondendo a 52.4% do orçamento. Os valores a receber de participações comunitárias são de cento e quarenta mil quinhentos e cinquenta e quatro, outras receitas, oitocentos e noventa e um mil duzentos e vinte e um, o que perfaz um total de um milhão, trinta e um mil setecentos e setenta e cinco euros. A execução orçamental da despesa paga é correspondente a dezoito milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e seis, correspondendo a 42.1% do orçamento, o total da dívida é de dez milhões, sessenta e dois mil, duzentos e setenta

euros. Não há pagamentos em atraso à data de trinta e um de agosto de 2025. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Caros povoenses analisada a atividade do município, com especial atenção às questões em matéria de proteção civil, podemos constatar que no documento apresentado nem sequer uma única linha consta sobre o último episódio da novela da Braval, desta feita, a ocorrência de um incêndio industrial de proporções consideráveis, a pontos de necessitar da mobilização de meios de sete corporações vizinhas, para além dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, GNR e meios da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, num total de trinta meios e sessenta e nove operacionais destacados para a ocorrência e ainda de meios adicionais de empresas locais, como podemos todos ver nas redes sociais. A ocorrência deste incidente suscitou uma vez mais preocupação na bancada parlamentar do CDS-PP, motivando o envio de um requerimento à mesa desta assembleia a solicitar explicações não só da própria Câmara Municipal, como também dos diversos intervenientes no incidente, através do envio dos respetivos relatórios técnicos das diversas entidades. Foi com alguma estranheza que fomos dando conta da demora na resposta, mas ela haveria de chegar hoje de manhã.

Em suma, recebemos conforme solicitado no referido requerimento, que é do conhecimento de todas as bancadas parlamentares aqui presentes, infelizmente, também só desde o dia de hoje, vários relatórios, a saber da Braval, através do seu diretor-geral, da Proteção Civil Municipal, através do seu coordenador, da Guarda Nacional Republicana, através do chefe da Secção de Operações de Braga, dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, através do seu comandante e ainda o relatório do comando sub-regional do Ave da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, através do Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil. Espanta-nos, portanto, que do relatório da atividade do município nada conste sobre este episódio. Foi, com certeza, um assunto menor em matéria de eventos e de ocorrências no período em análise.

Estranhámos ainda ausência de qualquer menção ao considerando nos diversos relatórios em matéria ambiental, seja pelo incêndio propriamente dito ou pelos danos que possam ter causado à integridade do próprio aterro. Estranhámos ainda que no relatório da própria Braval, de apenas duas páginas lá venha explicitamente mencionado e passo a citar, de referir ainda que, nesta hora, nos dias de fim de semana, as viaturas de espalhamento e cobertura no aterro não se encontram a trabalhar. No meio de tanta estranheza, estranhámos ainda de sobre maneira, a ausência de qualquer

esclarecimento ou pronúncia sobre o assunto, prestado pelo Senhor Presidente da Câmara, enquanto autoridade máxima em matéria de proteção Civil concelhia.

Estranhámos, minhas senhoras e meus senhores, a falta de consideração para com este órgão fiscalizativo, não estranha o CDS-PP, não estranha o Pedro Afonso, estranham seguramente todas as deputadas e todos os deputados eleitos e seguramente também a mesa desta Assembleia. Dando nota que do relatório remetido pela Guarda Nacional Republicana consta ainda que os factos foram participados para o Departamento de Investigação e Ação Penal de Braga, através da secção da Póvoa de Lanhoso. Aguardaremos, pois, por conclusões do referido processo de investigação para futura pronúncia e novas diligências. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Gilberto Anjos.

Interveio o deputado Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Discutimos agora o ponto um da ordem de trabalhos, a análise da atividade do município e a sua situação financeira, e este é sempre um ponto relevante, mas hoje assume um valor ainda mais especial por ser a última vez que o analisamos neste mandato.

Permitam-me começar por reconhecer algo que, do meu ponto de vista, todos temos que admitir com frontalidade, este executivo nunca faltou ao rigor e à clareza na forma como apresentou cada ponto ao longo dos últimos quatro anos, foi sempre cuidadoso na informação, minucioso na explicação e genuíno na vontade de esclarecer todas as dúvidas levantadas por esta Assembleia.

Aliás, basta olharmos para este ponto em análise apresentado pelo senhor vereador, Ricardo Alves, para perceber o nível de detalhe e rigor de compromisso com a transparência. É disso que falámos quando afirmamos que este executivo respeitou a Assembleia Municipal e, por consequência, respeitou os povoenses que aqui estão representados. Porque esclarecer os deputados municipais e também esclarecer a comunidade, é reconhecer o papel fiscalizador da Assembleia Municipal, o órgão que representa todas as freguesias, o órgão que representa todos os povoenses do nosso concelho. E a melhor forma de honrar este papel é exatamente esta, responder sempre, nunca fugir ao debate, nunca se refugiar na arrogância, ou na prepotência, mas sim mostrar respeito através da transparência e do esclarecimento.

Felizmente, já vai longe, o tempo em que a Câmara Municipal não apresentava os pontos nesta Assembleia Municipal. Já vai longe o tempo em que a Câmara Municipal não respondia às perguntas dos senhores deputados municipais. Já vai longe o tempo em que os vereadores da oposição, os vereadores sem pelouro, eram impedidos de intervir nesta Assembleia Municipal. E, por isso, espero e acima de tudo, desejo que esta

nova forma de relacionar com a Assembleia Municipal faça escola para os próximos mandatos.

E para entrarmos agora no ponto em análise, quero destacar alguns exemplos recentes da atividade municipal apresentados aqui. Na educação, a preparação do início do ano letivo ocupou parte da atividade do município e a continuidade e reforço de projetos inovadores como o PovoARTE educa, que valeu ao nosso concelho a menção honrosa nos prémios Nacionais de Educação. Ou a implementação do ColorADD que garante inclusão a alunos com daltonismo, são medidas concretas, que mostram que o município pensa a escola como um espaço de igualdade e um espaço de criatividade. Na ação social, a inauguração do décimo sexto centro de convívio, em Taíde, alargada a rede que serve hoje mais de quatrocentos seniores.

Permitam-me um parenteses para recordar que há quatro anos atrás dizia-se que este executivo, caso viesse a ganhar, iria acabar com os centros de convívio, a única coisa que este executivo fez foi acabar com o facto de haver são centros de convívios em algumas freguesias e estender, portanto, esta rede. E tenho a certeza absoluta, e conhecendo o senhor Presidente, como conheço, que esta rede não ficará por aí. Permite destacar ainda, a criação da Eco Loja Comunitária que vai além do apoio social imediato, introduzindo princípios de economia circular e de partilha comunitária. Na habitação com a construção de trinta e oito fogos em Taíde, a Reabilitação em Oliveira e Fonte Arcada de fogos e a preparação de novos investimentos em Monsul, o município dá resposta a uma das maiores necessidades das famílias, sempre com visão estratégica para o futuro. E permite senhor vereador, senhor Presidente, questionar e pedir ao executivo municipal para voltar a esclarecer concretamente para quem são essas habitações. Sei que já o fez no passado, mas é muito importante esclarecer que essas habitações não é o modelo do passado, o modelo antigo em que se construía bairros sociais, não é nada disso. É um modelo completamente diferente, vocacionado para as famílias que, no meu ponto de vista, merece voltar a ser esclarecido nesta Assembleia Municipal.

Na cultura e no turismo, a Póvoa em Festa mobilizou mais de vinte cinco mil pessoas mostrando que a cultura é fator de identidade, mas também de desenvolvimento económico e de atração do nosso concelho. Na coesão territorial, temos um elenco alargado de investimentos realizados, em diferentes espaço público pelas diferentes freguesias do nosso concelho, realizados ou em curso, o que demonstra que este executivo trabalha efetivamente, sem sombra de dúvidas, para todos, o que também é marca deste mandato. Queria também, no que diz respeito à Proteção Civil, e foi aqui elencado uma questão pelo senhor deputado Pedro Afonso também perguntar ao senhor vereador que trabalho foi feito pela Proteção Civil de prevenção, uma vez que o nosso país, neste verão foi alastrado por incendios um pouco por toda a parte, felizmente, não nos tocou a nós, por assim dizer, sabemos que é um fenómeno incontável muitas das vezes, mas tentar perceber se foi um fator de sorte também ou de prevenção por parte

do executivo municipal, e estes são apenas alguns exemplos, entre muitos outros que mostram a vitalidade do município e a seriedade da sua gestão.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, como disse inicialmente, esta é a última assembleia deste mandato e, por isso, é justo aproveitar este momento para agradecer a todos os que ao longo destes quatro anos, exerceram funções quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, nas juntas de freguesias ou nas assembleias de Freguesias, independentemente do partido ou da bancada, todos aqui representaram a Póvoa de Lanhoso.

Permita-me ainda, uma palavra especial de reconhecimento, já aqui foi feito, mas tem que voltar a fazê-lo, ao líder da bancada do Partido Socialista, o Filipe Silva. O Filipe, não irá integrar a Assembleia Municipal no próximo mandato. O Filipe é membro desta Assembleia Municipal já há doze anos e é um exemplo de dedicação, primeiro como líder de bancada na oposição, depois como líder do grupo parlamentar que apoia o executivo municipal, mas com minoria nesta Assembleia, o que configurou dificuldades, não só ao município, mas também no debate nesta Assembleia. O Filipe soube fazê-lo sempre com serenidade, frontalidade e respeito. Esteve nesta assembleia de forma voluntária, convicta e desprendida, acreditando e defendendo os ideais do partido Socialista, mas sempre num debate elevado, sério e respeitoso. O Filipe é já por isso, uma referência para muitos povoenses e continuará a sê-lo. A Assembleia Municipal sentirá a tua falta Filipe, a bancada do Partido Socialista e eu próprio sentiremos a tua falta, mas bem sei que nunca estarás distante nem desatento, e que de outra forma, continuarás a honrar a pessoa, o cidadão que és e o socialista que és. Na tua pessoa, quero agradecer também a todos os que terminam funções neste ciclo, o vosso contributo ficará para sempre ligado à vida democrática do nosso concelho.

Concluo, portanto, senhor Presidente, com duas palavras que resume bem, do meu ponto de vista, este mandato, rigor e reconhecimento, rigor na forma como o executivo municipal tratou esta Assembleia Municipal e reconhecimento por todos aqueles que contribuíram neste mandato ao longo dos quatro anos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vou começar aqui o ponto um da análise do dia, falando de um ponto que há pouco foi abordado no PAOD e que está elencado aqui, porque isto diz respeito a um e-mail que rececionámos a vinte e um de julho de dois mil e vinte cinco, portanto, após o trinta de junho de dois mil e vinte cinco, que foi até onde analisamos a atividade do município e em que é dado conhecimento à liderança parlamentar de todas as bancadas, de um processo-crime que foi instaurado por uso indevido de SMS's.

Ora bem há pouco, o senhor deputado, falou nisso, eu enviei uma mensagem ao senhor Presidente e entendo que não me cabia a defesa da honra por a pessoa não estar aqui. No entanto, e uma vez que o email é datado de vinte e um de julho de dois mil e vinte cinco, eu não ficaria bem com a minha consciência, se não viesse aqui falar frontalmente deste assunto. O que está em causa foi uma participação crime que foi instaurada em 2022, portanto, é um processo que foi instaurado no Ministério Público em 2022, na consequência do envio de mensagens e por ter sido ultrapassado um plafond de cinco mil SMS's no mês de setembro de 2021. Estamos a falar que esses SMS's se utilizaram a fins estranhos às atribuições do município e que, por isso, cada um de nós censura certamente este facto, no entanto, não podemos também deixar de aqui salientar o valor que está em causa é que falou-se no assunto que é censurável, não se tinha que utilizar os SMS's do município para fins que não fossem única e exclusivamente de interesse público, mas estamos a falar de um valor de quatrocentos e quinze euros, aqui diz claramente que o prejuízo patrimonial do município da Póvoa de Lanhoso se cifrou em quatrocentos e quinze euros e onze cêntimos e que o arguido liquidou este montante, foi inclusivamente nesta informação enviado o comprovativo de pagamento. E aqui eu tenho que dizer que acho muito bem que esta informação tenha e deva ser partilhada, todos nós temos que ser informados desta situação, mas um município que, quando pretende ocultar informação se escuda na regulamentação da Lei de Proteção de dados, envia documentação, identificando inclusivamente a conta bancária do visado, a filiação que nada acrescenta ao processo e mais conversas entre mandatários, estão aqui descritas conversas entre mandatários que estão obrigados a sigilo profissional, portanto, desde logo, isto não é fazer bem, fica aqui a nota, a pessoa não está aqui para se defender, não quer isto dizer que a atitude foi correta, porque não o é, mas estamos a falar concretamente de quatrocentos e quinze euros e onze cêntimos, se todos, se todos que têm valores a pagar ao Estado cumprissem, certamente estaríamos todos melhor.

No que diz respeito ao PDM e ainda falando de email's durante estes anos e como falei naquela apresentação, a súmula daquilo que foi a atividade, a nossa atividade no âmbito do PDM é com estranheza também que a dez de setembro de dois mil e vinte cinco, portanto, ontem, após inúmeros pedidos de informação relativamente ao PDM, é rececionado um e-mail no qual diz que o Dr. Paulo Gago manifesta a sua total disponibilidade para agendar uma reunião com os líderes das bancadas parlamentares. A um mês das eleições, não deixa de ser caricato.

Relativamente, não o irei fazer noutra qualidade, relativamente com certeza, senhor Filipe Silva, com certeza, que vou assumir o mandato, não tenha a menor dúvida disso, que fique registado em ata para memória futura. Ora bem, vamos entrar outra vez a ver se saímos disto do saneamento com os esclarecimentos, todos prestados, Senhor Presidente, gestão eficiente, falei diminuição de despesa e não quer dizer diminuir o investimento que é feito. O senhor Presidente, sabe tão bem ou se não sabe, devia saber, que as infiltrações representam despesa oneram o serviço, porque têm custos de

tratamento de saneamento, infiltrações nas tubagens de saneamento, informe-se, senhor Presidente, informe-se, senhor Presidente, informe-se, agora continuo à espera é que lhe diga que percentagem de saneamento foi executada, no âmbito deste mandato que ainda não referiu nada relativamente a essa temática. Entrando agora nos outros pontos da ordem do dia, dizer antes de mais, estamos no arranque do novo ano letivo, desejar a todos os alunos, professores e funcionários um bom ano letivo, que continuemos incansavelmente a trabalhar em prol da educação.

O senhor deputado, Gilberto Anjos, falou há pouco também dos centros convívio, a expansão dos centros convívio é, felizmente, uma realidade no concelho. Todos nós sabemos da importância destes espaços para a vida da comunidade, especialmente para os nossos idosos e para os seus familiares. Estes centros são fundamentais para combater o isolamento social, promover a convivência, portanto, também nós nos congratulamos pela abertura de um novo centro de convívio, desta feita em Taíde. É um passo positivo, mas sabemos que ainda há muito para fazer nesta matéria. Este é um objetivo a continuidade, a boa continuidade e a expansão dos centros de convívio deve transcender todos os executivos, não há dúvida disto, todos nós nos revemos nisto, sendo por isso, um compromisso de todos nós para com os nossos idosos.

Falar agora também do projeto bem-me-quer, uma iniciativa dedicada à nossa população sénior, surge como um bom exemplo a seguir, com uma equipa multidisciplinar que assegure a apoio contínuo e de proximidade. Devemos continuar a investir nestas medidas, se depois a senhora Vice-Presidente nos pudesse dar aqui mais algumas notas do modo de funcionamento, agradecemos.

Relativamente à estratégia local de habitação, também o senhor deputado Gilberto falou há pouco que é preciso esclarecer. Nós sabemos que atualmente temos várias obras em curso, estão elas financiadas pelo PRR, todas elas, temos trinta e oito fogos no bombeiro, temos vinte seis fogos em Monsul, três habitações em Oliveira e sete habitações em Fonte Arcada. Sabemos que estes projetos são imprescindíveis para a coesão social. Agora, o que pergunto relativamente a estes projetos é quais são as percentagens de execução de cada um deles que dificuldades têm enfrentado e entroncando naquilo que o senhor deputado Gilberto Anjos há pouco falou como é que estão a ser elaborados os regulamentos de acesso a estas habitações? Precisamos de saber no momento em que nos encontramos, com clareza, em que ponto estamos, quais os desafios e, sobretudo quando é que essas habitações estarão realmente disponíveis para quem delas precisa?

No que diz respeito ao desporto, destacar a recente substituição do relvado sintético no campo de jogos do Porto D'Ave, uma intervenção com um investimento significativo, é sem dúvida, um passo importante na melhoria das nossas infraestruturas desportivas, mas não podemos olhar para este investimento como um ponto final, portanto, a questão que se coloca é se existe algum plano que nos identifique a curto, médio e longo prazo, o estado de cada uma das nossas infraestruturas desportivas e qual o plano de

manutenção e melhoria em cada uma delas, isto porque não é só prever o que elas necessitam, é necessário também perceber que impacto isso terá ao nível das contas orçamentais.

Aproveito também para desejar uma saudação muito especial no âmbito da comemoração do centenário do Maria da Fonte que teve lugar no passado dia treze de julho, mais um marco importante para o desporto.

No que diz respeito à filigrana, sendo este um dos nossos maiores ícones culturais, é importante perceber em que ponto está a candidatura do centro dedicado exclusivamente à filigrana. Julgo que essa candidatura incide sobre a segunda casa dos magistrados e, portanto, como não vem qualquer referência no ponto um da ordem-do-dia, questiono qual é o ponto dessa candidatura? Nomeadamente quanto ao centro do território, pergunta-se, e por também nada é dito na análise do ponto um, se foi feita a aquisição do terreno destinada à instalação deste centro? Em caso afirmativo, quando é que foi feito e qual o valor da compra e qual é o ponto de situação, também, da alegada candidatura que existe sobre a construção deste edifício?

O senhor Presidente há pouco falou de uma verba de trezentos mil euros para uma candidatura na área desportiva para Monsul, questiona-se qual é a medida e o que é que está contemplado nesta candidatura. Ingressar também uma saudação muito especial à banda de Calvos, uma das mais representativas e históricas instituições culturais do nosso concelho. Agora, a banda de Calvos pode contar com um edifício condigno, um espaço moderno, adequado às suas necessidades, e é para todos nós, um grande orgulho saber que esta banda terá agora novas condições para continuar a escrever novas páginas da sua história.

Dar também, uma saudação, ao Prémio de Mérito Empresarial ao nosso estimado senhor Vítor, de São João de Rei e questionar relativamente ao nosso espaço jovem, o que é que está previsto para colmatar a entrada de chuvas neste espaço, que está a decorrer. E por agora é tudo, obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor deputado Pedro Afonso, deixe-me dizer-lhe que com alguma estranheza, o vereador da Proteção Civil estranha a sua estranheza, pela falta de descrição na atividade do município, da incidência da Braval. O incêndio da Braval não é uma atividade do município e, portanto, nós fazemos a descrição da atividade do município no ponto um, o incêndio não é uma atividade do município, sendo certo que o senhor também disse e eu também estranhei a parte de que foi respondido hoje de manhã.

Deixe-me lembrar-lhe que o requerimento que o senhor enviou assinado no dia vinte de agosto, foi enviado para os serviços da Assembleia Municipal no dia vinte de agosto, o incêndio foi no dia vinte seis de julho, portanto, o senhor demorou um mês a fazer esse requerimento à Assembleia Municipal, entretanto, o senhor pediu com a máxima urgência um conjunto de relatórios, naturalmente, o senhor pede como bem entender, depois não pode é vir diz que recebeu hoje de manhã uma informação dando a sensação de que tudo foi atrasado para responder só hoje de manhã, o senhor enviou o pedido no dia vinte à Assembleia Municipal, nós recebemo-lo no dia vinte seis e já agora lembro que o pedido que o senhor fazia era um conjunto de relatórios que o senhor discriminou muito bem, à Braval, Autoridade Nacional de de Emergência e Proteção Civil, à Agência Portuguesa do Ambiente, ao Comando Territorial de Braga, ao gabinete de Proteção Civil da Câmara Municipal e à Associação Humanitária. Se o senhor também quiser ter a simpatia de confirmar, o da autoridade nacional foi recebido no dia de hoje, neste mesmo dia e, portanto, nós enviámos as informações quando as temos, em função daquilo que, de facto, aconteceu. O relatório de todas estas entidades relata exatamente aquilo que todos nós sabemos, houve um incêndio na Braval, ninguém sabe muito bem qual foi a origem dele. Houve necessidade de um conjunto de meios serem destacados para lá, vieram bombeiros de várias corporações de bombeiros do distrito e GNR que é algo habitual e, portanto, esse trabalho, e as consequências, as causas e as consequências desse mesmo incêndio são, de facto, da responsabilidade da Braval. Nós estamos atentos, tivemos atento, estivemos lá, fizemos naturalmente o relatório também que lhe fizemos chegar da Proteção Civil e como sempre, estamos sempre atentos à atividade da Braval, a Câmara Municipal vai dando aqui nota dessas mesmas informações, sempre que são solicitadas e sempre que nós as recebemos são transmitidas a quem as solicita e a todas as bancadas parlamentares.

Ao senhor deputado Gilberto Anjos que perguntou em termos da proteção Civil que trabalho é que foi realizado e se, de facto, estávamos bem preparados ou se foi sorte, eu diria que foi as duas coisas, até porque o país não estava preparado para o que aconteceu. Nós na Póvoa de Lanhoso, tivemos a sorte de não ter grandes ignições, sendo certo que tivemos algumas, mas, como também dizia um grande treinador mundial, a sorte, às vezes dá muito trabalho e, portanto, o que nós temos feito nos últimos anos foi dotar a Proteção Civil municipal de condições que possa dar resposta aquilo que são as necessidades do concelho. Temos também em estreita colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Póvoa de Lanhoso, colaborado com todo o tipo de equipamentos, formações, enfim, um conjunto de apoios, aumentámos com uma terceira equipa de intervenção permanente logo no início do mandato e temos feito um trabalho eu diria, persistente, criámos também até por sugestão da Assembleia Municipal jovem, uma brigada jovem que esteve nestes dois últimos verões situada ali no Monte do Pilar e, de facto, temos uma articulação muito próxima com o comando sub-regional do Ave, que nos permite ter um conjunto de soluções hoje muito melhores

do que aquelas que tínhamos há quatro anos atrás, quando aqui chegámos e, portanto, é um trabalho contínuo, infelizmente, nunca vamos estar preparados como se viu nos maiores incêndios de sempre, de que há memória em Portugal com uma área ardida de milhares de hectares e que eu diria que, inevitavelmente, nós vamos continuar a assistir nas próximas décadas, a não ser que haja também uma mudança de paradigma e aqui eu queria dar uma palavra de elogio ao senhor Presidente da freguesia de Covelas que deu o primeiro pontapé de arranque na Póvoa de Lanhoso para a criação de uma unidade local de Proteção Civil.

Nós fizemos ao longo destes quatro anos, vários simulacros, várias ações de sensibilização, um pouco por todo o lado. Fizemos aqui algumas ações de sensibilização com o comandante da sub-região do Ave, com até o Presidente da Junta de uma freguesia que tem uma unidade local de Proteção Civil em Fafe, que veio cá e, portanto, nós conversamos com todos os Presidentes de junta e eu fico muitíssimo contente, penso que brevemente, na próxima semana, vamos formalizar essa abertura da primeira unidade local de Proteção Civil. E isto para vos dizer que, de facto, nós ouvimos na televisão um conjunto de centenas e centenas de pessoas a dizerem que, enfim, que tudo falha, o Estado falha sempre, na dúvida, o Estado falha sempre e quando o Estado falha, nós até recorremos às autoridades europeias, o grande problema é que o Estado falha logo no patamar primeiro, nas juntas de freguesia e, portanto, é importante e estamos agora numa mudança de ciclo.

É importante que nós, na Póvoa de Lanhoso, comecemos todos a ter esse grau de sensibilidade e de necessidade de cada um nas suas juntas de freguesia de começar a fazer o seu trabalho, porque num pequeno incêndio, isto está tudo mais do que estudado, noventa por cento dos incêndios são eliminados na primeira hora, noventa por cento, e isso faz-se com corpos de bombeiros preparados, com articulação com os concelhos vizinhos, mas também se faz com kits de intervenção, com um conjunto de pessoas da freguesia que estão disponíveis, um contacto do senhor Presidente de junta e, portanto, como nós vimos até, aliás, e num me canso de dizer do bom exemplo que tivemos no ano passado, sendo uma das maiores tragédias que nós tivemos na Póvoa de Lanhoso que ardeu em quarenta e oito horas, aquilo que geralmente ardem em dez anos, e sobretudo no baixo concelho, mas tivemos uma ajuda absolutamente fantástica de tudo quanto era moradores, agricultores, enfim, toda a gente leva um balde de água e, quando toda a gente leva um balde de água, gera-se um água enorme e, portanto, conseguimos na altura não haver mortos, não houve grandes perdas, mas, de facto, é importante, nós termos essa noção de que há um trabalho que nós temos que fazer em primeiro lugar e começa no primeiro patamar, nas juntas de freguesia.

E penso que, nesta parte da Proteção Civil, eu já respondi, o que me pediram, na parte da deputada, Fátima Alves, no que diz respeito ao desporto, eu queria, naturalmente, dizer-lhe que, de facto, também foi uma área que nós fizemos um investimento relevante. Eu vou pedir desculpa por ser um bocadinho extenso, mas vou ter que dar essa

nota, porque acho que é justo e acho que, de facto, justifica nesta última assembleia, nós fazemos aqui um pequeno resumo disto. O desporto na Póvoa de Lanhoso tem, de facto, quatro clubes de futebol, tem um clube ligado a atividades de desporto de natureza, tem associações culturais e desportivas que também estão a dar os primeiros passos e, portanto, o desporto está a começar, de facto, cada vez mais, já vem de trás, ninguém inventou a roda, mas, de facto, há um conjunto de situações que tem melhorado na prova Lanhoso. A substituição do relvado do campo do grupo Desportivo do Porto D'Ave foi, de facto, um salto importante para aquela coletividade, mas eu tenho que lembrar que antes nós já tínhamos apoiado as candidaturas do mesmo clube do Grupo Desportivo de Porto D'Ave e do Sport Clube Maria da Fonte, a um sistema de iluminação por LED novos. Apoiámos também a construção do campo e da cobertura da bancada da Associação Cultural Desportiva de Serzedelo, na piscina descoberta, fizemos obras de fundo, não vou aqui enumerar aquilo que toda a gente sabe, mas evitamos desperdícios de milhões de litros, os tais problemas económicos que também vêm dos custos da água e aqui também se vê um trabalho que tem a ver com as tais infiltrações de água que se perdia e já agora perdia-se em quantidades absolutamente astronómicas. Fizemos a demolição, no pavilhão de Monsul, fizemos beneficiações várias demolição de arrumos que estavam a obstruir as portas de emergência, colocação de novas telas no piso, levantamos o piso todo e voltamos a colocá-lo, substituímos toda a iluminação do recinto de jogo com luz LED, fizemos arranjos nos balneários, construímos uma cozinha por muito estranho que possa parecer, e às vezes há pessoas que não têm essa ideia, mas construir uma cozinha num pavilhão desportivo pode parecer estranho, mas é o nosso pavilhão multiusos, até porque Monsul tem uma tradição muito grande, eu não estou a ver o senhor Presidente, há está ali, está ali em baixo, mas há a feira do Baixo concelho, que tem também uma atividade interessante, e uma tradição muito grande e nós fizemos todo esse trabalho até com uma cozinha que tem uma certificação de gás para que esteja tudo devidamente direito. Na piscina coberta, comprámos quatro caldeiras, uma vez que as que estavam existentes estavam totalmente, eu diria, três totalmente podres e uma que esteve um ano a aguentar aquilo até à última, substituímos claraboias que estavam partidas há mais de sete anos, substituímos toda a eliminação por LED, comprámos desfibrilhadores para instalações, para instalação da piscina e para o campo Municipal, adquirimos equipamento para receber de forma digna, utentes com dificuldade de mobilidade, que queriam ir aquela piscina há anos e que não tinham esses equipamentos. No Pavilhão da Escola Secundária, que é o nosso grande pavilhão desportivo, remodelamos os balneários através do projeto Coliopter que já vinha do executivo anterior, mas que foi realizado logo no início do mandato, comprámos um marcador eletrónico que substituiu um que já tinha trinta anos e era uma grande ambição, sobretudo da parte do basquetebol. Colocámos uma porta de emergência na parte superior da bancada, num pavilhão que tem trinta e um anos e que a lei obriga a que isso existisse desde início, substituímos recentemente todo o sistema

de iluminação LED do Pavilhão, dando-lhe condições para a prática desportiva. Continuámos a requalificação dos parques desportivos e, neste caso, fizemos a requalificação e construção do polidesportivo da escola Gonçalo Sampaio, modificámos a vedação do campo Municipal que estava já ultrapassada, colocámos o sistema de incêndios que era inexistente naquele espaço, substituímos uma caldeira que estava totalmente também inoperacional. Enfim, eu acho que vou ficar por aqui. Não vou só dar o destaque aqui à construção do campo de voleibol que, durante uma década, teve dois postes de uma rede num espaço onde ninguém jogava coisa nenhuma, substituímos integralmente o parque infantil deste espaço do Pontido, requalificámos todas as máquinas do parque Geriátrico e substituímos também o relvado sintético do campo Municipal.

Tudo isto porque às vezes dá-se um destaque muito grande a rotundas e jardins, mas, de facto, nós fizemos um bocadinho mais.”

Ainda da parte da Câmara Municipal, interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Venho apenas aqui então para prestar alguma informação adicional àquela que já foi partilhada no âmbito da informação da atividade da Câmara, relacionada concretamente com o projeto bem-me-quer o projeto bem-me-quer é um projeto financiado pelo Portugal 2030, dirigido a públicos vulneráveis, em que a Câmara Municipal preparou um projeto dirigido a idosos isolados, pessoas mais velhas que vivem isoladas, numa perspetiva também e num propósito, que devemos ter todos, todos enquanto rede social, enquanto comunidade, de retardar ao máximo a institucionalização das pessoas idosas.

Este projeto vem alertar, digamos assim, para esse propósito e também criar um mecanismo que contribui exatamente para esse fim, retardar a institucionalização das pessoas idosas. Todos sabemos que as pessoas idosas gostam de envelhecer no seu espaço, no espaço em que crescem, constroem famílias, com as suas redes de vizinhança, com as suas redes memórias e este projeto vem, digamos assim, de alguma forma, trabalhar sobretudo essas pessoas. Então no âmbito do levantamento que foi feito, e é feito quase todos os anos pela GNR, de situação de pessoas que vivem em situação de isolamento. Esta equipa é uma equipa multidisciplinar constituída por quatro técnicas, neste caso, uma fisioterapeuta, uma psicóloga, uma nutricionista e uma educadora social, fizeram num primeiro momento, o levantamento das pessoas que estão nestas situações, nas diferentes freguesias. Visitas domiciliárias, já das visitas que fizeram já têm articulado com outras respostas sociais, aquelas em que se verificaram necessidades de intervenção imediata, também têm feito um trabalho junto das pessoas que frequentam os centros de convívio, numa forma generalizada, levar também estas problemáticas para as pessoas que estão nos centros de convívio e como nós defendemos e bem, que são muitas vezes aquelas que nos referenciam nas suas

freguesias, situações de pessoas que não frequentam o centro, porque não querem frequentar, mas que depois são as pessoas que estão sozinhas em casa e acabam por ser também fazer esse elo de ligação, a essas pessoas que não frequentam e que estão isoladas, e este projeto bem-me-quer além de ter esta equipa no terreno, depois as situações de isolamento são divididas pelas pessoas que constituem a equipa, cada elemento da equipa depois tem a seu cargo essa determinada pessoa, digamos assim, a que a chamámos o gestor de caso, e apesar de haver o gestor de caso que é um elemento da equipa, toda a equipa, depois trabalha multidisciplinarmente a situação identificada. Tem, também, como objetivo último, a aquisição de um programa de teleassistência que já está contratualizado e que, neste momento, vamos começar também a criar e a planificar a forma de o começar a colocar em funcionamento. Que vai estar depois acionado naquela que vai ser a nossa sala de controlo que vai ter muitas funções e uma delas vai ser também esta de estar a acompanhar estas pessoas através deste serviço de teleassistência.

Digamos que este projeto bem-me-quer vem de alguma forma colmatar ou complementar muitas das ações que nós já temos dirigidas ao público sénior, sobretudo a este público, como já vos falei. Relativamente à estratégia local de habitação, estratégia local de habitação e eu queria aqui enfatizar esta ideia de estratégia e que ficasse claro para nós todos que uma estratégia local de habitação não prevê só um tipo de habitação prevê sobretudo a melhoria das condições habitacionais e prevê também a oferta de habitação pública. E vamos pensar que nós temos no concelho, temos nós e têm todos os concelhos, provavelmente situações diversas ao nível das necessidades de habitação. Temos situações de pessoas que, por si só, por problemas que têm de vulnerabilidade de outras questões não têm competência de estarem sozinhos a morar numa casa, não têm competência de lhes ser entregue uma casa e de zelar pela casa. E para essas pessoas, nós estamos a trabalhar naquilo que nós chamamos a habitação colaborativa ou de emergência no âmbito do projeto também foi aqui partilhado convosco que foi recentemente reposicionado na escola primária de Vilela. O nosso objetivo é criar lá uma resposta que vá de encontro a esse tipo de necessidades, e a esse tipo de população.

Depois a reabilitação dos bairros sociais de Garfe e de Oliveira são, como bem sabemos, bairros que já existem há décadas onde funciona o arrendamento apoiado, para famílias muito carenciadas que não conseguem pagar uma renda, uma renda normal, uma renda acessível, mas aqueles novos fogos que estamos agora a implementar, muito concretamente no Bobeiro, trinta e oito fogos em Fonte Arcada são sobretudo fogos que se dirigem a arrendamento acessível, o arrendamento acessível é para pessoas, famílias, jovens que conseguem pagar uma renda média que é praticada aqui no concelho, ou seja, quando nós pensarmos em estratégia local de habitação, nós temos que atender aos diferentes públicos que temos, às diferentes necessidades que temos no território e definir exatamente medidas para essas diferentes situações. O regulamento que

estamos a preparar, e eu espero que no final do ano tínhamos já oportunidade de o levar a reunião de câmara, até ao final do ano, porque ele está a ser preparado para poder ser apresentado em reunião de câmara, discussão pública e depois vir no início do ano a esta assembleia. Prevê exatamente isto que eu vos estou a dizer, as várias formas de apoiarmos e de termos acesso à habitação, dependendo do tipo de público que tivermos, sendo que é importante que fique claro que o parque público habitacional do Bobeiro é sobretudo dirigido às famílias de classe média que vão conseguir pagar uma renda que é uma renda média dos territórios, que é assim que se defendem as rendas de arrendamento acessível.

Relativamente à candidatura do centro de competências de Filigrana, dar-vos conta que ela já foi aprovada em julho.”

Depois, ainda pela Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Respondendo por partes, a intervenção do espaço jovem é uma intervenção que já foi parcialmente executada e que vai ser terminada no final deste mês e que já precisava de ser executada há muitos anos. Portanto, o problema de infiltrações que tem o espaço jovem não é de agora, nem tem quatro anos, assim como as estradas e assim como outros problemas que temos combatido, que não se deterioraram em quatro anos, fez a pergunta sobre o espaço jovem correto? Estou a responder-lhe a essa pergunta, portanto, não diz respeito a este mandato, antecede muito estes quatro anos.

Em relação ao campo de jogos de Monsul, eu já respondi a essa questão, portanto, o projeto é de trezentos mil euros e compreende a requalificação, à aplicação do piso sintético e do balneário, eu já respondi a isso, há momentos, até pedi que ficasse em ata. Sobre o cento interpretativo do território nós já adquirimos o terreno em oito de abril de dois mil e vinte cinco pelo valor de cento e oitenta mil euros, aliás, a candidatura compreendo que o terreno seja propriedade do município, portanto, a candidatura já foi apresentada, o terreno já é propriedade do município, há meses.

Sobre o tema das infiltrações no saneamento, era importante também eu julgava que tivessem esse conhecimento, que era natural que o tivessem, existe sempre um acerto de contas entre as águas do Norte e os municípios que decorre precisamente das infiltrações que ocorrem nos períodos mais chuvosos e, portanto, todos os municípios são beneficiários, digamos assim, de um acerto de contas e de uma fórmula que está até a ser revista nesta fase, para que os municípios, para que a fórmula seja mais justa, digamos assim, não é para que os municípios sejam beneficiados, não é nada disso é para que não sejam prejudicados, porque muitas vezes a forma de medir as infiltrações não corresponde exatamente à realidade e nós temos estado nesse debate até com o novo administrador das Águas do Norte, que é o nosso conhecido e meu ex-colega Eng.º Cardoso de Vieira do Minho que tem estado a fazer esse trabalho connosco. Em relação ao tema do processo-crime que referiu, faltou-lhe dizer uma coisa é que, pelos vistos

valoriza muito a questão do valor, se o valor é maior ou se é mais pequeno, faltou referir um aspeto fundamental é que o processo em causa e a pessoa em causa é condenada por peculato de uso, peculato de uso, também é importante ficar registado, e é importante que se diga que foi enviada a informação a esta Assembleia Municipal, porque este assunto foi disputado no início deste mandato e no início deste mandato o debate que tivemos e a conclusão a que todos chegámos é que devíamos dar espaço à justiça para que a justiça pudesse ter o seu tempo e tomar as suas decisões. Foi isso que aconteceu. Foi enviada a informação a que tivemos acesso, para que vossas excelências pudessem ter a informação, mas eu percebi na sua intervenção que fez aí uma espécie de pequena insinuação, portanto, em relação à pequena insinuação que tentou fazer, eu queria dizer o seguinte.

A minha vida foi e é sempre um livro aberto, e eu como candidato à Câmara Municipal em quatro candidaturas já foi atacado de diversas formas em 2013, em 2017, em 2021 e agora em 2025 com invenções, com manipulações e com adaptação de factos, que é aquilo que vossa excelência, pelos vistos, se quer referir, mas quero dizer-lhe que, quando quiser fazer uma pergunta concreta, eu estou aqui preparado para responder concretamente, mas, entretanto também reparei que, quando vossa excelência fez essa insinuação surgiu alguma tosse percebi que alguns deputados desta Assembleia Municipal manifestaram alguma tosse, algum incómodo, portanto, eu espero que o dia 12 de outubro resolva essa tosse e que lhes possa tirar a tosse no dia 12 no dia das eleições. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A intenção é prestar um esclarecimento aos povoenses e não pedir um esclarecimento, e passo a ler o requerimento que foi remetido a esta Assembleia.

Excelentíssimo Senhor presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, assunto - deflagração de incêndio industrial no Eco Parque da Braval, pedido de esclarecimentos. Excelentíssimo senhor Pedro Alexandre Dias Afonso, deputado municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso vem nos termos da Lei do Regimento desta Assembleia Municipal por V. Ex.^a presidida, requerer a Vossa Excelência, se digne "ad officium exequendum", instar a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, através do Gabinete Municipal de Proteção Civil e do Gabinete Municipal de Ambiente, a prestar com cariz de urgência, no prazo máximo de quinze dias, dada a gravidade dos factos ocorridos e possíveis implicações supervenientes, os devidos esclarecimentos ao grupo parlamentar do CDS-PP, solicitando-se desde já a sua remissão aos demais grupos parlamentares desta Assembleia e à Comissão Permanente de

Ambiente e Proteção Civil, remetendo para o efeito toda a documentação oficial relativa ao episódio de deflagração do incêndio industrial numa das células de deposição de resíduos instaladas no Ecoparque da Braval no passado dia vinte seis de julho de 2025.

Para melhor contextualizar V. Exa. da urgência e pertinência da situação em apreço, note, e sensibilize ainda esta Assembleia que a diretiva 1999/31/CE do Conselho Europeu de vinte seis de abril de 1999 relativa à deposição de resíduos em aterros, elenca no ponto cinco do seu anexo I o seguinte: devem ser tomadas medidas para reduzir ao mínimo as perturbações e perigos para o ambiente provocados pelo aterro por: emissão de cheiros e poeiras; elementos dispersos pelo vento; ruído e tráfego; aves, roedores e insetos; formação de aerossóis e incêndios. Note-se que o referido documento denomina desde logo o supracitado ponto cinco por perturbações e perigos, os quais eram até à data, com exceção dos incêndios, todos eles vivenciados pelos Povoenses.

Tais práticas, deposição de lixo a céu aberto traduzem-se numa clara violação da diretiva já referida com consequências óbvias, como ficou bem patente nos recentes episódios da presença de gaivotas e nas escorrências de lixiviados pela freguesia de Lanhoso. Estas situações foram por diversas vezes denunciadas pelo grupo parlamentar do CDS-PP nesta Assembleia, sem que qualquer resolução definitiva do problema daí adviesse.

Nesse sentido e com o intuito da prossecução de futuras diligências formais sobre esta matéria noutras instâncias nacionais, comunitárias e internacionais, solicitamos ainda o envio de informação técnica oficial referente às origens/causas da deflagração do incêndio, os relatórios que o senhor vereador já aqui elencou, o relatório de avaliação de danos físicos e ambientais causados pelo incêndio, onde conste a aferição da integridade das telas de impermeabilização, o impacto ambiental causado pelos fumos e gases gerados, as medidas de reposição das condições técnicas de funcionamento impostas pelo título ambiental e as medidas de controlo e monitorização adicionais implementar no âmbito da monitorização e controlo das águas e gestão dos lixiviados e proteção do solo e das águas, conforme preconizado na mesma diretiva. Relatório de monitorização da qualidade da água nos pontos previstos no título de exploração do Ecoparque; relatórios de monitorização da qualidade da água dos locais públicos, via Câmara Municipal e juntas de freguesia e captações privadas, via requerimento desta Assembleia à Agência Portuguesa do Ambiente, situadas nas freguesias limítrofes, às instalações do Ecoparque da Braval; relatórios de monitorização da qualidade de água das explorações agrícolas e agropecuárias situadas nas freguesias limítrofes às instalações do Ecoparque da Braval.

Para contextualização da comunidade, solicita ainda a reprodução integral deste requerimento na Assembleia Municipal de 11 de setembro de 2025. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, esclareceu que não é feita a leitura integral da correspondência recebida, e por isso não foi lido o requerimento. E concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ao contrário daquilo que, o senhor Presidente quer fazer parecer, não é o valor que está em causa, porque se fosse, se se recordam, foi nesta Assembleia que, inclusivamente falamos também de um membro do gabinete de apoio à Presidência que estava a receber valores indevidos, e que corretamente os devolveu atempadamente e que, por isso não foi alvo de um processo, porque se fosse teria também sido condenado e o senhor sabe tão bem disse quanto eu. Agora se tem a necessidade de explicar algo senhor Presidente, à vontade, eu não insinuei nada, portanto, se quer explicar.

Vou-lhe agora perguntar uma coisa e quero mesmo que o senhor Presidente me responda é, desta vez por todas, via circular, senhor Presidente, há pouco eu dizia-lhe o processo de alteração do traçado e o senhor Presidente dizia-me, onde é que foi ler a alteração do traçado, estamos a falar de uma alteração de perfil, pois bem, senhor Presidente, informação de 10 de setembro de 2025, o processo de alteração do traçado da Via Circular está em fase de desenvolvimento. Nestes termos, os relatórios resultantes da contratação de serviços especializados em avaliação e expropriação devem acompanhar a evolução. Senhor Presidente, está aqui, não fui eu que disse, está aqui.

Há pouco esqueci-me de felicitar os Emilianos futebol clube por terem subido para o campeonato, primeira divisão série C, a minha felicitação e também ao atleta Pedro Leite, a quem não felicitei há pouco.

Portanto, também falta por esclarecer relativamente às dúvidas que tinha formulado, relativamente às habitações que estão em curso, quais são as dificuldades que têm surgido, como é que estamos em termos de percentagens de execução de obra de cada um dos projetos e se há alguma diferenciação no destino dos trinta e oito fogos do Bobeiro e dos vinte seis fogos de Monsul em termos de público destinatário. Senhor Presidente, relativamente aos trezentos mil euros de Monsul não lhe perguntei a finalidade, perguntei-lhe a medida, a que candidatura se candidatou.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu queria só esclarecer o esclarecimento do Eng.º Pedro Afonso só para dizer que, de facto, nós recebemos, como lhe disse no dia vinte seis, esse requerimento e no dia vinte e sete, enviamos os pedidos a todas as entidades, não recebemos ainda o da Agência Portuguesa do Ambiente e este é importante que são eles que fiscalizam toda a atividade da Braval, e, naturalmente, juntamente com a CCDR-N e era mesmo só isso que eu queria dizer.

Se me permite senhor, senhor Presidente, porque esta também penso que será a minha última intervenção nesta Assembleia enquanto vereador da Câmara Municipal, porque não é segredo para ninguém que eu não serei vereador na próxima legislatura, mas queria, neste momento, na sua pessoa e é o Presidente da Assembleia, doutor António Manuel Marques de Queirós Pereira, mas o meu amigo António Queirós, dar-lhe um agradecimento especial e dar-lhe uma felicitação merecida pela forma como durante estes quatro anos, de uma forma sempre muito elevada e acho que algumas vezes a Assembleia não esteve à sua altura, agradecer-lhe o trabalho, a dedicação, o compromisso e a amizade que temos há muitos anos e que, portanto, eu tenho certeza que será para continuar.

Queria também no dia de hoje estender estes agradecimentos, naturalmente, aos membros da mesa à Eulália e ao José Faria, pela simpatia, pela forma sempre correta que ajudaram nestes processos da Assembleia e, naturalmente, que também me foram ajudando nesta evolução. Neste dia, em especial, muito especial, eu tenho que agradecer de uma forma também muito sentida e muito especial ao senhor Presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso, ao Dr. Frederico Castro que numa bendita hora, ou às tantas não, em 2021 me convenceu numa conversa muito informal, e muito pouco provável de acontecer, de eu aceitar a integração da sua lista à Câmara Municipal. Passaram quatro anos, tenho a estranha sensação que passaram quatro meses, foi tudo muito rápido, queria-lhe agradecer muito, muito pela confiança que depositou em mim, e espero ter estado à altura. Obrigado pela forma como sempre me acompanhou, me apoiou, me ajudou em todas as dúvidas, em todas as vezes que se vem aqui a este microfone e em altura são borboletas, outras alturas é mesmo só os nervos, que a gente traz para aqui, mas acho que todos nós experienciamos isto sempre que aqui chegámos e, portanto, senhor Presidente da Câmara, muito obrigado e desculpe qualquer falha minha.

Naturalmente, agradecer também aos colegas vereadores e, naturalmente, aqui um cumprimento especial ao vereador Paulo Gago e à vereadora Fátima Moreira, pela amizade, pelo companheirismo, pela paciência que tiveram de me aturar, também muitas vezes, mas acho que faz parte, obrigado do fundo do coração, porque foram quatro anos que eu não esquecerei. Não posso também deixar de agradecer aos meus colegas vereadores da oposição, ao Alexandre, à Olga e à Alice, a Alice que é amiga de infância, do tempo de escola, a Olga que não, que não é, e por isso é que eu te chamo sempre doutora, mas que é a Olga, e ao Alexandre que é um amigo também de longa data, dar-lhes um agradecimento muito especial pela forma como vocês, ao longo destes quatro anos, representaram de forma muito, muito elevada, comprometida, eu diria, muito abnegada, o vosso próprio partido e acho que deixaria orgulhosos qualquer militante do PSD, e desculpem-me esta observação, mas vou fazê-la na mesma, tenho alguma pena de que não tenham sido melhor aproveitados, diria eu.

Por último, agradecer a toda a assembleia, a todos os seus deputados, todos vocês me ensinaram muitas coisas, muitas coisas mesmo, os da bancada do Partido Socialista, os da bancada do PSD, os do CDS, os independentes, muitos ensinaram-me, de facto, como se deve fazer política. Alguns de vocês também me ensinaram, de facto, como se não deve fazer política, mas acho que é mesmo essa aprendizagem que nós temos que fazer, é isso que nos faz melhores, mais competentes, mais seres humanos e dizer-vos que foi uma honra enorme poder estar na Câmara Municipal estes quatro anos, muito obrigado.”

Ainda, por parte da Câmara Municipal, interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu queria só fazer dois esclarecimentos. O primeiro é que é incorreto e desonesto politicamente comparar o caso que comparou do membro do gabinete de apoio à Presidência deste mandato com aquilo que aconteceu e que foi criminalmente imputado ao membro do gabinete de apoio à presidência do mandato anterior. Aquilo que aconteceu neste mandato foi um erro que foi detetado, que foi lavrado em ata em Assembleia de freguesia e que foi corrigido pelo próprio muito antes de ter sido levantado nesta Assembleia Municipal, portanto, foi isso que aconteceu e foi isso, e foi isso que foi aqui relatado e é isso que consta das atas das assembleias municipais dessa assembleia municipal deste mandato, portanto, que façamos a correção e em bom rigor que fique registado em ata, que fique registado em ata, que estamos a querer comparar situações que são incomparáveis e eu isso não posso permitir.

O segundo o esclarecimento tem que ver com o tema da alteração de perfil é alteração do perfil não alteração de traçado. Se alguém teve algum lapso de linguagem, terá feito, terá usado o tema alteração de traçado, quando estamos a falar de alteração de perfil, estamos aqui para debater, para esclarecer e para elucidar toda a gente, portanto, o traçado não está em causa. O traçado não está em causa, está em causa a solução que é utilizada em termos construtivos relativamente ao perfil e à definição do próprio perfil. Portanto, trata-se do perfil e não do traçado e eu queria que isso ficasse claro e registado em ata. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu o ponto um por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do regimento da assembleia municipal.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto dois da ordem do dia. **Ponto Dois: Proposta da Câmara Municipal**

para reconhecimento de interesse público estratégico para edificação de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI, na Freguesia de Lanhoso, Concelho da Póvoa de Lanhoso, nos termos da Lei 75/2023, de 12 de setembro, na sua redação atual.

E concedeu a palavra à vereadora, Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apresenta-se então hoje para apreciação e votação o reconhecimento de interesse público estratégico do projeto e instalação de uma estrutura residencial para pessoas idosas - ERPI, que requer a majoração de 100% de área de construção máxima prevista. Este empreendimento assente em dois eixos fundamentais, a requalificação de um imóvel de interesse cultural existente, valorizando o património, como bem sabem, é aquela casa cor-de-rosa do pinheiro, e também nova construção na área envolvente, garantindo condições modernas e adequadas. A futura ERPI terá a capacidade para cento e vinte utentes, criará cerca de vinte postos de trabalho diretos e dinamizará a economia local através da contratação de serviços e fornecimentos de serviços essenciais para o seu funcionamento.

Trata-se de um investimento que responde a uma necessidade estratégica do Plano de Desenvolvimento social, do PDS, concretamente no seu eixo um - seniores e envelhecimento, e que foi sujeito a discussão pública sem registo de qualquer oposição ou contributo. Face ao impacto social, económico e cultural deste projeto, propõe-se o reconhecimento de interesse público estratégico, condição indispensável para a sua viabilização e execução.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes, e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em apreço, gostaria de começar por parabenizar os promotores deste importante investimento privado com contornos de cariz social que visa ampliar a oferta da rede de estruturas residenciais para pessoas idosas no nosso concelho.

Não poderia ainda deixar, uma vez mais, uma palavra de agradecimento a todas as entidades privadas e IPSS's que fazem parte da rede social do nosso concelho, pelo importante trabalho social que desenvolvem diariamente, não só junto da população sénior, mas também junto das nossas crianças e dos mais desfavorecidos. Um bem hajam, sem vocês e o vosso empenho e trabalho diários, nada seria possível.

Uma palavra especial de parabenização para a Associação em Diálogo que já no próximo sábado, inaugurará a sua ERPI em Geraz do Minho, à qual desde já, desejo também o maior sucesso.

Relativamente à proposta da Câmara Municipal para reconhecimento do interesse público estratégico para edificação da estrutura residencial para pessoas idosas na freguesia de Lanhoso, dar nota aos povoenses, como já mencionou a senhora vereadora, que a pretensão da proposta visa também autorização para a majoração de 100% da área de construção máxima admissível para o terreno em questão, de modo a permitir a execução do projeto apresentado a licenciamento municipal pela sociedade promotora, não obstante a óbvia e inquestionável importância deste investimento no nosso concelho, importa ainda salientar que o mesmo obteve parecer favorável do Conselho Local de Ação Social, o que em si corrobora a validade do teor da proposta agora em apreço.

Nesse sentido, nada tendo a obstar relativamente à pretensão da sociedade requerente e em coerência com as posições aqui assumidas previamente em pedidos similares, o CDS-PP votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Vítor Hugo Silva.

Interveio o deputado Vítor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O grupo parlamentar do PSD analisou atentamente a documentação referente à proposta de reconhecimento de interesse público estratégico para a construção de uma ERPI no lugar do Pinheiro na freguesia de Lanhoso. Todos reconhecemos a importância deste tipo de iniciativas, sabendo também que o Conselho Local da Ação Social no seu parecer, datado de trinta de agosto de 2023, foi muito claro ao destacar que uma nova estrutura residencial para pessoas idosas responde a necessidades urgentes identificadas no diagnóstico social do concelho referente ao eixo um - seniores e envelhecimento. O aumento da esperança de vida e a realidade das listas de espera, justificam plenamente que o município deve promover estas soluções eficazes. A documentação técnica que acompanha o processo mostra que o terreno está inserido em espaço residencial de nível dois, de acordo com o PDM, e que a proposta prevê uma majoração de 100% de área de construção ao abrigo do regulamento do PDM.

Este ponto, naturalmente sensível, deve ser sempre tratado com rigor. O grupo parlamentar do PSD não coloca em causa a relevância da majoração neste caso concreto, mas lembra que este tipo de reconhecimentos deve manter-se excecional e devidamente justificado para não fragilizar a credibilidade do PDM. Outro aspeto a considerar é a proximidade à estrada nacional, classificada como servidão "non edificandi". É fundamental garantir neste caso e penso que deve ser articulado também

aqui com o município, no momento da empreitada que hajam aqui garantias de soluções de mobilidade e de acessibilidade adequadas, uma vez que é uma zona muito próxima, a passagem de carros, e outro tipo de viaturas.

Apesar destas questões técnicas que não devem ser ignoradas, importa realçar o essencial. Este projeto reforça a rede de apoio social do concelho, contribui para melhorar a qualidade de vida dos nossos idosos, oferecendo cuidados permanentes e dignos e representa também uma oportunidade de dinamização económica e criação de emprego no território.

Senhora vereadora, o grupo parlamentar desse do PSD valoriza este investimento, e está disponível para viabilizar a proposta, desde que o executivo assegure dois compromissos fundamentais que a acessibilidade económica desta ERPI seja garantida, evitando que o interesse público se reduza a um benefício apenas para quem tem maiores recursos e que haja uma coordenação com as IPSS's já existentes, para que o novo equipamento complemente e não fragilize a rede de solidariedade local.

Assim, o grupo parlamentar do PSD entende que este projeto pode ser um passo importante para o concelho, desde que seja acompanhado com responsabilidade, transparência e um verdadeiro foco no interesse coletivo. Posto isto, iremos votar favoravelmente a presente proposta. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bem, eu para defender ou justificar a posição do Partido Socialista neste ponto, socorro-me aqui do ponto seis dos considerandos presentes na proposta e passo a ler, a existência de mais uma época no concelho da Póvoa de Lanhoso representa um passo fundamental na resposta às necessidades da população envelhecida. Esta Valência social garante não só o cuidado adequado e acompanhamento permanente aos idosos, como também reforça a rede de apoio social no território.

Para além do impacto direto na qualidade de vida dos utentes, a ERPI assume um papel relevante na criação de postos de trabalho e no dinamismo da economia local é, por isso, um investimento estruturante para o futuro do concelho, assegurando dignidade, segurança e proximidade a quem mais precisa.

Perante isto, penso que será unânime, nós votaremos favoravelmente. Obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à vereadora, Fátima Moreira, para resposta.

Interveio a vereadora Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente aos compromissos que nos pede e, muito concretamente ao primeiro compromisso, nós darmos a garantia, enquanto município da execução da obra, obviamente que essa garantia, nós não poderemos dar, isto é uma iniciativa privada, nós temos é a obrigação de criar as condições para que esta iniciativa privada avance, que é o que estamos a fazer aqui hoje com este interesse público estratégico, mas depois outro tipo de garantia não a podemos dar, obviamente, porque é uma iniciativa privada como outras e é verdade que já vimos aqui umas que avançam e outras que não avançam, por isso, nós temos isso sim, e é nossa competência, também, é criar as condições para que isso seja possível, agora, isso depois não dependerá da nós.

Relativamente a não vir em termos de do que já existe, criar constrangimentos à rede social e às respostas que existem de apoio aos seniores, que é uma estrutura residencial para pessoas idosas, como já ficou bem claro no nosso planos de desenvolvimento social, e disse aqui isso, muito bem, o diagnóstico que temos é que nós temos lista de espera, por isso, não é concorrencial, é uma necessidade, foi assim identificado pelo CLAS, por isso é uma resposta e é uma resposta bem-vinda, uma resposta bem-vinda necessária. Mas isso também já não é a câmara que, isso já às tantas já não é connosco, também, percebe? Não é com a Câmara Municipal, isso ultrapassa-nos completamente, tem a ver com a gestão das próprias estruturas e também com a relação que têm com a segurança social em termos de vagas sociais e dos acordos que mantêm.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, pelo que deu o ponto dois por terminado, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico para edificação de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – ERPI, na Freguesia de Lanhoso, Concelho da Póvoa de Lanhoso, nos termos da Lei 75/2023, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao terceiro e último ponto da ordem do dia. **Ponto Três: Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as União das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e Louredo e Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, para o ano letivo de 2025/2026.**

E concedeu a palavra à vereadora, Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apresenta-se para apreciação e votação a proposta de aprovação dos contratos interadministrativos com as juntas e uniões de freguesia relativo aos serviços de transportes escolares. Como sabemos o transporte escolar é uma competência da Câmara Municipal, contudo, a sua execução diária tem contado com o papel fundamental das juntas de freguesia que se assumem como parceiros estratégicos.

Importa sublinhar que muitos destes serviços vão muito além daquilo que a lei exige. A lei apenas determina que se assegure o transporte dos pontos de paragem para as escolas, mas na prática, muitas juntas vão buscar as crianças a casa, garantindo proximidade, segurança e tranquilidade às famílias.

Recordo que, no início do mandato, a Câmara Municipal procedeu à regularização destes contratos para garantir maior equidade entre todas as freguesias. Introduzimos também obrigação de prestação de contas trimestral com dados como os números de alunos transportados, os quilómetros percorridos de forma a monitorizar e a estar serviço quando necessário.

Infelizmente, algumas juntas têm tido dificuldade no envio atempado destes dados, deixe por isso, um apelo a todas as juntas e uniões de freguesia que cumpram esta obrigação simples, mas essencial, pois só assim conseguimos garantir a qualidade e a sustentabilidade do serviço.

Senhoras e senhores deputados, trata-se de um serviço de apoio diretamente a famílias e a comunidade escolar. Por tudo isto submeto à vossa consideração e aprovação esta proposta dos contratos interadministrativos que julgo já terem sido aprovadas nas respetivas assembleias de freguesia.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em apreço, como já aqui foi explanado pela senhora vereadora da educação, a proposta em apreço diz respeito à atribuição dos subsídios às juntas de freguesia e Uniões de freguesias para suporte financeiro dos custos associados ao transporte escolar das nossas crianças.

O CDS-PP encontra-se inteirado do teor global da proposta, bem como dos montantes financeiros envolvidos e nada tendo a opor votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradeço à senhora vereadora pela apresentação do ponto e já no ano passado, também, a senhora vereadora apresentou o ponto, e eu estive aqui na defesa do mesmo, e importa recordar que já em 2024, como dizia no ano passado, alertamos para a necessidade de reunir com os senhores Presidentes de junta para discutir de forma, não direi séria, mas articulada esta delegação de competências no domínio do transporte escolar, como sabemos, é uma competência da câmara e que é delegada nas juntas de freguesia.

Sublinhamos na altura, em 2024, a importância de duas coisas que entendemos essenciais, por um lado, proceder à atualização do valor financeiro a atribuir e, por outro, garantir a reunião com os autarcas locais para discutir essa atribuição. Infelizmente, nenhuma destas duas situações se concretizou, nem a atualização das verbas foi feita, nem essa reunião com os senhores Presidentes de junta teve lugar.

Consideramos que este processo devia ser conduzido com mais diálogo, mais respeito institucional e com a avaliação concreta das necessidades atuais que, naturalmente, não podem ser iguais às de 2023, ou às de 2024, sendo que a última atualização que aconteceu foi no início deste mandato em 2022, e sem este tipo de articulações que deve sempre existir, fragiliza no fundo, a confiança entre as partes o que não é desejável ou compatível, se quiserem, com uma governação colaborativa que se pretende.

Ainda assim, apesar de não nos revermos nestes procedimentos, nesta forma de atuação, votaremos favoravelmente. Fá-lo-emos, naturalmente, por um sentido de responsabilidade.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Permita-me que faça a intervenção daqui, uma vez que estamos inteirados da proposta, nada temos a opor e votaremos favoravelmente.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a este ponto eu queria só esclarecer o seguinte. A falta de articulação que o senhor Presidente de Junta de Verim, Friande e Ajude, e representante dos Presidentes de junta, alega e expõe nesta Assembleia Municipal, eu diria que não é totalmente correta, na medida em que, no início deste mandato, fizemos uma atualização que eu considero que foi importante e que foi benéfica para os senhores Presidentes de junta e que, naturalmente, eu vou dar alguns exemplos. No início deste mandato, nós tínhamos juntas de freguesia como a Junta de Freguesia de Monsul que recebia cem euros por mês, mil e cem euros por ano, porque são sempre onze meses, e tínhamos freguesias, que prestavam exatamente o mesmo serviços que recebiam três mil e oitocentos e cinquenta euros por mês.

Depois tínhamos juntas de freguesia como Campos e Louredo que recebiam duzentos e setenta euros por mês, com um serviço que era o dobro do serviço normal, e esse valor também foi atualizado. Freguesias como o caso de Serzedelo, que recebia também cem euros por mês, e agora recebe duzentos, porque o caso do Serzedelo e o caso de Lanhoso são casos diferentes, porque não têm o alcance em termos de trabalho e de prestação de serviço que têm as outras freguesias e, portanto, aquilo que nós fizemos foi atribuir ou conferir, digamos assim, justiça ao modelo que está definido desde o início deste mandato, e em relação ao modelo do mandato anterior, que é aquele que eu acabei de descrever, vossa excelência nunca sentiu que fragilizava a confiança do executivo e da relação que tinha com as juntas de freguesia, mas agora este modelo fragiliza a confiança que existe entre as juntas de freguesia e o executivo.

Este modelo é um modelo no qual vossa excelência não se revê, mas o modelo anterior que tinha este grau de desigualdade e de desequilíbrio, era um modelo em relação ao qual nunca o ouvi pedir a palavra para dizer que não se revia num modelo que era tão desigual e tão desequilibrado. Portanto, importa dizer, senhor Presidente, com todo o respeito, que nós estamos sempre disponíveis para melhorar os procedimentos, para atualizar os valores, já o fizemos em várias áreas neste mandato, já o fizemos em várias áreas neste mandato, mas começamos este mandato com um sinal de justiça e de tratamento de forma igual daquilo que é igual e não de forma desigual. E há aqui vários exemplos, eu só enunciei alguns podia enumerar mais exemplos de freguesias que recebiam quinhentos euros por mês para prestar exatamente o mesmo serviço que outras freguesias, como o caso de Monsul que recebia cem euros por mês, e isso é que era desigual e sem nenhuma justificação objetiva. Hoje, as freguesias recebem um valor que está explicado, faz sentido e tem justificação para todos. É compreendido, há justiça no valor que é disponibilizado às juntas de freguesia. Se ele poderia ser atualizado, ou poderá ser atualizado no futuro, com certeza, cá estaremos ou cá estará quem for eleito, tanto nas juntas de freguesia como na Câmara Municipal, para fazer esse trabalho, para fazer justiça e para ajudar as juntas de freguesia, como fizemos em várias áreas ao longo deste mandato.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quero só dar aqui duas notas, porque estamos a falar de níveis diferentes Fez a atualização ... (o resto da intervenção é impercetível)”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, então por partes, eu até agradeço a questão que colocou dos contratos interadministrativos, mas primeiro vou responder à questão da atualização das verbas. Existe a obrigatoriedade por parte dos senhores Presidente de Junta de comunicar via relatório à Câmara Municipal, algum tipo de alteração, se essa alteração existir, portanto, senhor Presidente de junta na sua pessoa, passo a mensagem aos senhores Presidentes de junta que se existir algum Presidente de junta que não tenha comunicado alguma alteração e por essa via não tenha havido atualização, é vítima de si próprio, chama-se a isso ser vítima de si próprio, porque senão comunica, nós não temos como saber, porque é dever dos Presidentes de junta comunicar qualquer alteração que exista no roteiro e no transporte que é efetuado ao longo do ano.

Relativamente aos contratos interadministrativos e, de facto, o ponto não é esse, mas o senhor tocou nesse ponto, portanto, pegando nesse exemplo, eu faço todo o gosto responder-lhe ao exemplo que deu. Nós atribuímos por contratos interadministrativos ordinários sem falar dos extraordinários, também posso falar sobre isso, mas os ordinários que é isso que se estava a referir, atribuímos duzentos e quarenta e oito mil trezentos e oitenta e cinco euros por ano, o que quer dizer que em quatro anos não chega a um milhão de euros. Como dizia o outro é só fazer as contas. Atribuímos simultaneamente e já agora, paralelamente, para além dos contratos ordinários que são de cerca de um milhão de euros, a totalidade do valor de contratos interadministrativos do mandato inteiro é de cinco milhões, trezentos e trinta euros, mas, mais do que isso, todos os materiais que são cedidos pela Câmara Municipal às juntas de freguesia, materiais de vária ordem que são solicitados todas as semanas, não é? Olhe o senhor solicitou, por exemplo, a semana passada, isso não é quantificado, solicitou a semana passada a máquina do município que já esteve em Friande sábado passado e está previsto estar em Friande no próximo sábado.

Portanto, esse tipo de materiais e nem me refiro aos equipamentos, dei o exemplo de um equipamento, mas em materiais, nós fornecemos às juntas de freguesias mais de quatro

milhões de euros ao longo de todo o mandato. Portanto, senhor Presidente de junta, vamos lá fazer contas, seriam muito melhor negócio para o município pegar neste valor de um milhão de euros por mandato dos contratos interadministrativos ordinários e acrescentar cinquenta por cento a um milhão de euros e só gastávamos em quatro anos, mais quinhentos mil euros do que gastar estes milhões de euros nos vários tipos de materiais que temos fornecido a todas as juntas de freguesia para as ajudar na sua atividade, portanto, senhor Presidente, perdeu uma grande oportunidade para não dar um péssimo exemplo, porque, de facto, nós gastamos muito mais dinheiro do que isso no apoio que damos nos materiais, às juntas de freguesia do que numa hipotética atualização dos contratos interadministrativos que nos faria gastar só mais quinhentos mil euros por mandato. Seria muito melhor negócio para nós e muito pior negócio para as juntas de freguesia. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Para finalizar, só quero dar nota de duas coisas, o serviço das máquinas que acontece neste mandato já acontecia no mandato anterior e é nos mesmos moldes que a junta paga à hora aos funcionários, por isso não todo gratuito pela Câmara, as juntas assumem uma parte. Mas não há novidade, era aquilo que vinha de trás, relevante, aos contratos interadministrativos, é a base essencial para a gestão da junta para saber com aquilo com que pode contar durante o seu mandato, o seu exercício de mandato. E o senhor Presidente da Câmara assumiu claramente que não queria fazer nenhuma atualização, disse aos senhores Presidentes de Junta, não vos dou nem mais um cêntimo, foi isso que fez.

E relativamente aos materiais no passado sempre se deu, as coisas sempre foram assim senhor Presidente, não há novidade nenhuma, o senhor Presidente não me deu nenhuma novidade, efetivamente não fez nenhuma atualização hoje as freguesias têm uma capacidade financeira para a sua gestão reduzida, e sabe perfeitamente disso, e foi uma opção política sua e tem que a assumir, não houve atualização para as juntas de freguesia os materiais sempre foram dados e serão dados no futuro, não há novidade nenhuma, não me está a dizer nada de novo e relativamente à questão que lhe coloquei ainda não me respondeu a senhora vereadora ou o senhor Presidente, porque passa a responsabilidade para os Presidentes de junta mas a questão é diferente, se os princípios se mantiverem a inflação deve ser atualizada a esses valores a transferir, é que nem isso vocês consideraram não atualizam os outros tipos de fontes de rendimento que as juntas têm, via orçamento do Estado ou via município, no fundo é tudo via município e não há

qualquer tipo de atualização que acompanhe a inflação por isso não responsabilize, nem fica bem responsabilizarem os senhores Presidentes de junta.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Deixo isso à consideração da opinião de cada um, porque não sei o que é que fica pior, não atualizar a taxa de inflação, ou ter juntas a receber cem euros e outras quinhentos euros, não o que é que fica pior, o que é que prejudica mais as juntas de freguesia.

Nós no início do mandato, aquilo que quisemos fazer, no início do mandato foi dar justiça e lógica à fórmula que era aplicada a todas as freguesias. Por acaso, há um certo denominador comum em relação à tabela que eu tenho aqui de 2020/2021 é que as que recebem mais, são determinada cor política, e as que recebem menos são de outra, deve ser uma coincidência. Poderá ser uma coincidência, vamos admitir que seja, nós fizemos com que não houvesse esse tipo de embaraço, não é? Portanto, terminámos o embaraço e demos justiça à fórmula, independentemente do chapéu que cada um coloca no dia a dia ou de quatro em quatro anos, e foi isso que fizemos.

Agora em relação à opção política, é verdade que é uma política deste município, é uma opção política deste município manter os contratos interadministrativos, coisa que podia não o fazer, certo? Certo. É uma opção política manter os contratos interadministrativos em triplicado para as uniões de freguesias de três freguesias, como é o seu caso, quando outras freguesias muito maiores, dou o exemplo de Taíde, recebe um terço daquilo que recebe Verim, Friande e Ajude. Eu não estou a pôr em causa o que recebe Verim, Friande e Ajude, mas todos concordaremos, não ponha palavras na minha boca, que eu acabei de dizer que não estava a pôr em causa, mas todos concordaremos que no futuro, precisamos de encontrar uma fórmula que dê justiça e que tenha critérios relacionados com a área territorial, o número de habitantes, os quilómetros de via, critérios objetivos, até porque, no início de todo este processo estabeleceu-se um valor por cada freguesia aconteceu União de freguesias, duplicou-se nas de duas e triplicou-se nas de três. A mim parece-me um critério que já não faz sentido e acho que o próximo executivo deve encontrar uma fórmula mais justa para distribuir o valor pelas freguesias, de forma, olhe a fazer o que fizemos em relação aos transportes, de forma mais correta, de forma mais compreensível e de forma que as pessoas entendam, concordando ou não, mas entendam a fórmula, que nós temos o dever de apresentar no próximo mandato.

E, portanto, sim, é uma opção política, é uma opção política de manter os contratos Interadministrativos, quando não éramos obrigados a fazê-lo e é uma opção política de ajudar as juntas de freguesia com todos os meios que temos à disposição, porque os mais de quatro milhões de euros de material que nós atribuímos às juntas de freguesia

poderiam ter servido para uma série de outras coisas. Olhe, poderia ter servido, por exemplo, para fazermos menos um ou outro empréstimo, se tivéssemos investido esse dinheiro, nos investimentos que foram feitos via empréstimos, e se não tivéssemos apostado no apoio às juntas de freguesia, que eu sei que é sempre insuficiente, vamos lá ser todos sinceros, é sempre insuficiente. Claro que os Presidentes de junta têm, ao longo dos anos, sempre necessidades muito grandes e os meios que têm nunca são suficientes, mas o senhor também sabe que de cada vez que nós fomos ao terreno, e a última que fomos, por exemplo, a freguesia de Verim, tínhamos lá um problema de um muro que precisava de ser resolvido e o que é que nós fizemos? Senhor Presidente, o que é que nós fizemos? Ajudamos a resolver o problema desse muro que já tinha muito tempo. Nós atribuímos o material e vossas excelências fizeram a mão de obra, e é assim que se resolve problemas, com cooperação. Tínhamos a opção política de ignorar o problema e de não atribuir material nenhum. Tínhamos a opção política de fazer ouvidos de mercador, porque no passado isso acontecia com juntas de freguesia do Partido Socialista.

Foi dito aqui por alguns Presidentes de junta hoje, que no passado, não há desespero nenhum, o desespero é seu de ouvir a verdade e lidaram mal com ela, desculpe que lhe diga, há Presidente de junta no passado, que ficaram até hoje aqui surpreendidos com a lógica de receber qualquer tipo de material que desse apoio à sua atividade na freguesia. Foi dito aqui, foi feito aqui esse à parte.

Resumindo, é de facto, uma opção política, é a nossa opção política é ajudar de todas as formas que tivermos ao nosso alcance para que vocês possam ultrapassar os problemas e encontrar soluções no dia a dia. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto três, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Covelas; Ferreiros; Travassos; Galegos; Lanhoso; Monsul; Rendufinho; São João de Rei; Geraz do Minho; Sobradelo da Goma; Serzedelo; Taíde; Vilela e as Uniões das Freguesias de Esperança e Brunhais; Campos e Louredo e Fonte Arcada e Oliveira, para delegação de competências, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, para o ano letivo de 2025/2026.

Por fim, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a sessão da Assembleia Municipal, colocando à votação do plenário a aprovação da ata em minuta para imediato efeito das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade e convidou todos a ficarem para assistirem às intervenções finais, em jeito de despedida.

E concedeu a palavra ao deputado do CDS-PP, o deputado Pedro Afonso.

Interveio o deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, caras e caros povoenses, nesta que é a minha última intervenção, não só deste mandato autárquico, como também da minha participação enquanto deputado desta Assembleia Municipal, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a confiança depositada no CDS-PP, nas eleições autárquicas de 2021 que permitiu a eleição de um deputado municipal.

Agradeço ainda a todos aqueles que me precederam no exercício destas funções em representação do CDS-PP com um abraço especial endereçado ao José Eduardo Vieira, por me ter encorajado a encabeçar a lista à Assembleia Municipal. Agradecendo também a todas as mulheres e homens que, ao longo dos anos, deram o seu valioso contributo para a construção de uma Póvoa de Lanhoso mais democrática e participativa na atuação política.

Agradeço ainda a todos os intervenientes nesta Assembleia, à Mesa, ao senhor Presidente e senhores vereadores, a todos os deputados e deputadas municipais e aos serviços de apoio à Assembleia, toda a cordialidade e respeito demonstrados não só comigo, mas também institucionalmente com o partido que represento.

Tentei pautar o exercício das funções que me foram confiadas pelos povoenses, regendo-me pelo rigor factual e objetivo das minhas intervenções, por alertar atempadamente para situações cuja urgência necessitava de rápida ação, um espírito crítico, devidamente justificado pela apresentação de propostas construtivas e sempre com total respeito institucional e democrático pelo órgão que integramos, pelas funções que aqui desempenhamos, pela diversidade de opinião e pela liberdade individual e respeito muto que cada um de nós deve ter, não só dentro desta casa que é da casa da democracia, mas também lá fora no nosso dia a dia. Tentei sempre dar o melhor de mim em prol da minha terra. Espero ter estado à altura das expectativas dos povoenses.

Um bem hajam.”

Interveio a deputada do GP do PSD, Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, Senhoras deputadas, Senhores Deputados, chegamos ao final de mais um ciclo, um ciclo de quatro anos intensos de trabalho, de debate político, de confronto de ideias, mas, acima de tudo, de compromisso com concelho da Póvoa de Lanhoso.

Tive a honra de iniciar este mandato como líder parlamentar, cargo que exerci com sentido de responsabilidade, dedicação e orgulho no serviço público. Ao longo do caminho, enfrentamos desafios, sim, mas também crescemos politicamente e reforçamos o nosso papel enquanto representantes desta comunidade. Cada obstáculo

foi uma oportunidade de aprendizagem e posso afirmar com convicção que este foi um mandato de crescimento político, institucional e pessoal.

Esta não é apenas uma despedida individual, é uma homenagem coletiva, quero aqui reconhecer todos os que, como eu hoje encerram as suas funções nesta Assembleia, as suas atuais funções, deputados municipais, Presidentes de junta e todos os autarcas que, com seriedade e sentido cívico, deram o melhor de si pelas suas freguesias e pelo nosso concelho.

Em nome da bancada do Partido Social Democrata, deixo uma palavra de gratidão e respeito pelo vosso trabalho, pela vossa entrega e pela vossa participação ativa neste mandato. Exerci o cargo de deputada municipal durante oito anos, oito anos de participação democrática, de escuta ativa, de confronto saudável e de defesa intransigente o interesse público. Saio desta assembleia com orgulho pelo que fiz e com gratidão por tudo o que aprendi com cada um de vocês.

Como sabem, iniciei um novo desafio, encabeçar a candidatura a outro órgão. Faço-o com o mesmo sentido de responsabilidade e sentido de missão que me trouxe até aqui, com o mesmo empenho, com a mesma determinação e com a mesma paixão pela causa pública. O meu compromisso com a Póvoa de Lanhoso não termina aqui, apenas se transforma. Levo comigo a experiência construída, os valores reforçados e a confiança de que a cada nova função continuarei com todo o meu empenho, dedicação e coragem a servir a Póvoa de Lanhoso.

A todos os colegas, deputados, à mesa da Assembleia Municipal, aos técnicos e funcionários, ao executivo e, sobretudo, aos cidadãos que confiaram e acompanharam o nosso trabalho, o meu mais sincero agradecimento. Foi e continuará a ser uma honra servir a Póvoa de Lanhoso. Muito obrigada.”

Interveio o deputado do GP do PS, Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Encerramos hoje mais um mandato nesta Assembleia Municipal. Foram quatro anos intensos de debate, de confronto de ideias, de diferenças legítimas, mas também de consensos importantes em torno daquilo que é essencial para o futuro do nosso concelho. Quero por isso, deixar em nome da nossa bancada, uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que de diferentes quadrantes políticos contribuíram para este exercício democrático, independentemente das divergências que tivemos, todos partilhamos o mesmo propósito, servir a Póvoa de Lanhoso e os povoenses.

Quanto a mim, encerro hoje um ciclo de doze anos, enquanto deputado municipal, dez dos quais a liderar a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia. É acima de tudo, um momento de gratidão, foi um orgulho imenso ter tido oportunidade de representar os povoenses e de trabalhar em prol da minha terra. Procurei sempre desempenhar as minhas funções de acordo com os meus princípios, ou os princípios que me guiam,

seriedade, rigor, imparcialidade e a intenção de, em consciência, decidir aquilo que entendia ser o melhor para a Póvoa e para os povoenses.

É também uma honra ter sido líder da bancada do Partido Socialista com mais anos de liderança nesta Assembleia Municipal, quero por isso, deixar uma palavra de sincero agradecimento a todos os elementos da bancada que, ao longo destes três mandatos estiveram comigo nesta caminhada, sem cada um de vós, este percurso não teria sido, pelo menos, igual.

Mas permitam-me, também, uma nota de desilusão. Estes doze anos de vida política local, distrital e nacional mostraram-me as razões pelas quais cresce o descontentamento dos cidadãos com a política e com os políticos. Percebi melhor, porque é que forças extremistas, populista, e demagógicas vão conquistando espaço e fragilizando a nossa democracia. E percebi também, porque se torna cada vez mais difícil aproximar da vida pública, aqueles que são mais capazes e mais íntegros. Recordo uma frase atribuída a Platão - O castigo dos bons que não fazem política é serem governados pelos maus. Infelizmente, olhando para o futuro temo que este aviso seja cada vez mais atual, é essa reflexão que levo comigo ao sair, a necessidade de continuarmos a dignificar a política sob pena de entregarmos o futuro da nossa democracia a quem menos condições tem para nos servir.

Quero terminar agradecendo de forma muito sincera a todos os que partilharam comigo esta Assembleia. Dos três Presidentes que tive a honra de acompanhar, Dr. Amândio de Oliveira, Dr. João Duque, Dr. António Queirós, os líderes de bancada de todos os partidos com quem travei saudáveis, batalhas políticas, o Eng.º Nuno Aguilar, o senhor Luísa Amaro da Costa, o Dr. Rui Rebelo, o José Eduardo, e neste mandato a Eng.ª Fátima Alves, o Eng.º Pedro Afonso e o senhor Filipe, que habitualmente está cá, hoje está cá o senhor Presidente de junta, a todos o meu muito obrigado pela partilha, pelo confronto democrático, pela aprendizagem mútua.

Agradeço também aos Presidentes de Câmara com quem trabalhei, o saudoso Manuel José Baptista, Avelino Silva e Frederico Castro, todos de forma diferentes, foram importantes nesta caminhada e todos contribuíram para o meu crescimento, não só enquanto deputado municipal, mas também enquanto pessoa.

Hoje saio desta assembleia de consciência tranquila, certo de que dei o melhor de mim e com profunda convicção de que servir a causa pública é uma das maiores honras que um cidadão pode ter.

Quero terminar, desejando um bom trabalho a todos aqueles que integrarão a próxima Assembleia Municipal, que cada um depois de eleito seja capaz de despir o fato partidário, deixar o fanatismo à porta e de compreender que ninguém é melhor ou pior pessoa por pertencer ao partido A, B ou C. Adversários políticos são exatamente isso, adversários nunca inimigos. A política perde, os políticos perdem e, sobretudo, o povo perde quando não somos capazes de perceber esta verdade tão simples. Que o futuro desta assembleia seja marcado pela elevação do debate, pelo serviço ao bem comum,

esse será sempre o maior legado que podemos deixar à Póvoa de Lanhoso e aos povoenses. Muito obrigado.”

Interveio o representante dos Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesias, o Presidente da União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude, José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Hoje, nesta última sessão de mandato, venho despedir-me com a emoção natural, com a gratidão, após estes dezasseis anos como o Gilberto, de serviço nesta qualidade. Ao longo deste percurso, vivemos momentos, excepcionais, tivemos uma crise económica, tivemos a pandemia, como referiu o Gilberto, que marcaram profundamente as nossas vidas e a nossa democracia local.

No entanto, a Assembleia Municipal nunca deixou de cumprir o seu papel, respondendo aos desafios e às necessidades dos povoenses. Quero agradecer e, é nessa qualidade que aqui estou, especialmente aos autarcas de freguesia que tenho a honra de representar desde 2017. Nós somos ou estamos na linha da frente da governação local, enfrentando desafios diários, muitas vezes invisíveis, mas sempre com o coração voltado para as pessoas que representamos, porque a política, é naturalmente para as pessoas.

Foi uma honra, foi um orgulho enorme, representar-vos e trabalhar ao vosso lado. Quero naturalmente, agradecer às entidades que acolheram as sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, aproximando o poder local dos cidadãos e reconhecer que houve sempre a cordialidade e o espírito democrático das conferências de líderes sempre realizadas com transparência e lealdade em colaboração constante com a Mesa da Assembleia, Agradeço, ainda, a todos que contribuíram para o bom funcionamento desta assembleia, deputadas, deputados, Presidentes de Câmara, da Assembleia Municipal, vereadoras, vereadores, colaboradores da Câmara Municipal, o meu agradecimento. O trabalho de todos foi fundamental para que as nossas sessões decorressem com este profissionalismo e com esta dignidade.

Não posso também deixar de lembrar os momentos mais tristes desta caminhada, de dezasseis anos no caso, como a perda de amigos e companheiros de jornada que já não estão entre nós. Despeço-me com um profundo sentimento de gratidão, orgulho, emoção, e tenho naturalmente mais pessoal, porque nada disto seria possível, não estaria aqui se não tivesse tido a confiança das minhas gentes de Verim, Friande e Ajude, que me deram a honra de representar as suas causas e representá-los foi e será uma das maiores honras da minha vida. Obrigado e boa noite a todos.”

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Muito obrigado. Senhor Presidente, cinco agradecimentos, que eu acho que são necessários e que são justos e devidos. O primeiro agradecimento aos serviços da Câmara Municipal da Assembleia Municipal a todos os técnicos que tornaram possível

que as nossas assembleias municipais pudessem acontecer e eu queria incluir neste agradecimento, os técnicos também audiovisual que estão cá e que estão sempre connosco e que muitas vezes saem daqui a horas tardíssimas, também, mas enquanto nós estamos a fazer política, eles estão a trabalhar e também para eles foi muitas vezes uma maratona, portanto, agradecer aos técnicos da Câmara Municipal da Assembleia Municipal e aos técnicos da Foto Pitões pela paciência que tiveram connosco ao longo deste mandato.

Agradecer à Mesa os membros da Mesa, um agradecimento especial ao senhor Presidente, naturalmente, que muitas vezes teve de procurar a habilidade necessária para conseguir ter a mão nos trabalhos e nos momentos mais calorosos. Eu sei que isso, por vezes, pode ser um exercício complicado, mas estive sempre à altura, estive muito bem sempre e sempre à altura do desafio e do dever que assumiu há quatro anos atrás. Uma palavra ao José Faria, naturalmente, que continuará connosco no próximo mandato, admitindo que seja eleito, penso que sim, e uma palavra especial à Eulália que nos vai deixar por razões de ordem profissional e pessoal, desejar as maiores felicidades e os maiores sucessos à Eulália, esperando que um dia, ela é muito jovem, esperando que um dia a gente possa voltar a vê-la por cá se a vida assim o permitir.

Uma palavra aos membros da Assembleia Municipal e aos senhores Presidentes de junta, é evidente que nós tivemos aqui momentos difíceis, tivemos esta noite, até alguns, e tivemos ao longo do mandato alguns momentos difíceis, mas eu acho que se nós tivermos a capacidade, sinto que se tivermos a capacidade de relevar aquilo que foi mais desagradável e há sempre coisas desagradáveis, e de valorizar aquilo que foi mais importante, principalmente naquilo que nos diz respeito e relativamente à missão que nos traz cá, que é servir bem os povoenses, se nós valorizarmos mais esse aspeto e formos mais remeter-nos para segundo plano, aquilo que foi menos agradável, provavelmente sairemos todos daqui com uma sensação melhor. Acho que é um bom prenúncio que todos tínhamos batido palmas a todos nestas intervenções finais, eu acho e espero que isso seja um bom mote também para o próximo mandato e para os próximos eleitos, mas eu queria deixar aqui, naturalmente, uma palavra especial, aqueles que deixam este órgão seja pela eleição da lista à Assembleia Municipal, não repetindo candidatura, seja os senhores Presidentes de junta alguns deles em fim de mandato, ao fim de doze anos ou dezasseis, no caso de alguns que já o eram antes das uniões de freguesias, e dizer que o município da Póvoa de Lanhoso e os povoenses, devem estar gratos ao trabalho que foi aqui desenvolvido, independentemente das outras questões que são menores num momento como este, devemos estar todos gratos, os povoenses devem estar gratos.

Eu enquanto Presidente de Câmara, estou grato e tenho a certeza que também abraço o mesmo sentimento que terão ou teriam os meus antecessores que estiveram em funções e que colaboraram convosco nos mandatos anteriores, porque, de facto, aquilo que temos de levar para o futuro foi o bem que fizemos e aquilo que de melhor podemos dar

no contributo que tentámos dar ao longo destes anos e, por isso, o meu agradecimento muito particular e muito pessoal. Uma palavra ao público, também, que nos foi acompanhando, há pessoas que estão nesta sala que assistiram a algumas, se calhar, algumas dezenas de assembleias municipais não foram muitas, mas no mandato ordinárias são vinte mais as extraordinárias, portanto, há pessoas que estiveram connosco, muitas vezes, há pessoas que nos desafiaram também que nos colocaram questões, como aconteceu aqui hoje, eu quero agradecer as questões que nos colocaram, porque elas também nos obrigam a ser melhores a ser mais apurados, a ser mais cuidadosos, a planear melhor, a resolver melhor os problemas das pessoas e, portanto, tudo aquilo que nos foi chegando pelo público ao longo do mandato, já agora também nas reuniões de câmara, mas estamos a falar da Assembleia Municipal, é um ato cívico que merece ser realçado e que merece ser encorajado, portanto, eu quero encorajar o público a continuar a vir às assembleias municipais, a continuar a participar, a continuar a colocar questões ao executivo, à Mesa da Assembleia Municipal, ou aos senhores deputados municipais no futuro, e agradeço a participação que tiveram neste mandato. Por último, os senhores vereadores, agradecer aos senhores vereadores todos, os do executivo e os que não pertenceram ao executivo durante este mandato, mas agradecer sobretudo a forma extremamente cooperativa, como sempre nos relacionarmos ao longo de todo o mandato.

Eu penso que foi evidente para todos ao longo das nossas sessões da Assembleia Municipal e das sessões das reuniões de câmara, também, que sempre houve um cuidado muito grande entre todos, um respeito muito grande, um trato de cordialidade e de saber estar e de saber concordar e de saber discordar, mas fazê-lo da forma certa e eu espero que isso até possa fazer escola para o futuro, porque, de facto, nós conseguimos neste mandato criar um clima de entendimento e de cooperação que não foi sempre, que não esteve sempre presente ao longo dos tempos, mesmo antes de eu ser vereador e antes de ser Presidente de Câmara, evidentemente, houve períodos mais quentes houve períodos mais serenos e durante estes quatro anos, eu queria classificar a nossa cooperação como uma cooperação estratégica que foi frutífera e que eu acho que beneficiou todos os povoenses e deve orgulhar todos aqueles que votaram, tanto numa forma força política como noutra, porque vossas excelências apresentaram muito bem o partido pelo qual foram eleitos e os membros do executivo, naturalmente, também cumpriram integralmente a função que lhes foi confiada.

Uma palavra muito especial para o vereador Ricardo Alves, que veio aqui fazer uma espécie de despedida. A política tem muitos amanhã e, portanto, nós teremos muitas oportunidades de voltar a ver o vereador Ricardo Alves em funções diferentes, eventualmente, ou um dia nas mesmas funções, quem sabe, porque o mundo dá muitas voltas e, portanto, nunca se sabe o que acontecerá um dia, mas o que importa neste momento, é realçar o bom trabalho que desenvolveu, sendo certo que deixará de ser

vereador e, portanto, uma palavra especial neste caso para ele, pela dedicação que teve ao longo destes quatro anos.

Uma última nota mesmo, para um vereador que não está aqui hoje, mas que trabalhou connosco também neste mandato, que é o ex-vereador André Rodrigues, pessoa com quem eu me relacionei sempre muito bem noutros tempos e noutras circunstâncias políticas e que trabalhou connosco também neste mandato e não queria, ir embora sem lhe deixar uma palavra de agradecimento e de amizade também, porque, para além da política, um dia todos deixaremos de exercer funções políticas, mas poderá ou não restar alguma coisa na relação entre as pessoas e o André é uma das pessoas que eu prezo e com quem tenho uma excelente relação e agradeço isso à política, também. Muito obrigado.”

E por fim, interveio o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Permitam-me que comece por meus caros amigos e amigas, porque, de facto, é o enriquecimento da política que eu levo deste mandato, em resumo, e quero começar por sublinhar que não é meu propósito, nesta intervenção, apresentar um balanço do mandato da Assembleia Municipal, nem tão pouco a função que desempenhei como Presidente desta Assembleia. Esse balanço ficará reservado para a intervenção final na qualidade de Presidente cessante da Assembleia Municipal, aquando da tomada de posse dos eleitos para o mandato 2025-2029.

Este momento, esse sim, será para valorizar a dignidade institucional que sempre pautou os nossos trabalhos. Em primeiro lugar, quero deixar uma palavra muito sentida de agradecimento aos meus companheiros de Mesa ao Zé e à Eulália, sempre estiveram ao meu lado, partilhando comigo a responsabilidade da condução dos trabalhos, o vosso rigor, a dedicação e a lealdade foram fundamentais para assegurar o bom funcionamento das sessões e dar a esta Assembleia Municipal a dignidade que ela merece. A vossa colaboração constante foi não apenas um apoio indispensável, mas também um exemplo de espírito de serviço público que muito valorizo.

Quero também expressar o meu profundo agradecimento ao senhor Presidente da Câmara Dr. Frederico Castro, quero fazê-lo, não apenas pela colaboração constante e pela disponibilidade permanente, mas também pela amizade que sempre demonstrou para com o Presidente da Assembleia Municipal. Desde o primeiro momento, com o seu empenho na eleição da Mesa, esteve ao nosso lado e ajudou a dignificar o nosso papel, assim como a própria casa da democracia que é esta Assembleia Municipal, a sua presença, o seu apoio contínuo, fizeram com que nunca estivéssemos sozinhos no exercício das nossas responsabilidades. Em si, senhor Presidente, deixo uma palavra de apreço aos senhores vereadores, o vosso trabalho, dedicação e contributo para a vida do município foram também essenciais para que esta Assembleia Municipal pudesse cumprir plenamente o seu papel.

Uma palavra igualmente reconhecida aos membros da conferência de líderes, pelo empenho pelo sentido de responsabilidade e pela entreatura na preparação de cada reunião. Esse esforço conjunto contribuiu para que as vinte e quatro sessões realizadas ao longo deste mandato decorressem com o maior rigor, eficácia e qualidade democrática, num ambiente marcado pela amizade e pelo espírito de convívio que sempre nos acompanhou, obrigado, Pedro, José Manuel, Fátima e Filipe.

Registar um agradecimento especial aos grupos parlamentares e a todos os senhores deputados eleitos pela forma como souberam na diversidade das vossas posições e convicções, enriquecer o debate político e contribuir para a vitalidade da nossa democracia.

Na pessoa do Eng.º José Manuel Silva, não posso deixar de enaltecer o papel dos senhores Presidentes de junta ou dos seus substitutos nestas assembleias, a vossa presença assídua nas sessões, o acolhimento que sempre proporcionaram nas minhas visitas às freguesias, bem como aquando da minha recessão em representação desta assembleia, são expressão clara, do espírito de proximidade que tanto valor acrescenta ao trabalho desta Assembleia Municipal.

Na pessoa do chefe de gabinete Dr. Fernando Carlos quero igualmente deixar uma palavra de sincero reconhecimento aos serviços da Assembleia Municipal, aos serviços de apoio do Theatro e ao gabinete de apoio à Presidência, pelo rigor e profissionalismo e dedicação que sempre colocaram em cada sessão da Assembleia Municipal. Uma menção especial, também, é devida à Dra. Juliana, cuja entrega e competência foram decisivas para o bom funcionamento dos nossos trabalhos, muito obrigado.

E, por último, mas não menos importante, o meu agradecimento aos povoenses, foram os cidadãos que, com o seu voto e a sua confiança nos trouxeram até aqui, a eles devemos o compromisso de termos feito tudo para que nada ficasse por dizer e para que a Assembleia Municipal tivesse sido o verdadeiro parlamento da comunidade local, a todos deixo um agradecimento profundo, é este sentido de missão que engrandece a democracia, fortalece a nossa comunidade e que dignifica cada um dos mandatos que tivemos a honra desempenhar. Agora, é a vez de dar a palavra aos povoenses, que em liberdade e com sentido cívico, elegerão a nova Assembleia Municipal, que esse ato democrático seja mais uma vez, a afirmação da vitalidade do nosso concelho.

Uma palavra final de apreço e reconhecimento para todos aqueles que, por qualquer motivo, não continuarão ou não estarão nas listas para o próximo mandato. O vosso contributo ficará inscrito na memória deste órgão e na vida democrática da Póvoa de Lanhoso. Muito obrigado a todos. Foi um prazer servir-vos.”